

HEINRICH
BÖLL
STIFTUNG



NO SAPATINHO

A evolução das milícias no Rio de Janeiro

[2008-2011]



Ignacio Cano
& Thais Duarte



Ignacio Cano
Thais Duarte

NO SAPATINHO

A evolução das milícias no Rio de Janeiro

[2008-2011]

REALIZAÇÃO



APOIO

■■ HEINRICH
BÖLL
STIFTUNG

**'NO SAPATINHO':
A EVOLUÇÃO DAS MILÍCIAS NO RIO DE JANEIRO (2008-2011)**

Ignacio Cano & Thais Duarte

Laboratório de Análise da Violência (LAV-UERJ) & Fundação Heinrich Böll

LAV

Rua São Francisco Xavier, 524,
9º andar, bloco F, sala 9103.
Rio de Janeiro, RJ. 20550-900.
Tel.: +55 (21) 2334 0944
www.lav.uerj.br

Fundação Heinrich Böll

Rua da Glória, 190,
7º andar – Glória
Rio de Janeiro, RJ. 20241-180.
Tel.: +55 (21) 3221 9900.
FAX: +55 (21) 3221 9920
www.br.boell.org

Revisão

Marilene de Paula

Projeto Gráfico

Metara Comunicação

Impressão

Gráfica & Editora Minister

Tiragem

1.000 exemplares

Essa pesquisa foi financiada com recursos da Fundação Heinrich Böll.
Permitida a reprodução parcial desta obra desde que citada a fonte

**CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ**

N66

"No sapatinho": a evolução das milícias no Rio de Janeiro (2008-2011) / Ignacio Cano & Thais Duarte (coordenadores) ; Kryssia Ettel e Fernanda Novaes Cruz (pesquisadoras). - Rio de Janeiro : Fundação Heinrich Böll, 2012.

151p. : 22 cm

ISBN 978-85-62669-08-8

1. Milícias - Brasil - História. 2. Violência urbana. 3. Segurança pública - Rio de Janeiro (Estado). I. Cano, Ignacio. II. Duarte, Thais. III. Ettel, Kryssia. IV. Cruz, Fernanda Novaes.

12-7077.

CDD: 363.2
CDU: 351.74

28.09.12 02.10.12

039196

Sólo le pido a Dios
que lo injusto no me sea indiferente,
que no me abofeteen la otra mejilla
después que una garra me arañó esta suerte.

León Gieco

*Esse trabalho é dedicado a todos aqueles que vivem sob medo ou
proteção porque tiveram a coragem de denunciar ou investigar o crime
organizado e pagam hoje um alto preço para que todos nós possamos sonhar
em viver livres desse mesmo medo um dia.*

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. OBJETIVOS	21
3. FONTES	23
4. ANÁLISE DOS REGISTROS DO DISQUE DENÚNCIA	25
5. ANÁLISE DOS REGISTROS DO DISQUE MILÍCIA	39
6. AS MATÉRIAS DE JORNAL	45
7. A PERCEPÇÃO DOS CIDADÃOS QUE MORAM OU TRABALHAM EM ÁREA DE MILÍCIA	53
7.1 Questões Metodológicas	53
7.2 A percepção dos entrevistados	58
7.2.1 O discurso de legitimação	58
7.2.2 A reação do Estado	60
7.2.3 Evolução das milícias: dominação e violência	63
7.2.4 A reação dos moradores	82
8. A VISÃO DAS AUTORIDADES QUE PARTICIPAM DA REPRESSÃO ÀS MILÍCIAS	93
8.1 Questões metodológicas	93
8.2 Instituições envolvidas na repressão contra as milícias	94
8.3 Especificidade das investigações contra milícias	99
8.4 Impacto da repressão do Estado	105
8.5 O futuro das milícias e as medidas a serem tomadas	113
9. REGISTROS DE OCORRÊNCIA DE DESAPARECIMENTOS	117
10. CONCLUSÕES	127
ANEXOS	138
Anexo 1 Roteiro de entrevistas para os moradores ou pessoas que tenham relação direta com áreas de milícias	135
Anexo 2 Roteiro de entrevistas para as autoridades estatais que tiveram participação na ação repressiva contra a milícia	137
Anexo 3 Número de denúncias contra as milícias por bairro do Rio de Janeiro	138
Anexo 4 Número de denúncias recebidas contra milícias por natureza	143
Anexo 5 Número de denúncias contra as milícias por bairro do Rio de Janeiro	148

LISTA DE TABELAS

- Tabela 1: Número de denúncias (naturezas) realizadas por ano - Janeiro de 2006 a Junho de 2011 | 26 |
- Tabela 2: Número de crimes e fatos denunciados contra as milícias por mês - Janeiro de 2006 a Junho de 2011 | 28 |
- Tabela 3: Número de denúncias recebidas por município - Janeiro de 2006 a Junho de 2011 | 30 |
- Tabela 4: Número de denúncias contra as milícias por bairro do Rio de Janeiro - Janeiro de 2006 e Junho de 2011 | 32 |
- Tabela 5: Número de denúncias recebidas por natureza (tipificação geral) - Janeiro de 2006 a Junho de 2011 | 34 |
- Tabela 6: Número de denúncias recebidas por natureza (classificação específica) - Janeiro de 2006 a Junho de 2011 | 35 |
- Tabela 7: Número de denúncias recebidas por mês | 40 |
- Tabela 8: Número de denúncias recebidas por cidade | 42 |
- Tabela 9: Número de denúncias recebidas por bairro - Município do Rio de Janeiro | 43 |
- Tabela 10: Naturezas das denúncias recebidas | 44 |
- Tabela 11: Total de notícias e número palavras contidas nelas por ano e jornal | 47 |
- Tabela 12: Relação de entrevistas realizadas por comunidade - pesquisa anterior e pesquisa atual | 55 |
- Tabela 13 Número de denúncias contra milícia por área da delegacia e ano. Município do Rio de Janeiro | 122 |
- Tabela 14: Modelo estatístico para estimar o número de desaparecidos por delegacia e mês | 125 |

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1: Número de denúncias (naturezas) recebidas contra as milícias por mês - Janeiro de 2006 a Junho de 2011 | 27 |
- Gráfico 2: Número de denúncias contra as milícias por mês e natureza - Janeiro de 2006 a Junho de 2011 | 37 |
- Gráfico 3: Número de fatos denunciados contra milícias por fonte e mês (barras paralelas) | 40 |
- Gráfico 4: Número de fatos denunciados contra milícias por fonte e mês (barras empilhadas) | 41 |
- Gráfico 5: Total de notícias sobre milícias por ano e jornal | 46 |
- Gráfico 6: Número médio de palavras por matéria (sobre milícia) por ano e jornal | 47 |
- Gráfico 7: Número médio de denúncias e matérias de jornal por mês | 48 |
- Gráfico 8: Número médio de denúncias e matérias padronizadas por mês | 49 |
- Gráfico 9: Número de desaparecimentos, mortes violentas e denúncias contra milícias por ano. Município do Rio de Janeiro | 120 |
- Gráfico 10: Razão entre desaparecimentos e mortes violentas por ano. Município do Rio de Janeiro | 121 |
- Gráfico 11: Razão entre desaparecimentos e mortes violentas por ano e atividade miliciana na região. Município do Rio de Janeiro | 124 |

LISTA DE MAPAS

- Mapa 1: Número de denúncias recebidas por município - Janeiro de 2006 a Junho de 2011 | 31 |
- Mapa 2: Número de denúncias recebidas por bairro do Rio de Janeiro - Janeiro de 2006 a Junho de 2011 | 33 |

APRESENTAÇÃO

Em 14 de maio de 2008, jornalistas do jornal carioca “O Dia” foram sequestrados por milicianos na favela do Batan, na Zona Oeste do Rio de Janeiro e, durante horas, submetidos a formas extremas de abuso físico e psicológico. Eles estavam realizando uma pesquisa em sigilo para fazer uma matéria justamente sobre a atuação da milícia nesta parte da cidade. Esta ocorrência alertou a mídia e a sociedade em geral para o fenômeno. O que se alastrara por anos nas regiões mais periféricas da cidade do Rio de Janeiro e na Baixada Fluminense e que aterrorizava o cotidiano de cada vez mais pessoas, virou finalmente um caso notório, levando, entre outras ações, à instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, naquele mesmo ano.

Um ano antes, a Fundação Heinrich Böll convidara o vice-coordenador do Laboratório de Análises da Violência (LAV) da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, professor Ignacio Cano, para realizar um estudo sobre o fenômeno das milícias no Rio de Janeiro. A iniciativa gerou a parceria entre Justiça Global, LAV, Fundação Böll e outros autores que colaboraram com a publicação “Segurança, Tráfico e Milícias no Rio de Janeiro”, na qual os resultados da pesquisa foram publicados em 2008. A pesquisa foi pioneira em traçar as novas características desse fenômeno, modo de ação e quem eram os atores envolvidos. A Fundação e os parceiros realizaram ampla divulgação e debates junto aos fóruns e espaços das comunidades e das organizações de direitos humanos. Sendo uma organização internacional com sede na Alemanha, a Fundação divulgou o estudo também fora do Brasil, inclusive através de uma tradução completa para o alemão.

A CPI levou a uma repressão mais intensa dos grupos milicianos. Líderes foram presos ou tiveram sua atuação impossibilitada. As milícias paulatinamente saíram

das manchetes. A “guerra” contra o tráfico voltou a dominá-las, com a sucessiva instalação das Unidades de Polícia Pacificadora em favelas-chaves para o projeto dos mega-eventos. Em outubro de 2010, o filme “Tropa de Elite 2” fez, em forma de filme de ação policial, uma forte denúncia do caráter sistêmico das milícias, envolvendo órgãos estatais de segurança e a política municipal e estadual. Apesar de ter sido o filme mais assistido de todos os tempos no Brasil, nem Tropa de Elite 2 conseguiu sustentar um debate sobre este sistema chamado “milícia”. No entanto, as milícias mudaram de forma de atuação, mas não pararam de atuar.

No sentido de atualizar esse debate e analisar essas mudanças é com satisfação que a Fundação Heinrich Böll apresenta este novo estudo que dá seguimento ao trabalho de 2007. E temos em Ignacio Cano e a sua equipe um parceiro extraordinário, de enorme experiência e capacidade, para analisar novamente esse fenômeno, um dos temas centrais para a política de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro.

‘No sapatinho’: a evolução das milícias no Rio de Janeiro (2008-2011) vem em ‘boa hora’, pois esses grupos armados irregulares continuam controlando territórios e a população que lá mora; continuam exercendo coação contra moradores e comerciantes locais; continuam matando. Só que hoje atuam de forma mais discreta, ou, como diz o título, “no sapatinho”. Ao publicar este estudo, a Fundação Heinrich Böll quer contribuir para que a atenção do público volte às milícias, que os responsáveis na política retomem o debate e tomem medidas para efetivamente conter uma atuação criminosa que marca a vida de muita gente no Rio de Janeiro, privando-os dos seus direitos e da proteção efetiva do Estado.

Dawid Danilo Bartelt
*Diretor da Fundação
Heinrich Böll no Brasil*



INTRODUÇÃO

O tema das milícias adquiriu notoriedade no Rio de Janeiro no ano de 2006, quando o termo foi cunhado para descrever grupos de agentes armados do Estado (policiais, bombeiros, agentes penitenciários etc.) que controlavam comunidades e favelas, oferecendo “proteção” em troca de taxas a serem pagas pelos comerciantes e os residentes. Estes grupos passaram também a lucrar com o controle monopolístico sobre diversas atividades econômicas exercidas nestes territórios, como a venda de gás, o transporte alternativo e o serviço clandestino de TV a cabo.

Em um primeiro momento, diversos atores participantes do debate público mostraram tolerância e, inclusive, apoio a estes grupos, considerando-os como uma reação dos moradores destas regiões contra a criminalidade ou, quando menos, como um “mal menor” em comparação com o narcotráfico. O prefeito da cidade na época definiu estes grupos como “autodefesas comunitárias” e outras autoridades públicas se manifestaram em termos parecidos. Do outro lado, diversos setores criticaram a extorsão praticada contra as comunidades e equipararam estes grupos ao crime organizado.

A despeito de ser o centro de debates de grande atualidade e relevância para a segurança da região metropolitana do Rio de Janeiro, o tema, em função da sua novidade e da sua dificuldade para ser estudado, não tinha sido ainda objeto de pesquisas sistemáticas na literatura especializada. Inclusive hoje, a produção sobre o tema é bastante limitada.

Zaluar & Conceição (2007¹) afirmam no seu artigo que o termo milícia refere-se a po-

1. ZALUAR, Alba; CONCEIÇÃO, Isabel Siqueira. (2007) “Favela sob o controle das milícias no Rio de Janeiro: que paz?”. São Paulo em Perspectiva, v. 21, n. 2, p. 89-101, jul./dez.

liciais e ex-policiais (principalmente militares), bombeiros e agentes penitenciários, todos com treinamento militar e pertencentes a instituições do Estado. Eles tomam para si a função de proteger e dar “segurança” em vizinhanças supostamente ameaçadas por traficantes. Segundo as autoras, estes grupos de ex-policiais constituem o mesmo fenômeno conhecido como grupo de extermínio nas décadas de 1960, 1970 e 1980 na Baixada Fluminense e na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro. A novidade das milícias estaria apenas na ampliação dos negócios com a “venda” de produtos e serviços. Tal característica das milícias do Rio de Janeiro também esteve presente no início das máfias italiana e norteamericana. Além disso, o controle sobre o território, que passa a ser dominado militarmente, seria também uma característica central do fenômeno das milícias na cidade do Rio de Janeiro. A diferença em relação aos grupos de extermínios é que estes, apesar de serem também compostos por policiais, cobram apenas de comerciantes locais e matam por encomenda. Isto é, os grupos de extermínio se aproximam mais da imagem de pistoleiros sertanejos do que dos negociantes da segurança. Adicionalmente, haveria também o diferencial de os milicianos tentarem ocupar espaços cada vez maiores nos poderes Legislativo e Executivo, construindo redes no interior do Poder Executivo, Legislativo e até no Judiciário.

Nessa mesma linha, Misse (2011²) ressalta que a partir da década de 1970, formaram-se grupos de extermínio na periferia do Rio de Janeiro. Estes eram pequenos grupos de policiais, agentes penitenciários e guardas que recebiam dinheiro de comerciantes e empresários para evitar a ocorrência de crimes em determinada área. Outro grupo surgido nesse mesmo período foi a ‘polícia mineira’, formada por ex-policiais e policiais que vendiam proteção aos comerciantes locais. Na década de 1990, a ‘polícia mineira’ começou a ganhar novas configurações, já que a proteção por ela oferecida se estendeu aos próprios moradores, e não apenas aos comerciantes, com o objetivo de impedir a disseminação do narcotráfico. Esse modelo, atualmente denominado de milícia, proliferou basicamente pela zona Oeste do Rio de Janeiro e apresentaria traços, de acordo com o autor, de uma organização mafiosa. Segundo ele, haveria cerca de 90 favelas sob o domínio de milícias no estado, que controlariam a distribuição de gás em botijão, os serviços clandestinos de internet e televisão a cabo e, em algumas áreas, o transporte público ilegal.

Para contribuir à compreensão do fenômeno, em 2007 o Laboratório de Análise da Violência iniciou uma pesquisa especificamente sobre milícias com o financiamento da Fundação Heinrich Böll, que foi publicada no ano seguinte sob o título “Seis por Meia Dúzia?: um Estudo Exploratório do Fenômeno das Chamadas ‘Milícias’

2. MISSE, Michel. (2011) “Crime organizado e crime comum no Rio de Janeiro: diferenças e afinidades.” Revista Sociologia e Política, Curitiba, v. 19, n. 40, p. 13-25, out. 2011.

no Rio de Janeiro” (Cano, 2008)³. Este estudo exploratório utilizou artigos de imprensa, dados do Disque Denúncia e um total de 46 entrevistas com pessoas que residiam ou trabalhavam em áreas de milícia, além de um grupo focal. O campo desta pesquisa acabou em março de 2008.

O conceito de milícia que resultou deste estudo pode ser resumido pela confluência de cinco traços centrais:

1. Domínio territorial e populacional de áreas reduzidas por parte de grupos armados irregulares.
2. Coação, em alguma medida, contra os moradores e os comerciantes.
3. Motivação de lucro individual como elemento central, para além das justificativas retóricas oferecidas.
4. Discurso de legitimação relativo à libertação do tráfico e à instauração de uma ordem protetora. Diferentemente do tráfico, por exemplo, que se impõe simplesmente pela violência (ver Machado da Silva, 2004⁴), as milícias pretendiam se apresentar como uma alternativa positiva.
5. Participação pública de agentes armados do Estado em posições de comando.

Entretanto, justamente em meados de 2008, quando foi concluída a pesquisa, o fenômeno das milícias atingiu um ponto de inflexão que, apesar de brevemente mencionado no estudo, ficou de fora do material empírico coletado. Concretamente, em maio de 2008 um grupo de jornalistas do “O Dia”, que fazia matéria sobre milícias de forma sigilosa se fazendo passar por moradores comuns, foi torturado por milicianos da comunidade do Batan, na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro. Esse fato foi amplamente noticiado pela imprensa nacional e internacional e provocou uma virada em relação à questão das milícias. Se até aquele momento os meios de comunicação tinham alguma dúvida sobre a natureza da milícia, a partir daí passaram a considerá-la diretamente como parte do crime organizado, cobrando uma ação mais enérgica do Estado contra elas. Por sua vez, as autoridades públicas pararam de justificar as ações desses grupos. Nesse cenário, a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro aprovou uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre Milícias em junho de 2008 (Resolução nº 433/2008 publicada no D.O. de 11.06.2008), que tinha sido solicitada infrutuosamente desde 2007.

3. CANO, Ignacio (2008) “Seis por Meia Dúzia?: um Estudo Exploratório do Fenômeno das Chamadas ‘Milícias’ no Rio de Janeiro” em Justiça Global (org.) Segurança, Tráfico e Milícias no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll. Pg. 48-103.

4. MACHADO DA SILVA., L.A. (2004) “Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano” em RIBEIRO, L. C. (org.) Metrôpoles: entre a cooperação e o conflito. São Paulo/Rio de Janeiro: Perseu Abramo/FASE.

O relatório desta CPI, publicado em novembro de 2008, registra no seu primeiro ponto, intitulado “Do Conhecimento do Fato”, o seguinte:

A instauração da Comissão Parlamentar de Inquérito foi requerida pelo Deputado **MARCELO FREIXO** em fevereiro de 2007, em decorrência da extrema gravidade da situação das milícias em comunidades no Estado do Rio de Janeiro, com fortes indícios de envolvimento de policiais, civis e militares, bombeiros militares e agentes penitenciários. Essa situação extremamente grave exigiu do poder público, em 2008, uma resposta imediata, a partir do seqüestro e tortura dos repórteres do jornal “O DIA” em uma favela do Rio de Janeiro.



Em outras palavras, o próprio Poder Legislativo reconhece o episódio da tortura dos jornalistas como o marco a partir do qual o poder público se sentiu compelido a agir. Antes desse episódio, os ‘fortes indícios’ e a ‘grave situação’ não tinham merecido, durante mais de um ano, a aprovação da CPI.

A CPI teve acesso a documentos oficiais de diversos órgãos (Polícia Civil, COAF, Ministério Público etc.) e, além disso, abriu um canal de denúncia para a população, o chamado Disque Milícia, em que as pessoas podiam ligar para um número telefônico e repassar suas denúncias de forma anônima. Esta linha telefônica ficou aberta entre os meses de julho e novembro de 2008 e coletou um total de 1.162 denúncias, que devem ser somadas a outras 44 que chegaram à CPI por outros canais.

A CPI recebeu também depoimentos de policiais, promotores e acadêmicos que tinham pesquisado ou investigado o tema, bem como de pessoas acusadas de pertencerem às milícias, de favorecê-las ou de serem favorecidos por elas.

O relatório final da CPI, publicado em novembro, apresenta um resumo dessas contribuições de profissionais de segurança e acadêmicos, descreve minuciosamente as estruturas criminosas encontradas em cada local a partir das denúncias recebidas, apresenta uma lista de indiciados e, ao final, faz uma lista de recomendações a respeito das medidas a serem tomadas.

Entre as diversas visões sobre o fenômeno contidas no relatório, o delegado Marcus

Neves define as milícias como “grupos armados compostos por agentes do Poder Público e pessoas cooptadas nas comunidades carentes, inclusive ex-trafficantes, que usam a força e o terror para dominar uma determinada região e explorar de maneira ilegal as atividades de transporte alternativo, gás e tevê a cabo” (pág. 35). Ele acredita que oito anos atrás as milícias tinham um objetivo ‘legítimo’ de expulsar os traficantes das comunidades de baixa renda, mas com tempo esse ideal foi se corrompendo em favor de uma exploração de diversas atividades econômicas.

O delegado Cláudio Ferraz considera que as milícias se enquadram no conceito internacional de crime organizado, em função da sua capacidade de organização, da sua racionalidade empresarial, da sua utilização da violência, da corrupção e dos seus vínculos com o poder político (pág. 35).

O promotor estadual Jorge Magno associa o crescimento das milícias ao transporte alternativo na Zona Oeste, que multiplicou a sua capacidade de gerar lucro (pág. 41).

O delegado Pedro Paulo Pinho divide as milícias em três níveis (pág. 41). O Nível 1 corresponderia a grupos de extermínio constituídos para combater o crime. Ou seja, os próprios moradores de um dado local se organizariam para impedir a entrada de traficantes e outros tipos de criminosos. O Nível 2 envolveria a cobrança de taxas aos moradores das comunidades, através do cadastramento pelas associações de moradores. Tais organizações passariam a apoiar os candidatos a cargos parlamentares para ter representação nos poderes constituídos. O Nível 3 implicaria o controle de diversos serviços, como gás, TV a cabo, transporte alternativo etc. As associações de moradores passariam a estar diretamente controladas por esses grupos. Adicionalmente, os milicianos se tornariam, eles próprios, candidatos nas eleições.

O sociólogo Luis Eduardo Soares vincula a origem das milícias ao descontrole da segurança privada informal e ilegal (pág. 39). Essas atividades exercidas pelos policiais fora do horário de trabalho, conhecidas como o “bico”, seriam decorrentes dos baixos salários destinados aos agentes de segurança pública.

A partir de dados de diversos órgãos, o relatório conclui que o número de comunidades que estaria sob o controle de milícias no estado do Rio de Janeiro oscilaria entre 81 e 171. Das 171 comunidades mencionadas em um relatório da Subsecretaria de Inteligência do estado, 119 (quase 70%) não tinham pertencido, anteriormente, a nenhuma facção criminosa, o que desmontava o mito da milícia como uma cruzada contra o tráfico.

O relatório da CPI indicia um total de 218 pessoas, sem contar com os parlamentares

também acusados: Deputado Estadual Natalino José Guimarães (ex-DEM); vereador, no Rio de Janeiro, Jerônimo Guimarães Filho, “Jerominho” (PMDB); vereador, no Rio de Janeiro, Josinaldo Francisco da Cruz, “Nadinho de Rio das Pedras” (DEM); vereador, no Rio de Janeiro, André Ferreira da Silva, “Deco” (PR); vereador, em São Gonçalo, Geiso Pereira Turques, “Geiso do Castelo” (PDT); vereadora eleita pelo Rio de Janeiro, Carmen Glória Guinâncio Guimarães, “Carminha Jerominho” ou “Carminha Batgirl” (PTdoB); e vereador eleito Cristiano Girão Matias, “Girão” (PMN). A maior parte dos indiciados, contrariamente ao esperado, está composta por civis (130), enquanto 67 são policiais militares e oito, policiais civis, contando ainda com uma pequena participação de membros de outras corporações públicas.

Além dos indiciados, o relatório menciona um total de 879 pessoas “noticiadas” por envolvimento e citadas por nome ou vulgo. Em outras palavras, nestes casos não haveria evidências suficientemente sólidas e/ou identificação das pessoas necessárias para indiciar alguém, mas havia pelo menos uma menção a estes indivíduos nas denúncias. De qualquer forma, é muito significativo que em poucos meses a CPI recebesse informações sobre mais de 1.000 pessoas envolvidas em algum grau com as milícias.

Uma das contribuições mais interessantes do relatório é a análise da vinculação das milícias com cargos públicos. Dados do Tribunal Regional Eleitoral revelaram que os cargos públicos acusados de pertencerem às milícias apresentavam votações altamente concentradas, o que condiz com a existência de currais eleitorais. Em algumas das seções eleitorais situadas em Rio das Pedras, por exemplo, o percentual de votos para “Nadinho de Rio das Pedras” ultrapassou 60%. Girão, Deco, Chiquinho Grandão, Geiso Turques e Marcão também apresentavam concentrações de votos elevadas. Em menor grau, Jorge Babu e Marcelo Itagiba revelavam também indícios nesta direção.

Além dos dados eleitorais, a CPI recebeu testemunhos de que Marcelo Itagiba, Marina Magessi, Álvaro Lins e Domingos Brazão teriam feito campanha eleitoral em área de milícia com o apoio dos líderes locais. Marina Magessi, deputada federal em 2008 e ex-policia civil com cargos de responsabilidade durante o governo anterior, declarou no seu depoimento que não havia combate às milícias por parte dos órgãos de segurança na sua época, em função da falta de direcionamento da Secretaria de Segurança neste sentido. Marcelo Itagiba, também deputado federal e ex-Secretário de Segurança entre 2004 e 2006 foi indagado sobre estas questões, mas não compareceu perante a CPI, nem respondeu as perguntas formuladas por escrito.

O Poder Executivo e o Judiciário também participaram desta mudança de abordagem em relação às milícias. Já no início de 2007, o novo governo de Sérgio

Cabral se manifesta publicamente contra as milícias e promete combatê-las, embora as ações contra esses grupos são, em um primeiro momento, escassas. O inspetor da Polícia Civil, Félix dos Santos Tostes, acusado de chefiar a milícia de Rio das Pedras, é exonerado do seu cargo de confiança na Assessoria do Gabinete da Polícia Civil e passa a ser investigado. Poucos meses depois, o inspetor Félix é assassinado e o líder comunitário do Rio das Pedras é indiciado pelo crime. Em abril de 2008, o deputado estadual Natalino José Guimarães e seu irmão, o vereador Jerônimo Guimarães Filho, o Jerominho, foram presos e acusados de formação de quadrilha pelo Ministério Público, como chefes da milícia batizada como “Liga da Justiça”, na Zona Oeste do Rio.

Depois do relatório da CPI e dos seus indiciamentos, um número considerável de milicianos é preso e, posteriormente, condenado. Progressivamente, quase a totalidade dos milicianos com cargos eleitos acabou perdendo-os, por causa de processos penais e de expulsões por ‘quebra de decoro’.

Em suma, a primeira pesquisa do Laboratório de Análise da Violência sobre milícias acontece em um contexto de forte expansão destes grupos no Rio de Janeiro. Uma das possíveis razões desse rápido crescimento na época era a possível vinculação das milícias com um projeto político. Com efeito, essa suspeita, já mencionada na publicação anterior, fica fortalecida com as evidências obtidas pela CPI sobre as relações entre as milícias e certos candidatos, considerando que vários deles eram membros da cúpula de segurança do governo anterior.

Por outro lado, a publicação desse estudo acontece logo após o ponto de inflexão, ou seja, da tortura dos jornalistas do O Dia. Como já foi mencionado, esse fato gerou uma rejeição clara da milícia por parte dos meios de comunicação e dos formadores de opinião, bem como incrementou a repressão contra as milícias por parte do sistema de justiça criminal. Em consequência, sentiu-se a necessidade de realizar uma nova pesquisa que permitisse responder à seguinte pergunta: o que mudou na atuação destes grupos depois da rejeição de diversos atores sociais e da tentativa de o Estado de desarticulá-los?



Em função do contexto que acabou de ser relatado, o objetivo desta pesquisa é avaliar a evolução do fenômeno das milícias no estado do Rio de Janeiro entre 2008 e 2011, estudando se houve mudanças na sua composição e estrutura, na sua abrangência territorial, na sua capacidade de geração de lucro, no seu modo de operar, na sua legitimidade e na sua relação com as comunidades.

Especificamente, pretende-se avaliar qual foi o impacto da repressão estatal na atuação e organização das milícias no Rio de Janeiro. No caso do narcotráfico, por exemplo, a prisão dos chefes do varejo do tráfico nas favelas nunca alterou o funcionamento destas organizações criminosas, haja vista que tais lideranças rapidamente são substituídas por outros membros. Da mesma maneira, a prisão ou morte freqüente dos ‘soldados do tráfico’, resultado da estratégia tradicional de ‘guerra ao tráfico’, também não modificou a forma de operar desses grupos nem diminuiu o seu negócio.

A dúvida então é saber, no caso das milícias, qual foi o efeito da repressão estatal. Para poder atingir este objetivo, a pesquisa tentou contemplar tanto áreas onde a repressão do Estado foi mais intensa quanto áreas em que prisões, processamentos e condenações de milicianos foram infrequentes. Da mesma forma, foram consideradas áreas onde a milícia exerceu um domínio durante um período, mas por diversas circunstâncias, perdeu o controle do território para outros grupos armados ou para o próprio Estado, se isso acontecer. O estudo de comunidades que fugiram ao controle da milícia é tão ou mais importante do que a análise de áreas em que o controle permaneceu para entender a evolução do fenômeno e as dimensões mais relevantes que influem sobre ela.

As fontes sobre as quais a presente pesquisa está baseada são as seguintes:

- A)** Entrevistas semi-estruturadas com moradores de áreas controladas por milícias ou com pessoas que possuam contato direto com tais territórios, por exemplo, funcionários que trabalham em área de milícia. A entrevista foi conduzida a partir de um roteiro (Anexo I). Foi realizado um total de 46 entrevistas;
- b)** Matérias jornalísticas dos jornais “O Globo” e “O Dia” sobre milícias no período de janeiro de 2006 a abril de 2011;
- c)** Denúncias registradas pelo Disque Denúncia. Esta organização cedeu um banco de dados com denúncias relativas a milícias recebidas no período entre janeiro de 2006 e junho de 2011;
- d)** Denúncias registradas pelo Disque Milícia da ALERJ, canal para receber denúncias contra milícias aberto pela CPI das Milícias entre julho e novembro de 2008;
- e)** Entrevistas semi-estruturadas com autoridades estatais que participaram diretamente da ação repressiva contra as milícias, incluindo delegados, promotores, juízes e assessores parlamentares. O roteiro que pautou essas entrevistas pode ser conferido no Anexo II. Um total de seis entrevistas foi realizado, sendo dois delegados, dois promotores, um juiz e um assessor parlamentar;
- f)** Registros oficiais sobre pessoas desaparecidas do Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro (ISP-RJ) entre janeiro de 2006 e junho de 2011. Esses dados foram coletados apenas para testar a hipótese, obtida em alguns relatos, de que as milícias poderiam estar desaparecendo com os cadáveres das pessoas assassinadas nas suas áreas de atuação para evitar atrair a atenção de autoridades.

ANÁLISE DOS REGISTROS DO DISQUE DENÚNCIA

O Disque Denúncia é uma parceria entre governo e iniciativa privada que mantém um canal de denúncia anônima para a população, através de uma linha telefônica atendida 24 horas. Além de garantir o anonimato do denunciante, o Disque Denúncia paga, em alguns casos previamente divulgados, recompensas por informação que leve ao esclarecimento de determinados crimes. O financiamento é privado e as denúncias são repassadas à Secretaria de Segurança Pública para fins de investigação, além de constituir uma importante fonte de inteligência policial.

Não há como comprovar, a priori, a veracidade de cada denúncia e existem, de fato, indícios da apresentação eventual de denúncias falsas como forma de confundir as investigações ou de prejudicar pessoas. Entretanto, é razoável supor que a proporção de denúncias inconsistentes seja relativamente constante ao longo do tempo, de forma que a evolução das denúncias deve corresponder aproximadamente à tendência real da criminalidade.

O Disque Denúncia é especialmente apropriado como fonte para alguns crimes cuja taxa de sub-registro é particularmente elevada, como é o caso de delitos cometidos por funcionários públicos. Como os cidadãos são descrentes em relação à possibilidade de que os policiais investiguem em profundidade seus colegas (LEMGRUBER et al., 2003), e considerando o temor que as milícias infundem, é improvável que as denúncias contra milicianos cheguem à delegacia. Por isso, o Disque Denúncia representa uma fonte especialmente indicada para esta pesquisa, em particular para conhecer a evolução do fenômeno.

O Disque Denúncia forneceu gentilmente um banco de dados com as denúncias referidas à ação de milicianos no estado do Rio de Janeiro, isto é, denúncias em que a palavra-chave 'milícia' foi inserida pelo atendente. De fato, o Disque Denúncia não conta com

uma definição própria do que seja 'milícia' e inclui nesta categoria, aparentemente, os casos em que o próprio denunciante utiliza o termo. Nesse sentido, essa fonte serve também como um indicador do grau em que as pessoas estão usando o conceito.

A unidade de análise desse banco de dados é a natureza da denúncia, isto é, o tipo de crime⁵. Em um mesmo telefonema, o denunciante pode mencionar um fato que envolva diversos crimes, cada um dos quais corresponderá a uma linha diferente no banco de dados. Contudo, as diferentes naturezas correspondentes a um mesmo telefonema ficam ligadas entre si por um mesmo número de identificação.

O banco possui informações sobre a data de recebimento da denúncia, o logradouro da ocorrência e a natureza do fato.

O período abrangido pelo banco de dados é de janeiro de 2006 a junho de 2011. Como já mostrado na pesquisa anterior, as denúncias contra milícias neste órgão começam a aparecer em 2006. Neste período, o Disque Denúncia recebeu um total de 41.542 denúncias de crimes referidos às milícias no estado do Rio de Janeiro, ou seja, 41.542 naturezas de denúncias diferentes, correspondentes a 18.304 fatos. A tabela seguinte apresenta o número de denúncias (naturezas) por ano.

[TABELA 1]

Número de denúncias (naturezas) realizadas por ano
Janeiro de 2006 a junho de 2011

	Frequência	%	% Acumulado
2006	256	0,6	0,6
2007	4891	11,8	12,4
2008	10151	24,4	36,8
2009	13203	31,8	68,6
2010	7312	17,6	86,2
2011	5729	13,8	100,0
TOTAL	41542	100,0	

Fonte: Disque Denúncia

As denúncias são raras em 2006, mas surgem com força em 2007. O número continua aumentando até atingir o ápice em 2009, com mais de 13.000 crimes. Em 2010 elas caem praticamente à metade do ano anterior, mas voltam a aumentar em 2011, considerando que o valor corresponde apenas a 6 meses.

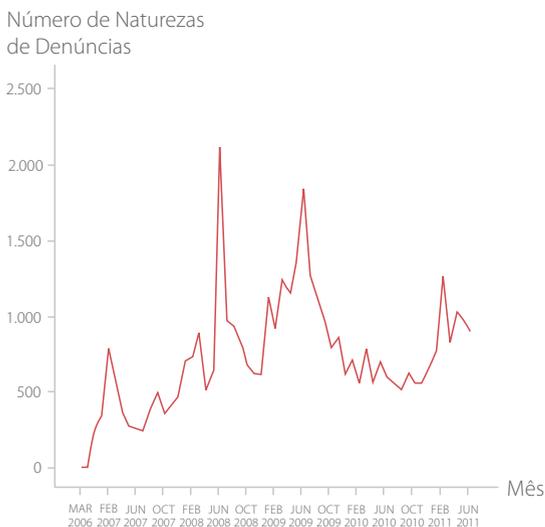
5. Na realidade, nem todas as denúncias relatadas ao Disque Denúncia estão relacionadas a crimes propriamente ditos. Algumas são abusos, irregularidades ou queixas que não podem ser classificadas como delitos de acordo com o Código Penal. Mas como a grande maioria corresponde de fato a crimes, utilizaremos este termo em prol da simplicidade da redação e da facilidade da leitura.

O gráfico 1 permite um melhor acompanhamento da evolução do fenômeno. Nela podemos distinguir as seguintes fases:

- a) aumento progressivo desde 2006 em diante até o máximo em junho de 2008. Este mês experimenta um aumento brutal no número de crimes denunciado, provavelmente em consequência do clima prévio à abertura da CPI, beneficiando-se ademais do fato de que o Disque Milícia não tinha sido inaugurado ainda;
- b) redução no segundo semestre de 2008, em parte devido à criação desse outro canal anônimo de denúncias sobre milícias, o Disque Milícia, que concorre com o Disque Denúncia;
- c) retomada do crescimento no início de 2009 até atingir outro pico em junho do mesmo ano;
- d) contração na segunda metade do ano;
- e) nova fase de aumento, dessa vez mais moderado, no primeiro semestre de 2011.

[GRÁFICO 1]

Número de denúncias (naturezas) recebidas contra as milícias por mês – Janeiro de 2006 a Junho de 2011



Fonte: Disque Denúncia

De forma geral, parece haver um ciclo anual, com maior incidência de denúncias ao longo do primeiro semestre, com um pico em junho, e com níveis mais reduzidos no segundo semestre.

De qualquer forma, esses resultados devem ser interpretados com cautela na medida em que a evolução das denúncias não depende, provavelmente, apenas da incidência do fenômeno. Assim a quantidade de denúncias também pode ser influenciada pela presença do tema na agenda pública e nos meios de comunicação, o que pode encorajar as pessoas a acionar mais o Disque Denúncia.

Na tabela abaixo, podem ser observados, em detalhe, o número de crimes (naturezas) e de fatos denunciados ao longo do tempo. Como mencionado anteriormente, cada fato pode possuir uma ou várias naturezas, de forma que a média é de mais de duas naturezas (delitos) por fato.

[TABELA 2]

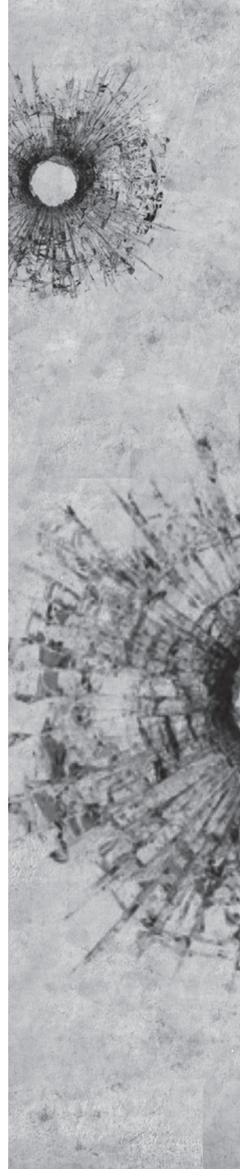
Número de Crimes e Fatos denunciados contra as milícias por mês
– Janeiro de 2006 a Junho de 2011

Ano	Mês	Naturezas (Crimes)	Fatos	%	% Acumulado
2006	Março	3	1	0	0
	Junho	5	1	0	0
	Dezembro	248	109	0,6	0,6
2007	Janeiro	359	153	0,8	1,4
	Fevereiro	795	366	2	3,4
	Março	565	266	1,5	4,9
	Abril	353	156	0,9	5,7
	Maio	265	107	0,6	6,3
	Junho	248	109	0,6	6,9
	Julho	230	104	0,6	7,5
	Agosto	384	174	1	8,4
	Setembro	481	210	1,1	9,6
	Outubro	352	151	0,8	10,4
	Novembro	402	178	1	11,4
	Dezembro	457	195	1,1	12,5
2008	Janeiro	700	296	1,6	14,1
	Fevereiro	724	310	1,7	15,8
	Março	884	369	2	17,8
	Abril	503	214	1,2	19
	Maio	641	282	1,5	20,5
	Junho	2.104	870	4,8	25,2
	Julho	964	446	2,4	27,7
	Agosto	924	419	2,3	30
	Setembro	807	355	1,9	31,9
	Outubro	670	274	1,5	33,4
	Novembro	619	265	1,4	34,9
	Dezembro	611	260	1,4	36,3

2009	Janeiro	1.113	486	2,7	38,9
	Fevereiro	904	409	2,2	41,2
	Março	1.238	549	3	44,2
	Abril	1.150	542	3	47,1
	Maiο	1.378	650	3,6	50,7
	Junho	1.831	874	4,8	55,5
	Julho	1.255	567	3,1	58,6
	Agosto	1.105	501	2,7	61,3
	Setembro	973	441	2,4	63,7
	Outubro	790	354	1,9	65,6
	Novembro	853	376	2,1	67,7
	Dezembro	613	273	1,5	69,2
2010	Janeiro	713	309	1,7	70,9
	Fevereiro	548	241	1,3	72,2
	Março	776	325	1,8	74
	Abril	557	247	1,3	75,3
	Maiο	682	290	1,6	76,9
	Junho	600	268	1,5	78,4
	Julho	553	246	1,3	79,7
	Agosto	511	229	1,3	80,9
	Setembro	611	275	1,5	82,5
	Outubro	553	254	1,4	83,8
	Novembro	563	242	1,3	85,2
	Dezembro	645	310	1,7	86,9
2011	Janeiro	776	326	1,8	88,6
	Fevereiro	1.261	519	2,8	91,5
	Março	816	356	1,9	93,4
	Abril	1.022	434	2,4	95,8
	Maiο	975	412	2,3	98
	Junho	879	359	2	100
TOTAL		41.542	18.304	100	

Fonte: Disque Denúncia

A distribuição de denúncias por município, que pode ser conferida na próxima tabela e no próximo mapa, mostra que o Rio de Janeiro concentra 79% dos registros, 5% a menos do que em 2008. Paralelamente, Duque de Caxias representa quase 6% (2% a mais do que no momento anterior). Da mesma forma, Belford Roxo, São João de Meriti e São Gonçalo também experimentaram aumentos. Assim, podemos interpretar



que, apesar de ser um fenômeno marcadamente carioca, as milícias se expandiram nos últimos anos, especialmente na Região Metropolitana, notadamente na Baixada Fluminense.

[TABELA 3]

Número de denúncias recebidas por município – Janeiro de 2006 a Junho de 2011

	Frequência	%	% Acumulado
Rio de Janeiro	32.809	79,0	79,0
Duque de Caxias	2.434	5,9	84,8
Nova Iguaçu	1.762	4,2	89,1
Belford Roxo	819	2,0	91,1
São Gonçalo	626	1,5	92,6
São João de Meriti	619	1,5	94,0
Itaguaí	347	0,8	94,9
Nilópolis	345	0,8	95,7
Mesquita	247	0,6	96,3
Magé	237	0,6	96,9
Niterói	214	0,5	97,4
Queimados	166	0,4	97,8
Seropédica	152	0,4	98,2
Itaboraí	125	0,3	98,5
Araruama	93	0,2	98,7
Mangaratiba	77	0,2	98,9
Maricá	69	0,2	99,0
Japeri	54	0,1	99,2
Cabo Frio	48	0,1	99,3
São Pedro da Aldeia	46	0,1	99,4
Rio das Ostras	36	0,1	99,5
Angra dos Reis	35	0,1	99,6
Saquema	31	0,1	99,6
Volta Redonda	19	0	99,7
Cachoeira de Macacu	14	0	99,7
Nova Friburgo	14	0	99,7
Macaé	12	0	99,8
Parati	9	0	99,8
Arraial do Cabo	8	0	99,8
Guapimirim	7	0	99,8
Mendes	7	0	99,9
Petrópolis	7	0	99,9
Tanguá	6	0	99,9
Miguel Pereira	4	0	99,9
Resende	4	0	99,9

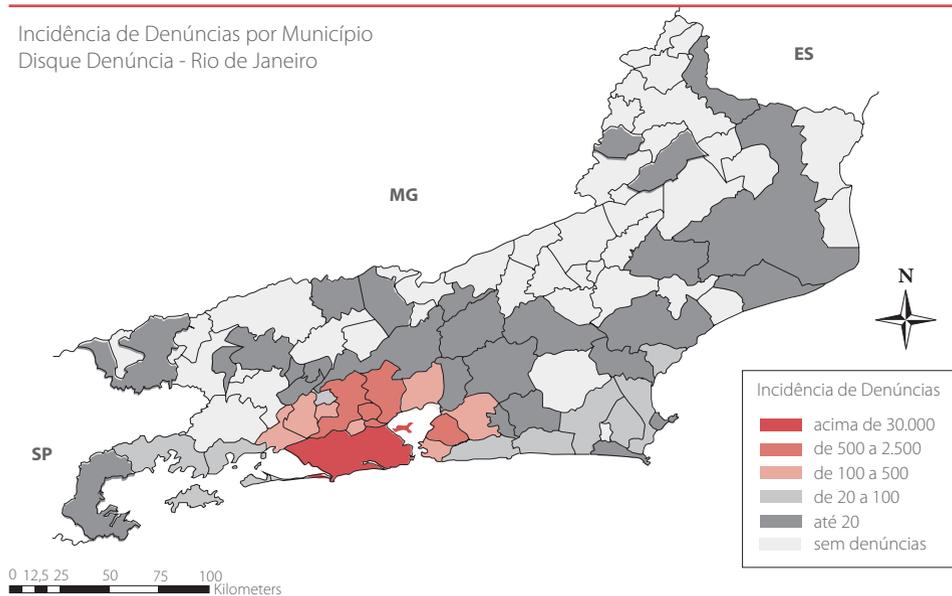
Rio Bonito	4	0	99,9
Campos dos Goytacazes	3	0	99,9
Casimiro de Abreu	3	0	99,9
Paracambi	3	0	99,9
Barra do Pirai	2	0	99,9
Bom Jesus do Itabapoana	2	0	100,0
Miracema	2	0	100,0
Quissamã	2	0	100,0
Rio das Flores	2	0	100,0
Santa Maria Madalena	2	0	100,0
São José do Vale do Rio Preto	2	0	100,0
Teresópolis	2	0	100,0
Búzios	1	0	100,0
Cambuci	1	0	100,0
Paulo de Frontin	1	0	100,0
Paraíba do Sul	1	0	100,0
Outros	7	0	100,0
TOTAL	41.542	100,0	

Fonte: Disque Denúncia

[MAPA 1]

Número de denúncias recebidas por município – Janeiro de 2006 a Junho de 2011

Incidência de Denúncias por Município
Disque Denúncia - Rio de Janeiro



Dentro do município do Rio de Janeiro, as denúncias se concentram particularmente na Zona Oeste, nos bairros de Campo Grande, Santa Cruz e Jacarepaguá. A tabela registra os bairros com mais de 200 denúncias; a listagem completa pode ser conferida no Anexo III. O Mapa 2 apresenta a mesma informação visualmente.

[TABELA 4]

Número de denúncias contra as milícias por bairro do Rio de Janeiro – Janeiro de 2006 e junho de 2011

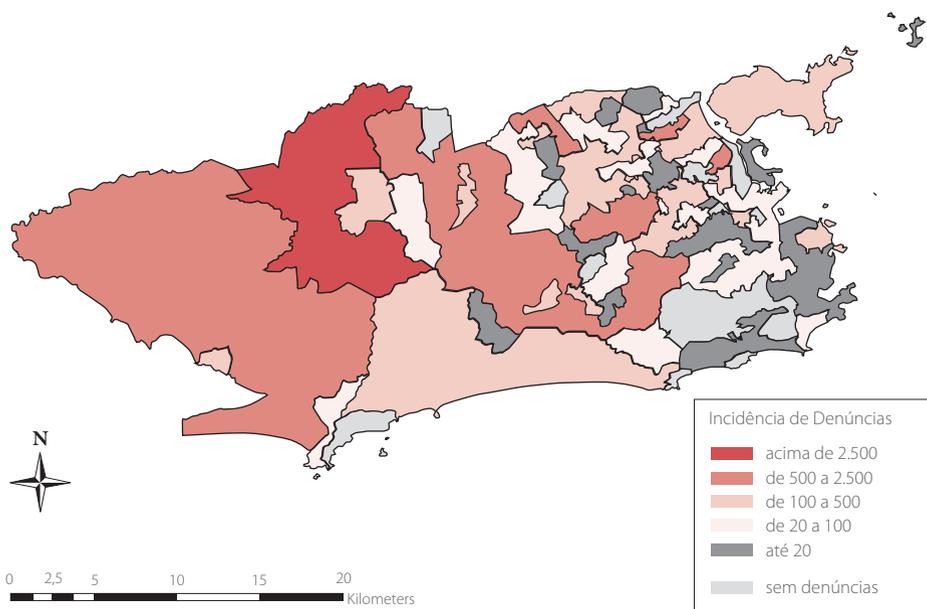
	Frequência	%	% Acumulado
Campo Grande	5075	15,5	15,5
Santa Cruz	2299	7,0	22,6
Jacarepaguá	1900	5,8	28,4
Paciência	1435	4,4	32,8
Anchieta	1307	4,0	36,8
Realengo	1125	3,4	40,2
Sepetiba	969	3,0	43,2
Guaratiba	874	2,7	45,8
Taquara	867	2,6	48,5
Quintino Bocaiúva	749	2,3	50,8
Guadalupe	732	2,2	53,0
Cosmos	719	2,2	55,2
Brás de Pina	715	2,2	57,4
Praça Seca	714	2,2	59,6
Bangu	692	2,1	61,7
Inhoaíba	655	2,0	63,7
Ramos	655	2,0	65,7
Piedade	577	1,8	67,5
Cascadura	550	1,7	69,2
Recreio dos Bandeirantes	440	1,3	70,5
Gardênia Azul	384	1,2	71,7
Pedra de Guaratiba	359	1,1	72,8
Ricardo de Albuquerque	357	1,1	73,9
Santíssimo	327	1,0	74,9
Curicica	310	0,9	75,8
Ilha do Governador	305	0,9	76,8
Pavuna	305	0,9	77,7
Irajá	263	0,8	78,5
Inhaúma	261	0,8	79,3
V. Pequena	251	0,8	80,1
Senador Vasconcelos	244	0,7	80,8
Barra da Tijuca	236	0,7	81,5
Encantado	236	0,7	82,2

Del Castilho	226	0,7	82,9
Penha	216	0,7	83,6
Pilares	215	0,7	84,3
Madureira	213	0,6	84,9
Vila Valqueire	208	0,6	85,5
Cordovil	206	0,6	86,2
Não Informado	119	0,4	
	32809	100,0	

[MAPA 2]

Número de denúncias recebidas por bairro do Rio de Janeiro Janeiro de 2006 a Junho de 2011

Incidência de Denúncias por Bairro
Disque Denúncia - Rio de Janeiro



O bairro com maior número de registros é Campo Grande, com mais de 15% do total, o que representa um aumento dramático em relação à pesquisa anterior 2008 (8,8%). O segundo bairro, Santa Cruz, também aumentou nesse período, mas de uma forma mais moderada (de 5,8% a 7%). Já Anchieta e Jacarepaguá diminuem o seu peso no conjunto total.

O crescimento intenso das denúncias em Campo Grande é condizente com a repressão do Estado particularmente dirigida contra a ‘Liga da Justiça’, que tem sua base neste bairro e era considerada a milícia mais poderosa do Rio de Janeiro. Muitos dos seus líderes foram presos e condenados. As notícias sobre essa ação repressiva foram amplamente divulgadas, o que deve ter estimulado as denúncias. De fato, a proporção de denúncias em Campo Grande sobre o total era de 5 a 8% entre 2006 e 2007, subiu para 13% em 2008 e para 21% em 2009, período com muitas prisões e processamentos contra milicianos da Liga da Justiça. Em 2010 e 2011 a proporção fica na faixa de 13 a 15%. Por outro lado, o resultado destes últimos anos revela que, a despeito das prisões e condenações, o poder público não conseguiu acabar com as atividades das milícias neste bairro, já que continua existindo um patamar de denúncias elevado, com mais de 600 por ano.

As naturezas das denúncias são classificadas pelo Disque Denúncia de duas formas. A primeira delas diz respeito a uma classificação mais geral, expondo o grupo de crimes em que a denúncia se enquadra, como “crimes contra a vida” e “crimes contra o patrimônio”. A segunda especifica o tipo de ação delituosa realizada de forma mais detalhada, por exemplo, “homicídio” e “extorsão”. Nenhuma dessas duas classificações corresponde exatamente às tipificações previstas no Código Penal, embora estejam inspiradas por critérios jurídicos e policiais.

A tabela seguinte apresenta as categorias mais genéricas, entre as quais destaca-se os crimes contra o patrimônio, com um quarto dos casos, e os crimes relativos a armas, com quase um quinto.

[TABELA 5]

Número de denúncias recebidas por natureza (tipificação geral) – Janeiro de 2006 a Junho de 2011

	Frequência	%	% Acumulado
Crimes contra o patrimônio	10503	25,3	25,3
Armas de fogo e artefatos explosivos	7944	19,1	44,4
Crimes contra a pessoa	7116	17,1	61,5
Crimes praticados por funcionários públicos	6815	16,4	77,9
Crimes contra a administração pública	3668	8,8	86,8
Substâncias entorpecentes	1683	4,1	90,8
Crimes contra a administração da justiça	901	2,2	93,0
Perturbação da ordem pública	608	1,5	94,5
Crimes contra a criança e o adolescente	488	1,2	95,6
Substâncias tóxicas/ explosivas	478	1,2	96,8
Crimes de trânsito	441	1,1	97,8

Defesa do cidadão	256	0,6	98,5
Falsificações e alterações	232	0,6	99,0
Crimes contra a liberdade sexual	166	0,4	99,4
Crimes contra o meio ambiente	121	0,3	99,7
Calamidade pública	46	0,1	99,8
Outros	46	0,1	99,9
Crimes contra a saúde pública	30	0,1	100,0
Total	41542	100,0	

Fonte: Disque Denúncia

Destaca-se também as mais de 1.600 denúncias que vinculam milícias a drogas, confirmando a tendência que já tinha sido estabelecida no estudo anterior. Se as milícias em geral se apresentavam como uma cruzada contra o tráfico, alguns milicianos pareciam incorporar o comércio de drogas como uma de suas fontes de lucro.

As categorias específicas permitem uma ideia mais clara sobre as atividades realizadas por estes grupos. A próxima tabela mostra as naturezas de denúncias mais frequentes e a lista completa pode ser encontrada no Anexo IV.

[TABELA 6]

Número de denúncias recebidas por natureza (classificação específica) – Janeiro de 2006 a Junho de 2011

	Frequência	%	% Acumulado
Extorsão simples	8478	20,4	20,4
Posse ilícita de armas de fogo	6327	15,2	35,6
Desvio de conduta	5312	12,8	48,4
Homicídio consumado	2642	6,4	54,8
Ameaça	2360	5,7	60,5
Rádio/ tv/ telefonia clandestina	2181	5,3	65,7
Tráfico de drogas	1383	3,3	69,0
Localização de foragidos da justiça	831	2,0	71,0
Concussão	785	1,9	72,9
Lesão corporal	718	1,7	74,7
Guarda/comércio ilícito de armas de fogo	713	1,7	76,4
Uso ilícito de armas de fogo	698	1,7	78,1
Grupos de extermínio	680	1,6	79,7
Corrupção	591	1,4	81,1
Invasão de propriedade	520	1,3	82,4
Depósito clandestino de gás	458	1,1	83,5
Jogos de azar	443	1,1	84,5
Obstrução de vias públicas	429	1,0	85,6

Barulho	407	1,0	86,6
Transporte alternativo irregular	381	0,9	87,5
Tentativa de homicídio	330	0,8	88,3
Estelionato	321	0,8	89,0
Roubo de veículos automotores	252	0,6	89,6
Apropriação indébita	226	0,5	90,2
Estabelecimento sem alvará	196	0,5	90,7
Obra irregular	172	0,4	91,1
Corrupção de menores	170	0,4	91,5
Uso ilegal de serviços públicos	152	0,4	91,8
Comercialização de produto roubado/ furtado	151	0,4	92,2
Sequestro simples e cárcere privado	144	0,3	92,6
Consumo de drogas	126	0,3	92,9
Baderna	123	0,3	93,2
Tiroteio entre quadrilhas	122	0,3	93,5
Bomba / granada / morteiro	113	0,3	93,7
Mau atendimento órgãos públicos e privados	111	0,3	94,0
Documento público/particular	111	0,3	94,3
Roubo/ furto a residências	104	0,3	94,5
Tortura	99	0,2	94,7

Fonte: Disque Denúncia

Um quinto das denúncias corresponde a extorsão, com mais de 8.000 casos, o que, junto com as mais de 2.000 ameaças, confirma a natureza da dominação coativa exercida pelas milícias sobre a população. Esta coação é exercida através do poder armado, como revelam as inúmeras ocorrências relativas a posse ilegal de armas de fogo. Por outro lado, não é possível deixar de destacar as mais de 2.600 denúncias de homicídio, 6% do total, exatamente a mesma proporção da registrada na pesquisa anterior. Assim, a violência letal é consubstancial à forma de dominação aplicada pelas milícias.

Como as proporções de cada denúncia são bastante semelhantes às obtidas em 2008, parece existir uma continuidade no *modus operandi* criminal destes grupos. Entre as pequenas alterações observadas, os casos de posse de armas sobem de 12,5% para 15,2% e as denúncias de tráfico caem de 4,8% para 3,3%. Um ponto interessante se refere ao fato de as ocorrências sobre 'localização de foragidos da justiça' passarem de 0,6% do total em 2008 para 2% no momento atual, provavelmente em função do incremento da repressão estatal.

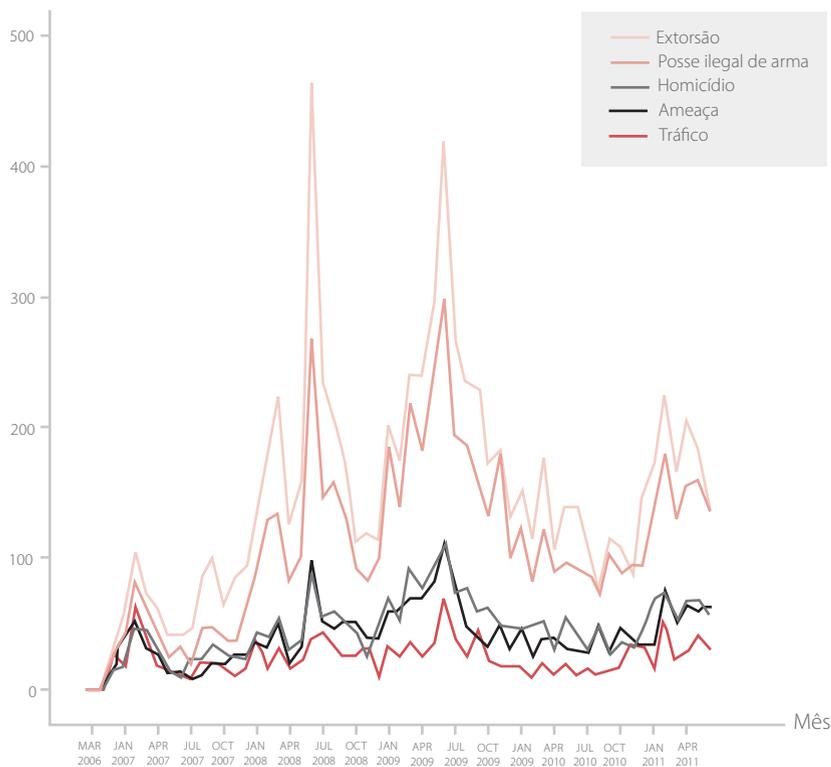
Um monitoramento das principais naturezas de denúncia ao longo do tempo (ver o próximo gráfico) revela que a tendência é semelhante para os crimes de extor-

são, posse ilegal de arma, homicídio e ameaça. Já o tráfico possui uma dinâmica um pouco mais diferenciada. Adicionalmente, o gráfico mostra que os grandes picos de denúncias, em meados de 2008 e 2009 e, em menor medida, em 2011, são, sobretudo, consequência dos crimes de extorsão e porte ilegal.

[GRÁFICO 2]

Número de denúncias contra as milícias por mês e natureza
Janeiro de 2006 a Junho de 2011

Número de Denúncias



ANÁLISE DOS REGISTROS DO DISQUE MILÍCIA

Como já explicado, o Disque Milícia foi um canal de denúncia anônima criado pela CPI das milícias, através de uma linha telefônica dedicada, operativa entre os meses de julho e novembro de 2008. Embora o relatório da CPI mencione um total de 1.162 denúncias recebidas através do Disque Milícia, o banco ao qual tivemos acesso continha apenas 849. Inclusive, não há certeza de que todos os registros sejam realmente denúncias, visto que 50 casos apresentam, na variável que descreve a natureza da denúncia, a palavra “informação”. De qualquer forma, este banco de dados serve para entender o tipo de denúncias encaminhadas por este canal e para complementar, durante um breve período, os dados do Disque Denúncia.

Os casos registrados no banco correspondem a denúncias realizadas entre 24 de julho e 26 de novembro de 2008. A estrutura do banco é simples e conta com informações sobre os seguintes pontos: data da denúncia; local dos fatos; natureza da denúncia; breve relato dos fatos. O banco contém um máximo de duas naturezas por denúncia.

A distribuição das denúncias por mês mostra uma incidência mais elevada no fim de julho e em agosto, possivelmente pela demanda que ficou refletida no aumento de casos no Disque Denúncia no mês anterior à abertura do Disque Milícia. Posteriormente, o número vai se reduzindo progressivamente até cair a aproximadamente três denúncias por dia em novembro. Nesse sentido, o fechamento do Disque Milícia, além de ser determinado pelos prazos da CPI, parece corresponder ao esgotamento da demanda.

[TABELA 7]

Número de denúncias recebidas por mês no ano de 2008

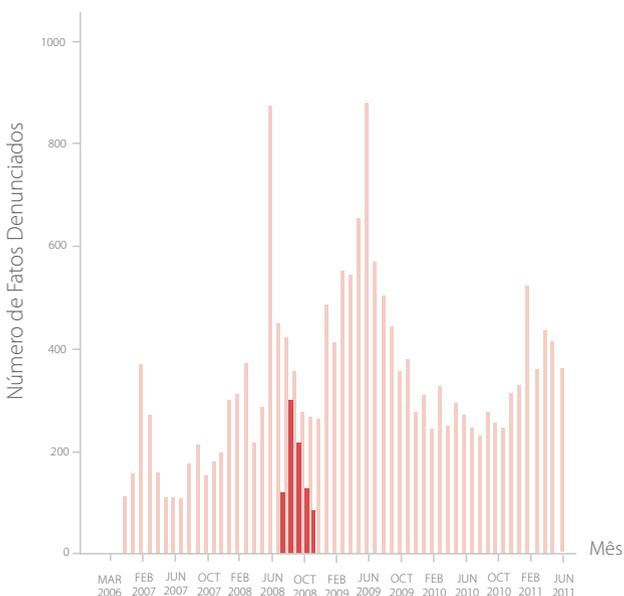
Mês	Frequência	% Válido	% Acumulado
Julho	118	13,9	13,9
Agosto	299	35,2	49,1
Setembro	216	25,4	74,5
Outubro	125	14,7	89,2
Novembro	85	10,0	99,2
Sem informação	6	0,7	100,0
TOTAL	849		

Fonte: Disque Milícia ALERJ

Segundo exposto anteriormente, a criação do Disque Milícia provoca uma queda nas denúncias do Disque Denúncia sobre milícias, já que os dois serviços concorrem entre si sobre este tema. O próximo gráfico revela esta influência, apresentando as denúncias das duas fontes simultaneamente. Dado que o banco do Disque Milícia possui no máximo duas naturezas de denúncia para cada registro, enquanto que o Disque Denúncia permite múltiplas denúncias para um mesmo fato, o gráfico apresenta o total de fatos denunciados ao invés do total de naturezas registradas, o que garante a comparabilidade das duas fontes.

[GRÁFICO 3]

Número de fatos denunciados contra milícias por fonte e mês – (barras paralelas)

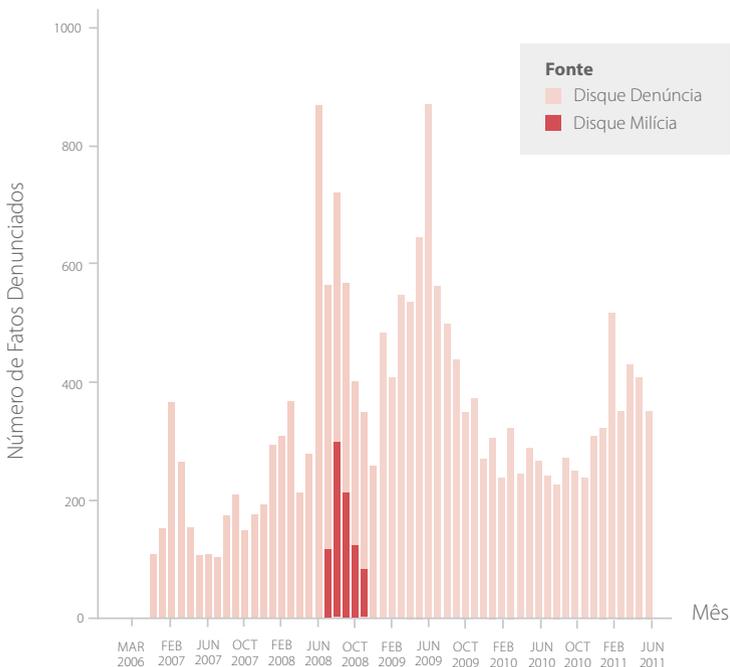


O gráfico confirma que a introdução do Disque Milícia vem acompanhada de uma queda dos casos relatados pelo Disque Denúncia. É provável que as pessoas se sentissem mais confiantes em denunciar para um órgão voltado exclusivamente à questão das milícias, ou ainda pensaram que a CPI poderia ser um instrumento mais eficaz contra os milicianos.

O próximo gráfico apresenta o total de fatos denunciados por mês, somando as duas fontes, e permite ter uma ideia mais precisa da evolução das denúncias.

[GRÁFICO 4]

Número de fatos denunciados contra milícias por fonte e mês – (barras empilhadas)



Em suma, as denúncias crescem em 2007 até chegar ao ápice em meados de 2008, depois caem na segunda metade do ano e voltam a subir em 2009 para atingir um novo máximo em meados deste ano, diminuindo depois. Chama a atenção o fato de que a despeito da CPI e do impacto gerado pela tortura dos jornalistas de O Dia em 2008, o ano de 2009 experimenta um volume de denúncias ainda maior (aproximadamente 6.000 contra 5.200 no ano anterior). Somente em 2010 a incidência das denúncias decresce a um patamar de 3.000 fatos registrados. Em 2011 há um novo período de crescimento, embora muito mais moderado do que os observados em 2008 e 2009.

A primeira conclusão que pode ser extraída deste conjunto de informações é que a repressão contra as milícias em 2008 e 2009 conseguiu, aparentemente, reduzir o fenômeno, mas está longe de ter conseguido a sua erradicação.

A distribuição geográfica dos fatos denunciados no Disque Milícia é semelhante a encontrada no Disque-Denúncia. Um total de 82% das denúncias ao Disque Milícia está referido ao município do Rio de Janeiro. Em seguida, aparecem os municípios da Baixada Fluminense, mas há muita distância.

[TABELA 8]

Número de denúncias recebidas por cidade

	Frequência	% Válido	% Acumulado
Rio de Janeiro	691	82,2	82,2
Nova Iguaçu	48	5,7	87,9
Duque de Caxias	27	3,2	91,1
Itaquaí	13	1,5	92,6
São Gonçalo	11	1,3	93,9
Belford Roxo	6	0,7	94,6
São João de Meriti	6	0,7	95,4
Nilópolis	5	0,6	96,0
Seropédica	4	0,5	96,4
Queimados	4	0,5	96,9
Angra dos Reis	3	0,4	97,3
Niterói	3	0,4	97,6
Barra Mansa	2	0,2	97,9
Cabo Frio	2	0,2	98,1
Santo Antonio de Pádua	2	0,2	98,3
Piabetá	2	0,2	98,6
Japeri	2	0,2	98,8
Volta Redonda	1	0,1	98,9
Maricá	1	0,1	99,0
Rio Bonito	1	0,1	99,2
Mangaratiba	1	0,1	99,3
Macaé	1	0,1	99,4
Magé	1	0,1	99,5
Guapimirim	1	0,1	99,6
Tanguá	1	0,1	99,8
Saquarema	1	0,1	99,9
Paraty	1	0,1	100,0
Total	841	100,0	
Não informado	8		
TOTAL	849		

Fonte: Disque Milícia, ALERJ

Dentro do município do Rio de Janeiro, percebemos novamente que as queixas se concentram principalmente nos bairros da Zona Oeste (Campo Grande, Santa Cruz e Jacarepaguá). O bairro de Jacarepaguá acumula, nesse canal, um peso (15%) consideravelmente maior do que no Disque Denúncia (6%), enquanto que o resto dos bairros mostra uma posição semelhante. Na próxima tabela aparecem os bairros do município Rio de Janeiro com mais de 5 denúncias.

[TABELA 9]

Número de denúncias recebidas por bairro(*) – Município do Rio de Janeiro

	Frequência	% Válido	% Acumulado
Campo Grande	115	16,7	16,7
Jacarepaguá	105	15,2	31,9
Santa Cruz	46	6,7	38,6
Guadalupe	28	4,1	42,6
Anchieta	24	3,5	46,1
Paciência	23	3,3	49,4
Praça Seca	19	2,8	52,2
Realengo	18	2,6	54,8
Coelho Neto	14	2,0	56,8
Sepetiba	13	1,9	58,7
Pilares	12	1,7	60,4
Pedra de Guaratiba	11	1,6	62,0
Bangu	10	1,4	63,5
Del Castilho	10	1,4	64,9
Taquara	10	1,4	66,4
Vila Valqueire	10	1,4	67,8
Recreio dos Bandeirantes	9	1,3	69,1
Água Santa	8	1,2	70,3
Cascadura	8	1,2	71,4
Guaratiba	8	1,2	72,6
Ilha do Governador	8	1,2	73,8
Piedade	8	1,2	74,9
Ricardo de Albuquerque	8	1,2	76,1
Campinho	7	1,0	77,1
Cosmos	7	1,0	78,1
Encantado	7	1,0	79,1
Gardênia Azul	7	1,0	80,1
Rio das Pedras	7	1,0	81,2
Inhaúma	6	0,9	82,0

Fonte: Disque Milícia, ALERJ

(*) Apenas os bairros com mais de 5 denúncias.



A Tabela 11 mostra a natureza das denúncias. Como foi mencionado, cada fato contém, no máximo, duas naturezas distintas.

[TABELA 10]

Naturezas das denúncias recebidas*

	Frequência	% Sobre o total de fatos
Extorsão	447	71,3
Ameaça	148	23,6
Homicídio	29	4,6
Curral eleitoral	27	4,3
Outros	27	4,3
Segurança clandestina	20	3,2
Venda de ponto ilegal de TV a cabo	15	2,4
Político vinculado a milícia	9	1,4
Venda ilegal de gás	7	1,1
Sequestro	7	1,1
Agressão	4	0,6
Grilagem de terreno	4	0,6
Agiotagem	3	0,5
Expulsão de moradores	3	0,5
Tráfico de drogas	3	0,5
Obstrução de via pública	3	0,5
Realização de eventos por milicianos	3	0,5
Toque de recolher	2	0,3
Cemitério clandestino	2	0,3
Miliciano foragido	2	0,3
Construção irregular	2	0,3
Corrupção	1	0,2
Transporte alternativo ilegal	1	0,2
Caso de desaparecimento	1	0,2
TOTAL	770	100

Fonte: Disque Milícia, ALERJ

(*) Cada fato pode incluir um máximo de duas naturezas diferentes.

A grande maioria das denúncias diz respeito a extorsão e, em menor medida, a ameaça. A comparação direta com as naturezas do Disque Denúncia é problemática, porque os sistemas de categorias utilizados não são equivalentes, mas não há dúvida de que as denúncias à CPI estavam referidas basicamente a extorsão. A proporção de homicídios, contudo, é significativa e parecida à registrada no Disque Denúncia (4,6%). Por outro lado, o número de casos de tráfico de drogas é, nesta fonte, quase inexpressivo (0,5%).

Outra forma de acompanhar o fenômeno das milícias é através do monitoramento das notícias de jornal publicadas sobre o tema. Para tanto, a equipe de pesquisa fez uma busca automática das matérias sobre milícias que apareceram nos dois jornais de maior circulação no estado do Rio de Janeiro: “O Dia” e “O Globo”. O último é dirigido às classes médias e altas, enquanto que o primeiro possui um caráter mais popular.

A busca, utilizando os sistemas informáticos dos próprios jornais, procurou matérias em que aparecesse alguma das seguintes palavras-chave: “milícia”, “milícias”, “miliciano” e “milicianos”. O período considerado foi de janeiro de 2005 a abril de 2011.

Uma breve revisão dos conteúdos permitiu descartar aquelas informações referentes a milícias fora do estado do Rio de Janeiro. Também foram desconsiderados os artigos de opinião, os editoriais e as cartas, para se centrar exclusivamente nas matérias informativas.

A partir dos resultados, a equipe codificou, para cada matéria, as seguintes variáveis: a manchete, o autor da notícia, o número de palavras contidas no texto, a data de publicação e o resumo do conteúdo.

Entre janeiro de 2005 a abril de 2011, o jornal O Globo publicou 860 matérias, as quais mencionavam as palavras “milícia”, “milícias”, “miliciano” e “milicianos”, enquanto que nesse mesmo período o jornal O Dia divulgou 839 matérias desse tipo. Em outras palavras, ambos os jornais tiveram números de matérias parecidas no intervalo considerado.

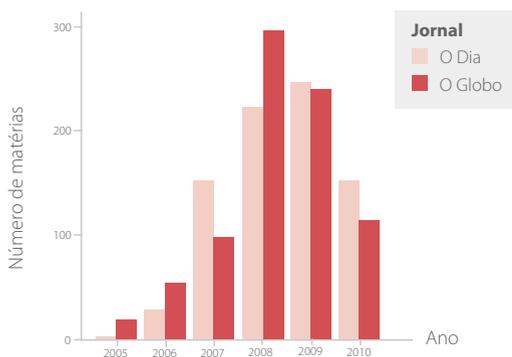
O número médio de palavras por artigo é também muito parecido nos dois veículos: 487, em O Dia e 480, em O Globo.

Boa parte dessas matérias foi publicada em cadernos locais de tais jornais, quase sempre em partes referentes à cidade e à Região Metropolitana do Rio de Janeiro e, em menor grau, ao estado. Notícias sobre milícias são raramente incluídas em cadernos nacionais, de forma que o assunto é prioritariamente de interesse estadual, senão local. Por outro lado, a grande maioria das matérias publicadas é marcadamente factual, baseada em simples descrições das ações de milicianos e da repressão do Estado contra eles. São raros os casos de informações mais profundas, que ajudam a definir o contexto das ações ou a explicar os fatos.

O gráfico a seguir mostra a evolução do número de matérias por jornal e por ano. Não foram expostos os dados referentes a 2011, pois a pesquisa abrangeu apenas os quatro primeiros meses desse ano.

[GRÁFICO 5]

Total de notícias sobre milícias por ano e jornal



Em 2005, foram publicadas, pela primeira vez, matérias sobre milícias. De fato, a pesquisa anterior ressaltou que antes de 2006, boa parte das matérias utilizava provavelmente o termo “polícia mineira” ao invés de ‘milícia’, que foi um termo cunhado nesta época. Tradicionalmente, ‘polícia mineira’ ou ‘grupo de extermínio’ eram os conceitos usados para grupos que tinham vários traços em comum com o que posteriormente veio a ser conhecido como milícia.

O assunto começa a ganhar projeção em 2007 e atinge o ápice em 2008 e em 2009. Curiosamente, em 2008 é O Globo que parece dedicar mais atenção, mas esta situação se reverte no ano seguinte. Em 2010, a publicação de matérias sobre o assunto parece decair significativamente.

Quando a análise considera o número de palavras contido nas matérias, o resultado é diferente. O número de palavras cresce exponencialmente entre 2005 e 2008, que corresponde ao ponto álgido, e depois decresce significativamente em 2009 e ainda mais em 2010. Em outras palavras, o número de matérias em 2009 é só algo inferior ao de

2008, mas elas são bem mais curtas. A tabela seguinte mostra a evolução simultânea de matérias e de palavras nelas contidas.

[TABELA 11]

Total de notícias e número de palavras contidas nelas por ano(*) e jornal

ANO	O Dia		O Globo		Total	
	Matérias	Palavras	Matérias	Palavras	Matérias	Palavras
2005	2	1.382	19	7.959	21	9.341
2006	28	14.486	53	28.861	81	43.347
2007	152	78.966	98	67.873	250	146.839
2008	221	158.599	294	140.823	515	299.422
2009	245	97.800	238	99.869	483	197.669
2010	150	45.464	112	41.700	262	87.164
2011	41	9.877	46	23.999	87	33.876
TOTAL	839	406.574	860	411.084	1.699	817.658

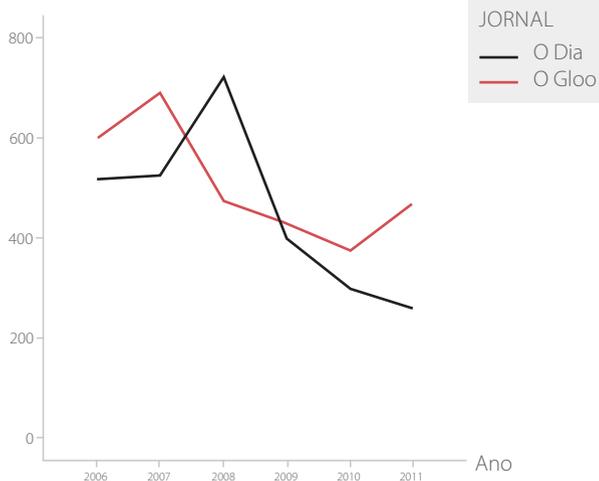
(*) 2011 só contém os quatro primeiros meses.

O próximo gráfico mostra o número médio de palavras por matéria, para cada jornal em cada ano, com exceção de 2005, quando o número de matérias era reduzido demais para estabelecer uma média estável.

[GRÁFICO 6]

Número médio de palavras por matéria (sobre milícia) por ano e jornal

Número Médio de Palavras



Em O Globo, as matérias são mais longas em 2006 e 2007, quando surge o fenômeno. Posteriormente, elas vão ficando mais sucintas, provavelmente referidas a fatos concretos como crimes e prisões. Em O Dia, as matérias mais extensas acontecem em 2008, ano em que ocorreu a tortura de seus jornalistas e ano da CPI, e vão sendo encurtadas progressivamente ao longo do tempo.

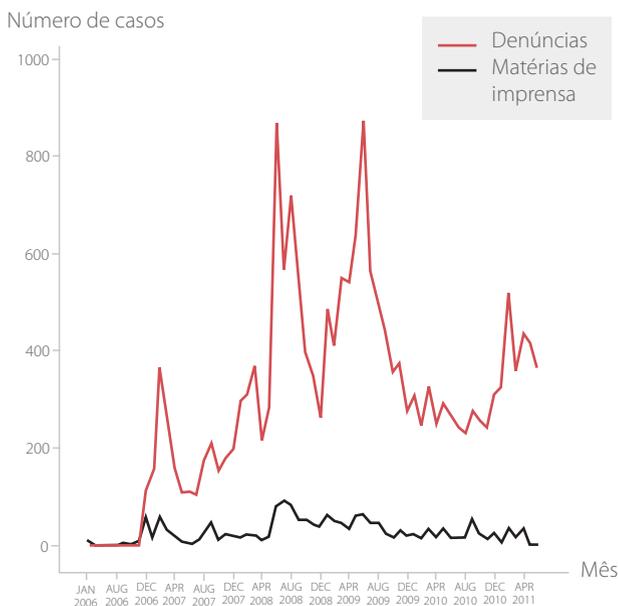
O Dia tinha incluído menos matérias sobre milícias do que O Globo em 2007, mas dedica mais atenção em 2008, por causa, entre outros motivos, da tortura de seus jornalistas.

Um ponto interessante é a análise da evolução no tempo, simultaneamente, das matérias de imprensa e das denúncias anônimas recebidas pelo Disque Denúncia e o Disque Milícia. Isto porque as duas possuem uma relação potencial entre si, já que apresentam a capacidade de se influenciar mutuamente. Fatos graves podem levar ao incremento de denúncias, bem como podem ser noticiados nos jornais. Por outro lado, a cobertura jornalística pode estimular as denúncias, ao passo que a profusão de denúncias pode levar a que os jornais decidam noticiar um fato.

O gráfico seguinte apresenta o número mensal de denúncias, somando o Disque Denúncia e o Disque Milícia, e de matérias nos jornais, acrescentando O Globo e O Dia. Um exame das séries temporais parece indicar que as duas apresentam uma evolução semelhante, embora os picos das denúncias sejam muito mais pronunciados do que os das matérias.

[GRÁFICO 7]

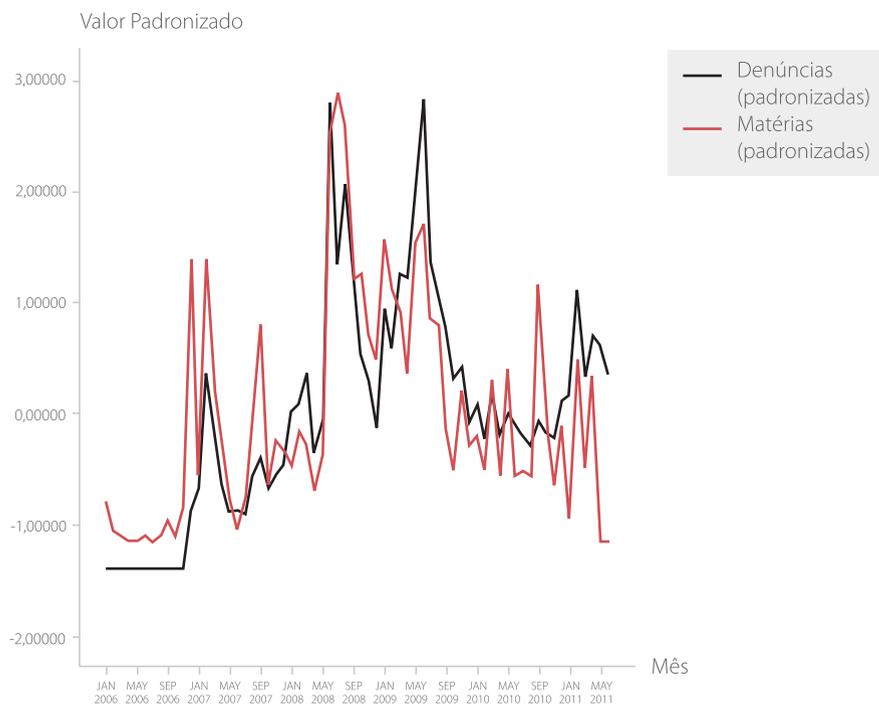
Número médio de denúncias e matérias de jornal por mês



Para melhor visualizar a relação entre as duas séries, repetimos o gráfico com as duas variáveis padronizadas⁶, de forma a conseguir uma escala comum para ambas. O novo gráfico confirma que a relação entre elas é mesmo estreita.

[GRÁFICO 8]

Número médio de denúncias e matérias padronizadas por mês



Com efeito, o coeficiente de correlação de Pearson entre as duas séries é bastante elevado (0,77), o que confirma que denúncias e matérias evoluem de forma paralela.

6. A padronização de uma variável consiste numa transformação em que se subtrai, de cada valor, a média da variável e o resultado se divide pelo seu desvio padrão. A variável transformada possui média igual a 0 e desvio padrão igual a 1. A padronização de um conjunto de variáveis permite colocar todas elas na mesma escala.

Para explorar as possíveis relações causais entre as denúncias e as matérias de jornal, calculamos as correlações entre cada uma dessas dimensões e a outra, mensurada nos meses anteriores. Por exemplo, se a publicação de matérias provocasse um aumento das denúncias, esperaríamos que o coeficiente de correlação fosse máximo entre o número de denúncias registrado num mês determinado e o número de matérias publicado um ou dois meses antes. Assim, a correlação mais alta *não* aconteceria com as duas variáveis mensuradas *no mesmo momento*, mas com uma delas mensurada num momento posterior, para dar tempo ao efeito da primeira sobre a segunda se manifestar. Da mesma forma, se o efeito causal mais importante fosse a influência das denúncias sobre a publicação subsequente de notícias no jornal, estimaríamos que o coeficiente de correlação mais elevado seria obtido entre o número de matérias publicadas num mês e o número de denúncias registrado um ou dois meses antes. Por último, se tanto denúncias quanto matérias respondem à gravidade dos fatos acontecidos, então a correlação seria mais alta entre as duas variáveis *mensuradas no mesmo mês*.

Na prática, a correlação entre o número de denúncias em um mês determinado e o número de matérias de jornal registrado 1, 2 ou 3 meses antes vai diminuindo progressivamente. Paralelamente, a correlação entre as matérias e as denúncias vai caindo na medida em que utilizamos as denúncias realizadas no passado: 1, 2 ou 3 meses atrás. Assim, esta correlação que vai se deteriorando no tempo sugere que as denúncias e as matérias de jornal possuem uma relação mais intensa *no mesmo mês*. Por sua vez, este resultado aponta que tanto matérias quanto denúncias respondem a uma dimensão comum, neste caso os crimes cometidos pelas milícias. Em suma, perde força a possibilidade de que as matérias estejam provocando denúncias (nesse caso a correlação seria mais alta entre as matérias do mês e as denúncias nos meses seguintes) ou de que as denúncias estejam gerando as matérias (nesse caso a correlação mais elevada deveria se produzir entre as denúncias num certo momento e as matérias nos meses seguintes).

Em relação ao conteúdo das matérias dos jornais, podemos observar que antes de 2008, boa parte delas se dedicava basicamente a definir as milícias, sem oferecer um juízo de valor sobre esses grupos. Em dezembro de 2006 o jornal O Globo publica uma matéria contendo uma fala do então prefeito do Rio de Janeiro, o qual mencionava as milícias como um “mal menor”, já que elas poderiam ser consideradas como “organizações clandestinas de autodefesas comunitárias”. Em contrapartida, nesse mesmo momento, Sergio Cabral, governador eleito, afirma que pretende combater as milícias em seu governo. Nesse sentido, a cobertura sobre o tema refletia as diversas opiniões sobre o fenômeno.

Em 2006 os jornais destacaram a participação de policiais entre os milicianos. Nesse mesmo ano, mas sobretudo em 2007, diversas matérias relatavam a expansão territorial das milícias e os confrontos entre os milicianos e traficantes em busca do controle dos territórios. Notícias de mortes em decorrência da ação da milícia também eram frequentes. Um tema recorrente era o número de comunidades dominadas pelas milícias. Uma hora as autoridades relatavam a expansão dos milicianos, em outro momento já mostravam a sua contração, para, logo depois, afirmarem novamente que elas estavam proliferando. Isso demonstra que ainda não se conhecia muito a dinâmica de atuação desses grupos e as suas atividades. Aparentemente, o Estado desconhecia os territórios que esses grupos efetivamente dominavam.

Em meados de 2007, começam a surgir notícias sobre a ação repressiva do Estado contra as milícias. Em setembro desse ano, o secretário de segurança pública, José Mariano Beltrame, afirma ao O Globo que estava investigando cerca de 150 milícias. No entanto, a divulgação de ações de repressão estatal se incrementa notavelmente a partir de 2008.

A tortura dos jornalistas do O Dia constitui um marco no modo como as milícias são visualizadas pela imprensa. A partir desse episódio, O Dia lança séries de reportagens sobre o tema, como um conjunto de 40 matérias intituladas “Política do Terror”, entre junho e agosto de 2008. Essa série pretendia divulgar as formas de atuação de milicianos em diferentes comunidades do Rio de Janeiro, bem como explicitar as ações do Estado para coibir esses grupos ilegais. Além disso, com um conteúdo semelhante, o jornal publica entre junho e dezembro de 2008 outra série de reportagens denominada “Dossiê Milícia”, totalizando 71 matérias. Nessas matérias, O Dia faz uma analogia da ação das milícias com o terrorismo.

Ainda em 2008, o jornal O Globo divulga a visão do então Ministro da justiça sobre a necessidade de se combater enfaticamente as milícias e sobre a disponibilidade do governo federal de apoiar ações do governo estadual nessa direção. A partir disso, registram-se muitas notícias sobre ações repressivas do Estado.

A CPI naturalmente recebeu bastante atenção e acabou gerando informações regulares relativas aos investigados e indiciados. Um total de 50 matérias dos dois jornais faz menção explícita à CPI em suas manchetes, 49 delas no próprio ano de 2008.

Durante o transcurso dessa CPI, foi divulgado sistematicamente o envolvimento de políticos com as milícias. Natalino, Babu, Álvaro Lins e Carminha Jerominho foram citados como suspeitos e, logo após, os jornais noticiaram suas prisões.

Já no início de 2009, o presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro afirmou aos

jornais que tiraria as varas criminais que estavam julgando os casos envolvendo milicianos de seus locais de origem, principalmente as situadas na Zona Oeste do Rio de Janeiro, e as deslocariam para o Fórum de Justiça, no centro da capital. A manchete “Justiça blindada contra as milícias” (O Dia, 13 de fevereiro 2009) sintetiza essa ideia.

Ainda em 2009, os jornais informaram que a DRACO criou junto com promotores, juízes e policiais uma Câmara de Repressão ao Crime Organizado, com vistas a incrementar as investigações e prisões de milicianos. Em meados desse ano, noticia-se a criação de uma UPP no Batan, local onde ocorreu a tortura dos jornalistas do O Dia. A sede da UPP foi instalada no antigo quartel general dos milicianos no local.

Contudo, ao mesmo tempo em que se mostra a intensificação da repressão estatal contra milicianos, há, em contrapartida, matérias que descrevem falhas e limitações do poder público nesse processo. Entre elas, a fuga de milicianos presos “pela porta da frente” dos centros de detenção ou os churrascos promovidos por milicianos dentro da cadeia.

Como já foi mostrado, em 2010 e 2011 o número de notícias sobre o tema decresce, embora o teor continue o mesmo. São noticiados indiciamentos e prisões de milicianos, e atividades exercidas pelas milícias.





A PERCEÇÃO DOS CIDADÃOS QUE MORAM OU TRABALHAM EM ÁREA DE MILÍCIA

7.1 QUESTÕES METODOLÓGICAS

As entrevistas a pessoas que residem ou possuem contato estreito com áreas de milícia são, da mesma forma que na pesquisa anterior, o cerne do material empírico em que o estudo está baseado. Se as denúncias e as matérias de jornal fornecem indícios importantes sobre a atuação dos milicianos, nada se compara ao testemunho das pessoas que convivem com o fenômeno. Especificamente, não existe nenhuma outra fonte de informação alternativa no que tange à percepção das comunidades sobre a milícia, aos detalhes do comportamento dos milicianos e às regras estabelecidas por eles.

A preferência na seleção dos entrevistados foi dada às pessoas que residiam em área de milícia, mas a dificuldade de encontrar moradores dispostos a falar obrigava, como na pesquisa anterior, a incluir também pessoas que transitavam corriqueiramente nessas áreas sem residir nelas. Isso inclui basicamente duas categorias: a) indivíduos com amigos e familiares próximos que residem em locais sob o domínio da milícia e que, portanto, visitavam frequentemente estas áreas; b) pessoas que trabalhavam em área de milícia, por exemplo, funcionários públicos. A entrevista a funcionários, especificamente professores de escolas localizadas nessas regiões, apresentava vantagens e desvantagens. Se por um lado, eles e elas não dispunham de todos os detalhes do funcionamento das milícias, por outro eles possuíam um olhar parcialmente externo e comparativo entre várias comunidades em que tinham trabalhado anteriormente, o que representava uma contribuição analítica interessante. Além disso, o seu medo de sofrer represálias era inferior ao dos moradores e, com isso, o receio em falar abertamente também parecia ser menor.

O critério de seleção do que seja uma ‘área controlada por milícia’ foi deixado, em primeiro lugar, sob a interpretação dos próprios entrevistados. Quando ela era ambígua, o que não foi infrequente, utilizamos os parâmetros definidos na pesquisa publicada

em 2008, descritos na primeira seção. De qualquer forma, várias das estratégias de recrutamento de entrevistados foram dirigidas especificamente a locais sobre os quais existiam evidências claras de funcionamento destes grupos, seja através da pesquisa anterior, seja por meio de outras fontes como o relatório da CPI ou o Disque Denúncia. Foram entrevistadas também pessoas vinculadas a áreas onde tinham sido dominadas por milícias em algum momento do passado, mas não mais no presente, como uma forma de entender os processos de tomada e perda de controle territorial por parte destes grupos.

Foram realizadas e analisadas 46 entrevistas. Uma entrevista adicional foi conduzida com uma pessoa que negou a existência de milícia em sua comunidade, embora relatasse o homicídio de um vizinho que, apesar de ser miliciano, operava em outro local. Como a pessoa negou morar em área de milícia, essa entrevista foi descartada, exceto pelo relato da violência contra o miliciano.

As entrevistas seguiram um roteiro, que pode ser conferido no Anexo I. Os quatro primeiros blocos desse roteiro — entrada da milícia, composição, forma de atuação e vida na comunidade — são idênticos ao usado na pesquisa anterior em 2007-2008, de forma a manter a comparabilidade entre os dois corpus empíricos. O novo roteiro incorpora um bloco adicional sobre prováveis mudanças na ação das milícias nos últimos três anos e sobre a existência de medidas tomadas pelo Estado contra a milícia local.

Considerando que o foco da pesquisa era a avaliação das mudanças ao longo do tempo, tentamos privilegiar, na seleção dos entrevistados, as comunidades pesquisadas no estudo anterior, de forma a manter o parâmetro de comparação. Entretanto, considerando as dificuldades de conseguir testemunhos, nem sempre foi possível obter entrevistas com pessoas das comunidades pretendidas. Por outro lado, a inclusão de algumas áreas novas era também de interesse para manter a representatividade dos territórios estudados em relação à nova realidade.

A próxima tabela contém a listagem das comunidades e bairros contemplados nesse processo de entrevistas, comparando a distribuição na pesquisa anterior com a atual. Do total das 46 entrevistas, 19 eram relativas a locais que tinham sido objeto de pesquisa em 2008, o que permite uma comparabilidade razoável entre os dois momentos. Mesmo quando não havia uma coincidência exata da comunidade, tratava-se em muitos casos dos mesmos bairros e regiões da cidade.

[TABELA 12]

Relação de entrevistas realizadas por comunidade – Pesquisa anterior e pesquisa atual

COMUNIDADES	PESQUISA ANTERIOR	PESQUISA ATUAL
Águia de Ouro/ Pilares	-	1
Amazonas/ Campo Grande	-	1
Ana Gonzaga/ Campo Grande	1	-
Anchieta	1	-
Bangu	3	-
Bangu/ Centro	2	-
Batam	-	1
Boa Esperança/ Campo Grande	-	1
Brás de Pina	-	1
Brito/ Campo Grande	-	1
Campinho/ Jacarepaguá	1	2
Canal do Anil/ Anil	1	-
Carobinha/ Campo Grande	-	1
Cascadura	-	1
Centro/ Campo Grande	4	1
Centro/ Santa Cruz	1	1
Chapadão/ Costa Barros	-	1
Cidade Alta	2	2
Cosmos	-	1
Covanca/ Jacarepaguá	-	1
Curicica/ Jacarepaguá	2	3
Del Castilho	1	-
Engenho/ Itaguaí	1	-
Favela do Barbante/ Campo Grande	1	1
Fernan Cardim/ Del Castilho	-	1
Gardênia Azul/ Jacarepaguá	1	1
Guadalupe	1	2
Guaratiba	1	-
Inhoaíba/ Campo Grande	-	2
Itaguaí	1	1
IV Centenário	1	-
Jardim Bangu/ Bangu	-	1
Jardim Clarice/ Anil	1	-
Jardim Letícia/ Campo Grande	-	1
Jardim Paraíso/ Campo Grande	3	-
Kelson/ Penha	1	-
Morro Agudo/ Comendador Soares	1	1
Oiticica/ Campo Grande	1	-

Paciência	1	-
Praça Seca/ Jacarepaguá	-	3
Praia do Carbo/ Sepetiba	1	1
Quitungo	1	1
Ramos	1	1
Ricardo de Albuquerque	-	1
Rio das Pedras/ Jacarepaguá	-	5
Santa Margarida/ Campo Grande	2	-
Sepetiba	6	1
Tanque/ Jacarepaguá	-	1
Taquara/ Jacarepaguá	-	1
Vila Kenedy	1	-
Vila Nova/ Sepetiba	1	-
TOTAL	47	46

Se na pesquisa publicada em 2008 já ficou clara a dificuldade de obter testemunhos em função do temor das pessoas a falar sobre o tema, o processo foi ainda mais difícil em 2011. Dez pessoas se recusaram diretamente a participar quando contatadas pela equipe de pesquisa, apesar de terem sido indicadas por pessoas da sua confiança. Um número muito maior declinou ser entrevistado quando foi consultado, de forma indireta, através de terceiros.

Dentro dos problemas associados a pesquisar crime organizado em geral, a milícia constitui um objeto de estudo particularmente difícil por causa do medo dos moradores. É mais fácil estudar o tráfico de drogas do que milícias. O clima de intimidação nestas áreas é intenso, como revelam não apenas as recusas, mas também muitas das falas que finalmente obtivemos. Um grande número de pessoas manifesta desconhecer o que acontece com a segurança da sua comunidade e as declarações são com frequência dubitativas, ambíguas ou contraditórias. Entrevistados de áreas onde há inúmeras evidências da existência destes grupos negaram a presença de milícias e muitos manifestaram desconhecer se havia ou não milícias no território onde habitavam. Inclusive, indivíduos que acabaram se manifestando a favor da milícia tiveram, no princípio, muito receio de serem entrevistados. Certamente, a prisão e condenação de diversos milicianos e o novo cenário criado a partir de 2008 reforçaram este ambiente de temor e incrementaram as dificuldades para obter testemunhos. Em uma ocasião, entrevistadores foram intimidados por uma pessoa, que mostrou interesse aparente em participar da entrevista, e tiveram de deixar o local. Dados obtidos posteriormente permitiram confirmar que se tratava de um miliciano.

Em função desta situação, diversas precauções tiveram de ser tomadas pela equipe para preservar a segurança de entrevistadores e entrevistados. Em primeiro lugar, decidiu-se entrevistar apenas pessoas sobre as quais tínhamos uma referência pessoal confiável. A pessoa era sempre oferecida a possibilidade de marcar a entrevista na universidade ou em qualquer outro local diferente da sua moradia, para não levantar suspeitas.

A busca de entrevistadores potenciais lançou mão de diversas fontes:

- a) a rede pessoal de contatos dos membros da equipe de pesquisa;
- b) contatos fornecidos por organizações da sociedade civil do estado do Rio de Janeiro e por associações de moradores;
- c) contato com diretores e com professores de escolas públicas localizadas nas áreas almeçadas. Esta estratégia foi crucial em quatro comunidades: Rio das Pedras, Chapadão, Gogó da Ema e Guadalupe;
- d) colocação de cartazes na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) convidando alunos e funcionários moradores de áreas selecionadas para participar de uma ‘pesquisa social’ e oferecendo pagar o transporte. Contudo, esse canal, que em 2008 se mostrou mais frutífero, propiciou apenas duas entrevistas dessa vez.

De forma geral, as dificuldades para obter entrevistas e o teor de muitas delas foram evidências importantes no diagnóstico sobre o clima de intimidação existente em áreas de milícia.

A exposição do resultado da análise das entrevistas dará prioridade aos aspectos que mudaram nos últimos três anos e aos relativos ao impacto das intervenções repressivas do Estado. Assim, os traços de continuidade, que reafirmam os resultados obtidos em 2008, serão tratados de forma mais sumária.

Os entrevistados apresentam um perfil variado. Do total de 46 entrevistados, 27 eram mulheres e 19 homens. Na sua maioria, trata-se de pessoas de baixa escolaridade e moradores de espaços populares, justamente as áreas que tendem a ser dominadas por milícias. As exceções se referem principalmente aos professores de escolas situadas em áreas de milícias e a outros funcionários. Eles possuem maior escolaridade e um nível socioeconômico mais elevado.

Alguns entrevistados rejeitaram o termo “comunidade”, usado nas perguntas, associando-o com favela. Essas pessoas consideravam que tanto milícia quanto tráfico eram próprios de ‘favelas’ e não das áreas em que eles residiam. Nesses casos, a entrevista tratou das milícias cuja existência eles admitiam, em locais muito próximos da sua residência, mas não na rua deles.

7.2 A PERCEÇÃO DOS ENTREVISTADOS

Conforme já foi explicado na introdução, o conceito de milícia desenvolvido na pesquisa de 2008 se baseava em cinco traços centrais que deviam ocorrer simultaneamente: a) controle territorial e populacional de grupos armados irregulares; b) coação contra moradores e/ou comerciantes locais; c) motivação de lucro individual dos integrantes do grupo; d) discurso de legitimação em oposição ao narcotráfico e à desordem social; e) participação aberta de agentes armados do Estado em posições de comando dos grupos.

A primeira conclusão transcendente a que é possível chegar com os dados atuais é que as milícias, no momento atual, conservam claramente os três primeiros elementos, inclusive acentuados em alguns casos, mas modificaram claramente o quarto e atenuaram o quinto. Isto é, as milícias continuam sendo grupos armados que controlam o território e a população de pequenas comunidades de forma coativa, movidos pelo lucro.

7.2.1 O DISCURSO DE LEGITIMAÇÃO

Sob o risco de fazer afirmações excessivamente enfáticas, podemos concluir que as milícias renunciaram ao seu discurso de legitimação no debate público mais amplo, pois o discurso anterior deixou de ser viável no novo cenário. Dentro das comunidades, as milícias ainda disputam em boa medida a legitimidade social, na medida em que fornecem ordem e regulação das atividades rotineiras e, supostamente, protegem os moradores contra o crime e a incerteza. De fato, as entrevistas evidenciam que uma parte dos moradores acredita no papel protetor da milícia e se imagina pior sem elas:

— *Curicica é muito tranquilo, muito tranquilo. Então eu tenho, eu particularmente tenho muita preocupação em de repente a milícia sair dali e a gente ficar numa situação ali vulnerável. Porque casa vazia qualquer um manda e na realidade eu lembro quando o pessoal de Vigário Geral tentou tomar lá.*

(Entrevistada 20, Curicica)

— *Você vai lá querer fazer um Boletim de Ocorrência, como a gente já fez que assaltaram aqui, não resolve nada. Agora se chamar a milícia, resolve na hora, não vão parar até para pegar o ladrão. A polícia veio aqui fez o Boletim de Ocorrência e não resolveu nada, nem investigou, nem... tipo assim, não vamos fazer nada. Eu fiquei assim, indignada, porque a gente teve a primeira intenção assim, vamos ligar pra polícia.*

(Entrevistada 28, Praia do Carbo/ Sepetiba)

Neste sentido, o papel de regulador social local das milícias é similar ao exercido pelo narcotráfico, que também recebe um apoio parcial dos moradores das comunidades.

Por outro lado, existe sempre um elemento coativo, sem o qual as milícias poderiam ser equiparadas a uma empresa irregular de segurança privada e não poderiam impor os monopólios dos quais extraem grande parte dos seus lucros. Na realidade, há um longo *continuum* em termos de coação. Em um extremo, teríamos a ausência completa de intimidação e a conversão das milícias em segurança privada, como a que existe nos bairros de classe média-alta. No outro extremo, está a tirania absoluta pelo terror, que ignora a opinião e os desejos dos residentes. Esta possibilidade de adotar o medo como princípio exclusivo de dominação pode ser perigosa até para a sobrevivência do grupo, pois, como afirmam alguns entrevistados, o ressentimento dos moradores pode facilitar a entrada de grupos rivais.

— Em Campo Grande, minha prima mora lá o preço era diferente, era 25. Mas lá é outro, é outra forma de atuação. Era totalmente diferente da Praça Seca.

Entrevistador: Como assim diferente?

— Olha pelo que eu soube era mais violento assim. Haviam sei lá, casos de pessoas que não pagavam e assim os caras ameaçavam, ou então teve o caso que fuzilaram a casa do cara. Mas assim, eu acho que era pessoas em particular. Eu acho que não era o grupo que mandava ir fazer isso. Porque isso pode ser até, as pessoas vão pagar, mas eu acho que é meio idiota, porque querendo ou não eles têm que ter o apoio da população, porque chega outros caras, lá vem, vem com paternalismo. Vem e toma a região lá. Vem e toma assim, nem precisa empunhar armas, é só através da influência. Ele é um bom cara, um bom sujeito, vai e toma a região. É mais válido você ser legal com a população.

(Entrevistado 38, Campinho/ Jacarepaguá)

A intensidade da coação correlaciona negativamente com a legitimidade local, em uma relação de causalidade recíproca, e constitui um dos determinantes centrais do apoio ou rejeição dos moradores. Se as citações anteriores mostraram pessoas que apoiavam abertamente as milícias, também não é difícil encontrar testemunhos de oposição frontal à presença destes grupos.

— A milícia, lá onde eu moro, ela entrou e ficou só dois dias, não conseguiu ficar mais tempo. Só que nesses dois dias que ela entrou, ela barbarizou. Eu fui agredido pela milícia, várias pessoas foram agredidas, morreu um companheiro nosso, que é trabalhador e também foi barbarizado pela milícia, e eu fui. Mas logo após, o tráfico retomou. A milícia só conseguiu ficar dois dias e uma noite.

[.....] Mas graças a Deus, até hoje não conseguiram mais, não entraram mais. Isso que eu quero dizer, não é que eu seja a favor de tráfico, você não me entenda mal, eu não tô aqui pra fazer apologia a tráfico, nem tráfico nem milícia, nem nada. Mas só que o tráfico que lá está, está há um monte de tempo e nunca fizeram o que eles fizeram em pouco tempo, entendeu?

(Entrevistado 5, Cidade Alta)

— Durante três anos e meio ele (o miliciano) exterminou 200 pessoas. Os que ficaram, ele acabou, foi ceifão geral. Os outros foram embora, ou tomaram casa, uma baderna, uma bagunça, por isso que a comunidade não gostou. Eles ficaram pior que os traficantes. Eles mataram mais que os traficantes. Aí a comunidade viu aquilo e ficou em pânico. Porque mesmo assim a comunidade não estava acostumado com aquilo, porque o TCP [Terceiro Comando] não fazia aquilo. Eles vieram dando uma de bom moço: “não, nós vamos acabar com o tráfico, porque a gente vai fazer isso e aquilo”. Ele prometeu muita coisa pra comunidade, no começo a pessoa aceitou, mas depois viu os trabalhos que eles faziam. Aí muitos não aceitaram porque morreu parente meu, parente de outro colega. Tudo garoto novo. Eles mataram de 18, 17, 19 até 20 anos. Os garotos a maioria foi exterminado.

(Entrevistado 16, Ramos)

Retornando ao ponto inicial, se por um lado as milícias ainda cortejam a legitimidade dos moradores das comunidades, por outro lado cessou a tentativa de apresentar publicamente esses grupos como uma cruzada liberadora do narcotráfico ou sequer como um mal menor. Se em 2006 e 2007 existia um debate na imprensa sobre a natureza moral destes grupos, a partir da tortura dos jornalistas de O Dia em 2008 as milícias são diretamente equiparadas ao crime organizado. E nenhuma autoridade pública e nenhum formador de opinião se posiciona já publicamente a favor destes grupos. Em suma, as milícias carecem hoje de uma voz pública e renunciaram o seu discurso original de legitimação no debate público, mas não no interior das comunidades.

7.2.2 A REAÇÃO DO ESTADO

A evolução apresentada acima pode ser interpretada à luz de várias outras mudanças transcendentais. A primeira é que, o projeto político que amparava as milícias, tal como evidenciado no relatório da CPI das milícias, ficou desarticulado. Vários dos candidatos que se elegeram com votos concentrados em área de milícia não foram reeleitos e, de qualquer forma, se afastaram politicamente das milícias na medida em que elas foram objeto de condenação cada vez mais unânime. Se vários

dos integrantes do alto escalão da Secretaria de Segurança do governo Rosinha Garotinho aparecem mencionados na CPI como interlocutores políticos das milícias, a Secretaria de Segurança do novo governo de Sérgio Cabral, que tomou posse em 2007, se manifestou claramente contra as milícias e a favor de tomar medidas contra elas. Inicialmente, destituiu o inspetor Félix Tostes do cargo de confiança que ocupava na Polícia Civil e, em um momento posterior, orientou que a Delegacia de Repressão ao Crime Organizado (DRACO) se voltasse à repressão às milícias.

O posicionamento do prefeito ilustra perfeitamente esta virada política. O prefeito César Maia, em 2006 e 2007, definia as milícias como “mal menor” ou como “autodefesas comunitárias”. Por outro lado, o atual prefeito e candidato a reeleição em 2012, Eduardo Paes, é acusado na campanha eleitoral pelo ex-presidente da CPI das Milícias, Marcelo Freixo, também candidato a prefeito, de ser “responsável pelo crescimento das milícias” (ver O Globo, 31 de agosto de 2012, página 8). Nessa matéria, o jornalista indica que o prefeito preferiu não se pronunciar sobre as acusações.

Dois dos entrevistados, lideranças comunitárias, endossam essa visão da milícia como um projeto político.

A: *Eu acho que dali, particularmente, não sei, eu acho que pra mim quem começou isso [as milícias] foi o governador Garotinho, com Álvaro Lins.*

B: *Foi início do governo Garotinho, com Álvaro Lins, isso aí.*

A: *Foi quando o Garotinho assumiu a Secretaria de Polícia, você lembra? Que ele chamou a gente na associação de moradores lá na Central e falou que os presidentes das associações de moradores teriam que colaborar com o governo. “Como?”. Foi você que perguntou “como?”. “Como que vai colaborar?” Nesse dia, na reunião que teve aqui na Central. Aí, ele falou “dando informe de onde está o armamento, dando informe de onde estava o marginal”. Quer dizer, se a gente que é da comunidade e é presidente da associação, claro que a gente sabe muita coisa, mas... Aí, o governador tá chamando a gente pra poder a gente apontar onde o cara está. Como é que a gente vai viver na comunidade dessas? A gente vai morrer.*

Em segundo lugar, paralelamente a esta transformação política há mudanças significativas na esfera judicial. A partir de 2008, em função das revelações da CPI das milícias e das investigações da DRACO, diversos milicianos de destaque são presos, processados e condenados. O noticiário, como já foi mostrado, começa a ser ocupado por matérias sobre causas penais contra os líderes das milícias. A grande maioria dos cargos públicos acusados de chefiarem milícias acaba sendo processado e muitos deles estão hoje na cadeia.

Em terceiro lugar, um fato novo é a existência de altos níveis de violência entre os milicianos. Se a disputa entre milícias era apontada como uma possibilidade na pesquisa anterior, em função de elas não terem uma estrutura unificada, tal previsão se cumpriu dramaticamente nos últimos três anos. Ouvimos inúmeros relatos de mortes de milicianos em muitas comunidades, o que constitui mais um paralelismo com a alta mortalidade experimentada pelos grupos de narcotraficantes. Algumas dessas mortes estavam associadas a confrontos entre diferentes grupos de milicianos por disputas pelo território ou por outros motivos (mulheres etc.). Mas a grande maioria delas parecia resultar de dinâmicas dentro de uma mesma milícia, como acusações de desvio de dinheiro ou queima de arquivo. Há inclusive relatos de milicianos que foram mortos por tentarem deixar a milícia e de policiais assassinados por se recusarem a participar dela.

— Isso é interessante, porque eu soube de uma e foi por uma estupidez. Por algum motivo eles [os milicianos] estavam no mesmo bar e eles trocaram tiro, tanto é que morreram dois ou três. Mas o porquê assim eu não saberia dizer e guerra entre eles que eu saiba não. Sei lá, é como se houvesse um pacto: “eu fico na minha área e você na sua”. Mas assim, por baixo dos panos, eles agem lá da maneira que tem que agir pra tomar a região do outro. Mas assim aparentemente eles agem numa guerra entre eles, pelo menos o que eu sei.

(Entrevistado 38, Campinho/ Jacarepaguá)

— É porque um queria mandar mais que o outro. Entre os chefes e entre eles mesmos, mataram e se mataram muita gente, inclusive na Kelson ali, que foi onde encontrou aquele sargento ali, foi ele mesmo.

(Entrevistado 5, Cidade Alta)

— O chefe, que morreu, estava fazendo uma obra dentro da quadra de esportes. É isso que eu digo, uma quadra ele alugou, ele alugava para reunião, pra festas, para aniversários, churrascos. E a outra quadra, ele estava fazendo uma construção pra fazer um bar, pra explorar um bar dentro da quadra. Ele tirou um pedaço da quadra, vamos dizer, uns cinco metros pra construir um bar, pra explorar aquele bar ali. A prefeitura construiu quiosques na praça e atrás desses quiosques, ele estava fazendo um bar. E tirou um pedaço da quadra. Isso eu acho um absurdo. Tirou um pedaço da quadra para explorar, pra eles, dinheiro pra eles. Aí, foi quando mataram.

(Entrevistado 43, Fernão Cardim/ Del Castilho)

— Ele foi um desses meninos que investiu na educação, se eu posso dizer assim, pra entrar pra polícia. Era um rapaz bacana, respeitador, inteligente, e que quando colocou uma arma na cintura, virou, se deixou levar.

Entrevistador: Como se deu esse processo dele?

Foi muito rápido. Como eu disse pra você, no início, foi muito rápido, é muito rápido. Eles se sentem poderosos, se sentem donos do bairro. "Porque eu estou tomando conta do meu bairro, nada de mal vai acontecer comigo, porque o deputado tal e o vereador tal estão comigo..." E não foi isso que aconteceu. Quando ele viu que as coisas estavam difíceis, ele começou a andar desarmado, quis sair, tentou sair, mas aí, a própria milícia...

Entrevistador: Estava difícil em que sentido?

Ele viu que iria morrer, ele percebeu que as coisas... Que o dinheiro que ele ganhava com tudo isso não era legal. Ele tem agora três filhos, o primeiro que era meu filho e depois disso ele teve duas meninas. E ele começou a sentir medo de perder a própria família. Aí, ele tentou sair. Com trinta e oito anos, ele foi morto, com muitos tiros e perto da casa de onde morava. O filho estava pertinho.

(Entrevistada 42, Campo Grande)

7.2.3 EVOLUÇÃO DAS MILÍCIAS: DOMINAÇÃO E VIOLÊNCIA

Essas mudanças políticas, jurídicas e internas geraram um impacto significativo na atuação das milícias. Os testemunhos coletados nas comunidades permitem estabelecer duas conclusões complementares:

- a)** enfraquecimento do controle social e da capacidade das milícias de geração de renda;
- b)** mudança no estilo de operar, adotando um estilo mais discreto e um perfil mais baixo.

A pressão a que as milícias têm sido submetidas nos últimos anos certamente não conseguiu desarticulá-las na grande maioria dos casos, como as denúncias e as entrevistas revelam, mas enfraqueceu seu poder. Assim, os testemunhos de alguns moradores relatam que as regras de conduta social impostas pelas milícias são menos rígidas do que antigamente. Um entrevistado detecta, inclusive, uma atitude menos submissa das crianças no ambiente escolar, crianças que antes eram inibidas pela disciplina do miliciano local.

— Geralmente eles [milicianos] agredem, mas se fuma, moleque muito bichado, tá brigando sempre! Já vi morrer gente que brigou muito em festa. Antes, mas agora, eles estão muito maleáveis hoje. De uns três anos pra cá, nego fala, viraram até otário! Conversam muito. Agora morte só quando envolvimento com eles.

(Entrevistado 41, Curicica)

— Aí o Nadinho morre e quem assume agora é o Beto Bomba, que é o presidente da associação de moradores, que já fazia parte da milícia. E aí ele acabou sendo investigado há pouco tempo aí. Ele foi preso, entraram na casa dele, mas ele continua lá, ele que manda agora. Mas é assim, quando eu entrei lá a gente notava que o poder da milícia ele era muito maior e não só de tomar conta do transporte das vans ou do gás, da net de tudo, mas também a própria regulação moral do lugar. Eles fazem sempre no meio do ano, no fim do ano uma limpa, matam seis no meio do ano, doze no final. E sei lá já, morreu gente que era gay porque ficava gente... como diz eles... fazendo merda, desmunhecando na rua, em lugares públicos e aí esse menino foi assassinado e aí outro foi assassinado porque saiu com a mulher do miliciano. Então, assim, a gente notava que tinha uma regulamentação moral maior no início, inclusive se um aluno desse trabalho maior na escola, o diretor recorreu à milícia pra resolver o problema. [...]O aluno do Rio das Pedras é um aluno bem diferente do resto do Rio de Janeiro, porque eles são uma comunidade de imigrantes na sua maioria nordestinos. E então e têm alguns sazonais que chegam no meio do ano e no final do ano saem e voltam no ano seguinte, alunos que ficaram a vida inteira no nordeste e chegam com 14 anos no Rio. E já por isso é uma comunidade diferente e mesmo assim você notava que o comportamento dos alunos, ele comparado com outras comunidades do Rio de Janeiro, ele era muito melhor. O aluno nem sempre te enfrenta lá no Rio das Pedras e isso também com o tempo, isso foi mudando. Você nota que os alunos, eles batem mais de frente e eu acho que por conta da saída grande desse medo, desse controle que existia.

(Entrevistado 9, Rio das Pedras)

Uma das evidências dessa maior fraqueza da milícia seria a sua incapacidade, pela primeira vez, de evitar pequenos crimes dentro das comunidades.

— Porque Rio das Pedras tá tendo muitos pequenos furtos, não tá tendo mais aquela proteção como tinha antes. Está tendo pequenos furtos, como assim? Ah roubaram não sei o que no meu varal, uma roupa, pequenos furtos pra besteira assim que pessoas fazem, aí eu não sei se ela está agindo necessariamente.

(Entrevistada 12, Rio das Pedras)

— Porque traz mais segurança, você fica mais tranquilo. Como agora em Madureira, prenderam acho que o chefe da milícia.

Entrevistador: Isso foi quando?

Acho que já soltaram ele, há tem uns três meses, ou mais de quatro meses. O pessoal tava todo mundo em pânico, começou a haver roubo, assalto de carro.

Aí todo mundo ficou apavorado, até eu fiquei assustada, mas eu confio muito em Deus, mas se está trazendo tranquilidade.

(Entrevistada 19, Curicica)

— *Casos de estupro que haviam, roubos também, sumiram, foram drásticos, drásticos.*

Entrevistador: Mas a milícia continua atuando ou não continua atuando lá?

Não, não, no caso eu digo quando eles entraram. Agora, há uns casos de roubo assim, um ou outro, agora eles já não atuam com tanta força.

(Entrevistado 38, Campinho/ Jacarepaguá)

A maior frouxidão do controle social não implica necessariamente que este se torne menos tirânico. Apenas significa que o controle passou a abranger um conjunto menor de condutas e que o recurso à violência é agora aplicado com maior parcimônia. Curiosamente, as milícias têm desenvolvido uma maior criatividade no seu sistema punitivo, incorporando novos castigos como prisão domiciliar, pintar muros, varrer ruas no caso de homens ou lavar roupa no caso de mulheres.

— *Eles perguntam, como se for falar que também é muito escuro, eles pergunta também pra ver se vai responder, abordar não chega não. Se tiver errado, se tiver usando alguma coisa, aí eles abordam sim. Pega a droga, se tiver usando droga, dá umas porradas e manda de volta pra casa, deixam até de castigo.*

Entrevistador: Lá tem castigo lá?

— *Tem.*

Entrevistador: Como é que são esses castigos?

— *Ficar em casa, deixa em casa e só vai sair depois com dois meses, três meses, quatro. Aí, isso aí são regras deles lá mesmo, eles que fazem na hora. Não tem voz alta pra todo mundo ouvir e saber qual a regra deles não.*

(Entrevistado 40, Carobinha/Campo Grande)

— *No caso se for briga de homem, eles vão e batem na pessoa, quebra a pessoa todinha. Se for mulher, de repente vai ter que ficar lavando a roupa deles, eles sempre impõem um tipo de punição.*

(Entrevistada 28, Praia do Carbo/ Sepetiba)

— *Ele chegou lá pra comprar. Só que ele não sabia que estava falando com miliciano. Aí ele simplesmente pegou a vassoura e mandou ele varrer a rua*

todinha.

Entrevistador: O sujeito achou que o miliciano fosse traficante?

— É. E depois que ele varreu a rua todinha, passou o dia todinho varrendo a rua, aí mandou ele embora. E aí falou pra ele que ali não existia mais a venda de drogas.

(Entrevistada 29, Morro Agudo/ Comendador Soares)

— Esse muro aqui todinho, eles pra pintar é pra não tomar um pau, botam o marido, o homem e a mulher lá pintando tudo, quando você vê alguém pintando é que fez alguma coisa na comunidade, esse é o castigo que eles dão.

(Entrevistado 45, Águia de Ouro/ Pilares)

Essas ‘penas alternativas’, que parecem encaixar nos papéis de gênero tradicionalmente atribuídos a homens e mulheres, cumprem vários objetivos. As mulheres exercem atividades típicas da esfera privada e do lar, tal como lavar roupa. Já o homem realiza atividades no âmbito público, como varrer a rua, por exemplo. Todas essas sanções permitem uma ‘dosagem’ mais fina na aplicação da pena e atraem menos a atenção do sistema de justiça criminal do que dar uma surra ou matar alguém. Por outro lado, tais medidas provavelmente suscitam uma menor resistência dos moradores, devido à sua menor brutalidade. Por último, algumas delas podem ser concebidas como serviços comunitários que beneficiariam ao conjunto dos moradores.

A existência deste novo leque de opções punitivas não significa que a tradicional execução sumária tenha perdido o seu papel, longe disso. Pessoas que vendem drogas ou cometem pequenos crimes são assassinadas de forma estarrecedoramente regular em praticamente todas as comunidades, às vezes pelos motivos mais triviais.

— Lá tinha ladrão até de passarinho. Um homem botou os dois passarinhos na gaiola. O cara roubou. O homem foi lá e foi falar com o miliciano, tá errado? Roubaram o passarinho do cara.

Entrevistado: E os milicianos tomaram alguma atitude?

Tomaram, trágica.

Entrevistado: O que é que fizeram?

O que é que fizeram? Limparam, né? Pra não roubar mais passarinho, tá errado? Eu acho que está certo, eu acho que ele está certo, inclusive a pessoa que roubava o passarinho, gostava muito de mandar os outros tomar naquele lugar, moradores, que eu faço, que eu sou, eu posso, só que já tá lá na puta que pariu ele, muito valente, mas acabou a valentia.

(Entrevistada 15, Cascadura)

— Há um tempo tinha um, lá não é normal ter morador de rua por que assim, lá é como se fosse roça, interior mesmo. Mas há um tempo atrás tinha um rapaz morador de rua e um rapaz morador de rua homossexual. Aí foi morto. Como foi morto esse homossexual. Então, assim eu creio que pode ter um envolvimento deles, aquilo que eles acham que foge a ética, que foge a moral ou que vai ameaçar as famílias, eles tentam assim de alguma forma eliminar, resolver.

(Entrevistada 27, Santa Cruz)

Não é raro que a execução sumária tome a forma de desaparecimento da pessoa e do cadáver, uma opção mais discreta do que a morte no meio da rua e que dificulta uma possível investigação sobre o homicídio. Um mínimo de seis entrevistados mencionaram casos de pessoas desaparecidas por milicianos e presumivelmente mortas.

— Miliciano quando vai matar alguém ele não mata em tempo não.

Entrevistador: O que é matar em tempo?

Some com aquela pessoa que você nem vê, você não está nem sabendo. Você vai saber no dia seguinte ou um dia depois. Agora traficante não mata um dia depois, você tá vendo até quem é a pessoa que está matando, matou na frente de todo mundo, estava cheio de gente na rua, aí foi isso que aconteceu.

(Entrevistada 24, Campo Lindo / Taquara/ Jacarepaguá)

No entanto, essa distinção marcadamente estabelecida pelo entrevistado entre os estilos dos homicídios perpetrados por milicianos e traficantes pode ser questionada. Por um lado, existem inúmeros testemunhos de pessoas desaparecidas por grupos de narcotraficantes. Por outro, a milícia nem sempre mata sigilosamente. O mesmo entrevistado que tenta estabelecer essa distinção oferece o seguinte relato:

— Teve até um cara que entrou lá dentro, nem sabia, acho que era de longe, ele entrou pra comprar droga... Entrou assim, do nada, procurando alguma coisa. Acho que teve olheiro que falou pro miliciano, era perto da minha casa isso... Bateram, mas espancaram mesmo ele. Não sei se ele morreu. Tacaram até pedra na cabeça dele. Foi horrível.

(Entrevistada 24, Campo Lindo / Taquara/ Jacarepaguá)

A partir dos dados existentes, não é possível concluir se o desaparecimento é uma prática mais associada à milícia ou ao tráfico, mas não restam dúvidas de que os dois grupos cometem este tipo de crime.

A repressão contra os homossexuais aparece como um fenômeno que não tinha sido

registrado na pesquisa anterior. Pelo menos em duas comunidades, entrevistados descreveram o homicídio de homossexuais e, em outras, houve menções a que a conduta 'abertamente homossexual' era tolerada apenas em determinados lugares e horários e reprimida fora deles.

— Perto da minha casa tinha uma praça que era um reduto gay, que acontecia no domingo talvez, que acontecia uma festa gay, na praça. Na praça pública e era muito engraçado porque dali que você via o que você falou do código de conduta, os gays eles podiam ficar ali, os homossexuais eles podiam ficar ali naquela praça, fazer o divertimento deles, ali naquele momento, naquela hora, se um casal homossexual fossem visto se beijando em outra hora, em outro lugar isso era considerado como agressivo.

(Entrevistado 1, Praça Seca/ Jacarepaguá)

A despeito da percepção em vários locais de que a regulação das condutas foi progressivamente perdendo força na medida em que determinadas regras não foram mais aplicadas, como mostramos em algumas citações anteriores, há ainda muitas comunidades em que os entrevistados descrevem normas relativas a um amplo leque de comportamentos cotidianos. Entre elas, podemos mencionar a proibição da infidelidade matrimonial, particularmente às mulheres e, em muito menor medida, aos homens. Há também a proscrição de certos tipos de aparência física, ou a obrigação de que as crianças estejam em casa a partir de um determinado horário. Em suma, a regulação social pode ser mais frouxa, mas ainda é determinante.

— Tem uma lá que eu fiquei impressionado, ela levou, mas levou muito tapa na cara, da cara ficar inchada. E ela contou pra minha cliente, que é amiga dela, o que é que houve, que ele estava dando em cima de outra. Ela foi se meter e ele bateu nela e ficou por isso mesmo e ela ainda está com ele.

Entrevistador: E a milícia não age nesses casos?

Não, quando se trata da mulher não. Porque é aquela coisa assim, pra mulher é sem vergonha. O homem não, o homem é o pegador, o homem pode tudo, tanto que tem homens lá que tem duas, três famílias.

Entrevistador: E a milícia não se intromete?

Não, interessante pro homem, pro homem eles não se metem, ele pode, o homem pode tudo, é cultural isso lá. A lei Maria da Penha, acho que nem existe lá.

(Entrevistado 7, Inhoaíba)

Ocasionalmente, há algumas comunidades com toque de recolher. Contudo, a imposição desse tipo de regra não costuma ser um padrão normal na milícia, exceto nos momentos em que há risco de invasão por outros grupos.

— “Ó, chega onze horas em casa, não chega tarde não, tenta chegar onze horas, dez horas...” Não podia chegar meia noite nem uma hora da manhã. Eles faziam toque pra recolher. Eles se metem em tudo, na comunidade, eles se metem em tudo. Tudo que você imaginar eles se metem. Até uma briga de casal, eles vão lá e se metem.

(Entrevistado 16, Ramos)

— Não ficava de dia. Assim, não ficavam à mostra de dia. De dia, tudo transcorria super bem. O problema era depois das 10. O negócio esquentava era depois das 10 horas, porque aí... Por exemplo, o aluno não podia subir, porque eles tinham um horário que podia subir. Nessa época, foi muito chato. Aluno só podia subir... Tinha que estar em casa 9 horas da noite. Isso aí atrapalhou bastante a gente aqui na escola, porque o aluno queria sair daqui antes das nove de qualquer jeito, nesse ano de 2009, foi muito chato por isso. Porque eles não deixavam o aluno transitar depois de um certo horário.

(Entrevistado 32, Chapadão/ Costa Barros)

Um dos objetivos da regulação social das milícias é justamente evitar a entrada da polícia no território, para não ter o seu controle ameaçado. Assim, vários entrevistados contaram que a milícia proíbe explicitamente ligar para a polícia em caso de conflitos, que devem ser resolvidos diretamente com eles.

Entrevistador: É mais comum acionar a polícia ou a milícia?

— A milícia, porque se a polícia for na sua casa aí eles vão querer saber depois porque você chamou a polícia. Então eles falam que eles estão ali pra proteger a sua vida, então tem que chamar eles.

(Entrevistado 39, Inhoaíba)

Entrevistador: Se você tiver que acionar, se você sofreu algum crime sei lá, foi roubado, você acionaria quem, a polícia ou a milícia?

— Aí tinha que pensar muito porque se falar com a milícia, a milícia fala que vai agir e não age. Se for agir leva um bom tempo e se falar com a polícia depois eles vão na sua casa, os milícia fala porque você não falou com eles, porque eles não quer polícia na área deles, então você acaba confuso com quem você vai falar.

(Entrevistado 40, Carobinha/ Campo Grande)

Nas comunidades em que a milícia consegue uma forte implantação, o chefe

local acaba por regular a totalidade das práticas de conduta e transações locais, independentemente de seu caráter legal ou ilegal.

— *Eu sei que tem protocolo agora: tem que falar com eles. Festa... soltar balão, então, vai ter que ir lá, porque é grande! Todo baloeiro precisa ir lá: “quero soltar um balão”. “Não, não, qual o tamanho, não sei o que...” Eu sei que pro baloeiro eles falam: “já está liberado, eu já falei com o cara, pode sair já com tudo mundo”. Eu sei que naquela área ali eles tem o controle.*

(Entrevistado 41, Curicica)

Durante a época em que a milícia dominava de maneira mais incisiva o Rio das Pedras, por exemplo, o dono do local incorporava o papel de “pai” autoritário e era chamado para resolver todos os conflitos e para disciplinar a vida na comunidade. Até instituições públicas locais, como a escola, olhavam para essa liderança em busca de ordem e de recursos.

— *Ah, o moleque brigava na escola, moleque que tem mal comportamento, matava aula. Eles pulavam muito muro na escola e aí quando começava a dar muito problema, o diretor sentia que ele estava perdendo o controle, ele recorria, ele tinha um acordo que meio tácito. Então, você via mais os milicianos na rua andando. Quando os milicianos entravam na escola, os moleques ficavam todos calados.*

(Entrevistado 9, Rio das Pedras)

— *A escola queria levar as crianças ao planetário, não tinha ônibus, porque nunca tem ônibus do município, é raro, isso é raro, então quantas vezes a escola saía com as crianças em ônibus comum, isso é uma loucura porque pra você sair com 40 alunos em um ônibus comum de linha normal, que todo mundo pega, aí se a gente fosse lá na milícia, a gente a direção, eles arrumavam ônibus, van pra levar e trazer, aí eu entendi como eles eram a favor da educação. [...] — Ele foi na escola se apresentar “eu sou o Beto Bomba”, se ele não quisesse ter esse controle, ele não teria ido lá na escola se apresentar. Ele foi pessoalmente se apresentar e assim aconteceu na escola, eu subi pra dar aula e a turma ficou lá em baixo jogando pingue e pongue lá, eu vi alguns alunos, “cadê os alunos?” “Estão lá embaixo jogando pingue pongue”. Eu falei “então vocês fiquem aqui que eu vou lá embaixo pegar esses alunos” aí eu cheguei na mesa de pingue pongue, ele estava de pé de braços cruzados de costas pra mesa.*

Entrevistador: Tava armado?

Não, estava sem arma, ele com um capanga, aí eu falei assim com os meninos “escuta aqui gente, eu tô dando aula, porque vocês estão aqui jogando pingue pongue?” Ele só virou a cabeça pra trás e disse assim “pra cima agora”. Não ficou alma, todo mundo chegou lá em cima muito primeiro do que eu, então o

respeito é nesse nível.

(Entrevistada 11, Rio das Pedras)

Como já argumentado no estudo anterior, as milícias representam uma continuidade básica no modelo de dominação ilegal e violento. Assim, as milícias constroem seu controle sobre o território e sobre o imaginário popular a partir de uma realidade em que o extermínio dos indivíduos considerados perigosos ou criminais é um dado histórico. Os nomes mudaram. Os antigos grupos de extermínio e as polícias mineiras foram substituídos pelas milícias. De fato, para muitos entrevistados a diferença entre esses distintos grupos não está clara. Decerto, algumas práticas se transformaram, como a criação de monopólios coercitivos, mas outras tantas continuaram inalteradas.

Entrevistador: Como foi a entrada da milícia no seu bairro?

— *Era TCP, aí eles entraram assim, eles invadiram e entraram, confronto não teve porque eles estavam dormindo. Prendeu umas pessoas e tal, mataram depois, mataram depois de um ano, praticamente um grupo de extermínio. A milícia em si na verdade é um grupo de extermínio, por que eu falo isso? Porque eu tenho um conhecido meu que é policial que fez parte daquilo, e ele me contava o sistema. Porque eu perguntava qual era o sistema de vocês, aí ele me contava, eu sei que era isso tipo um grupo de extermínio, aí eles começaram a exterminar as pessoas.*

(Entrevistado 16, Ramos)

— *Quando a milícia estava entrando, dominando, começou o domínio, há cinco ou seis anos, teve muito desaparecimento. Colegas meus que não apareceram até hoje. Quase dez anos e a gente não sabe o que aconteceu. Porque o que é chamado de milícia hoje, isso já existia. Qualquer policial militar que morasse no seu bairro, tinha aquela cultura de ‘cuidar do bairro’. Então, eles matavam, sumiam com a pessoa... Agora é que tem esse nome ‘milícia’. Que as pessoas conhecem como milícia. Porque a gente sabe que a prática é muito antiga. Mas agora as pessoas vêem a milícia como aquela que domina pelo medo. E a entrada dos vereadores, dos deputados, juntamente com seus policiais. Mas essa coisa de sumir pessoas no bairro, isso é antigo.*

(Entrevistado 42, Campo Grande)

É revelador que um dos traços centrais do domínio territorial seja a capacidade de tirar a vida das pessoas. Por isso, a milícia não permite que ninguém mate sem sua prévia autorização, inclusive quando as vítimas lhe são irrelevantes. Admitir que as pessoas matem e morram sem o seu intermédio questionaria seu monopólio da violência. Diferentemente do Estado, que ostenta, supostamente, o monopólio da violência legítima, as milícias não precisam que sua violência seja legítima, mas que ela seja exclusiva.

— Teve um colega meu que é segurança e falou... Tava com raiva e deve ter falado isso: “ah, vou matar fulano, que ele entrou na minha casa, que eu aluguei pra ele...”, aí, um tal de [...] falou “quem pode matar é a gente, você não. Só a gente que pode matar dentro da comunidade...”

Entrevistador: O miliciano falou isso?

O miliciano falou isso, o chefe, tal de [...]. Ele falou isso pro rapaz e o rapaz era trabalhador, por causa de discussão, que tava alugada a casa dele, aí o cara demorou em dar o aluguel. Aí teve discussão dele com o cara, aí o miliciano falou: “irmão, dá essa casa pra mim que eu vou tomar conta da sua casa, cara... você não pode matar ele não, que só quem pode matar ele sou eu... Eu sou o [...], sou o Gordo... Você perdeu a noção do teu perigo? Acabo matando ele e você junto”.

(Entrevistado 16, Ramos)

— Um morador explica as consequências negativas que se derivam da desaparecimento, mesmo que ocasional, do papel de algoz. Quando ninguém pode dar a ordem de matar, o controle social se desintegra.

— Não, inclusive é uma coisa que raramente acontece isso. Aconteceu muito no período que estava assim, sem saber quem é que estava mandando ali, porque ali ninguém podia dar a ordem de matar ninguém. Mas, agora que já tem gente, não sei quem é, mas já tem gente, diminuiu mais o roubo, diminuiu mais, porque esse negócio da droga eles tentam controlar, mas é quase impossível eu acho.

(Entrevistado 13, Rio das Pedras)

As críticas contra a violência acontecem especialmente quando ela é considerada excessiva quantitativamente e, sobretudo, qualitativamente, isto é, quando atinge alvos ilegítimos. De forma sucinta, a violência é rejeitada quando ela vai além das ‘mortes normais’, para usar o termo preciso de um entrevistado. Essas ‘mortes normais’ vitimam pessoas consideradas indesejáveis porque praticam crimes e usam drogas. Logo, torna-se possível concluir que a violência responde a uma demanda social, embora, uma vez ultrapassados certos limites, ela também acabe gerando forte rejeição social.

— Ah, entraram na casa de morador que não tinha nada a ver, tacaram fogo no carro de morador, mataram morador, que não tinha nada a ver, só porque eles achavam, tinha alguma desconfiança na comunidade, aí eles fizeram isso. Mas fizeram muita covardia.

(Entrevistado 8, Cidade Alta)

Não é possível esquecer, contudo, que o discurso sobre a violência e a dominação está condicionado pela intimidação que essas próprias práticas geram. Portanto, é possível que os moradores nutram maior rejeição pelas milícias do que eles conseguem manifestar publicamente.

Entrevistador: E qual é a atitude da comunidade em relação a milícia de forma geral?

— A comunidade quer que melhore, mas...

Entrevistador: Mas ela vê com bons olhos? Não gosta da milícia? Como é que é?

— Gostar ninguém gosta, mas ninguém fala, mas tem que... Se são eles que estão lá...

(Entrevistado 40, Carobinha/ Campo Grande)

— Os moradores não estavam percebendo aquilo como uma invasão territorial, como um domínio de poder, eles estavam entendendo aquilo como um serviço que estava sendo prestado e até hoje se entende isso assim, se você argumenta com alguém que aquilo não é um serviço, que aquilo é uma... Eles estão usurpando de um lugar em prol de um dinheiro, ninguém entende dessa maneira, ou se entende não comenta, não fala.

(Entrevistado 31, Guadalupe)

O enfraquecimento das milícias é mais claro em termos de perda de fontes de renda. Em muitas comunidades, o gás ou a TV a cabo pirata, que tinham sido controladas anteriormente pelas milícias, não estavam mais em regime de monopólio. Isso se relaciona com a perda de controle das milícias e também com mudanças tecnológicas, como a chegada do gás encanado ou a entrada de novas empresas de TV a cabo.

Se há claras evidências de que, em vários territórios, as milícias ficaram debilitadas depois de 2008, existe uma unanimidade quase total sobre a mudança dos seus procedimentos e do seu estilo nestes últimos anos. No novo cenário, as milícias se caracterizam pela discrição e por um perfil muito mais baixo, conforme já exposto. Se a milícia sempre se contrapôs à conduta espalhafatosa do tráfico, o contraste é ainda mais marcante quando se considera o estilo atual desses grupos, que tenta diminuir sua visibilidade.

— Eles não queriam extrapolar. Diversas vezes, o pessoal da milícia dizia assim "eu não quero holofotes pra cima de mim". Entendeu?

(Entrevistada 10, Batan)

Sob o assédio das investigações penais e com os chefes mais conhecidos investigados ou presos, as milícias optaram por tentar passar, na medida do possível, despercebidas do público mais amplo. Afinal, a pesquisa anterior comprovou que pequenas milícias tinham existido, com outro nome, na Zona Oeste do Rio de Janeiro durante muitos anos sem gerar nenhuma reação do poder público. Foram as milícias mais conhecidas, que tentaram introduzir seus tentáculos diretamente no poder público — o que o delegado Pedro Paulo Pinho chamou de nível 3 —, as que acabaram deflagrando uma reação social e legal contra eles. Não é casualidade que, com algumas exceções, as milícias pareçam ter cessado sua tentativa de inserir seus chefes em cargos públicos ou de apoiar candidatos abertamente identificados com elas.

O termo que os moradores usam para descrever o novo clima na atuação das milícias é “no sapatinho”. Pelo menos quatro entrevistados utilizam essa expressão.

— Ali ninguém vê nada, ninguém passa na rua e vê um cara morto, uma pessoa morta, ninguém vê. Eles pegam, botam na mala do carro, levam e eles fazem as coisas tudo no sapatinho. Uma outra vez teve um tiroteio lá de madrugada, no outro dia seguinte ninguém sabia o que era o que é que teve. Já dessa vez saiu no jornal, tudo porque o pessoal que está tentando invadir, e está insistindo, insistindo, aí por isso saiu no jornal. Aí a polícia teve que ir lá, por isso saiu no jornal, porque geralmente a milícia ela é sempre assim tudo no sapatinho, tudo no escondidinho.

(Entrevistado 39, Inhoaíba)

Essa nova abordagem tem repercussões em todos os âmbitos. A primeira e mais paradoxal é que, sob a nova consigna de discrição, o clima de intimidação não é menor, como poderia se esperar, mas ainda maior. Como as milícias agora temem em maior medida que qualquer informação divulgada possa resultar em investigações penais contra eles, os moradores estão com grande receio de falar sobre o tema, mesmo quando apóiam a ação desses grupos. Esse é um possível motivo para a maior dificuldade em encontrar entrevistados para participar da pesquisa, em comparação ao estudo anterior. Por outro lado, a fala de muitos dos que aceitaram ser entrevistados está crivada de dúvidas, contradições, ambigüidades e omissões que revelam temor. Algumas pessoas omitem o nome do chefe local das milícias, apesar de ele ser conhecido publicamente. Outras reiteram que elas desconhecem a dinâmica da milícia local, porque saem de cedo de casa para o trabalho e retornam tarde, quase sem olhar para os lados. Há ainda aqueles que dizem não “procurar saber”, para justificar o desconhecimento sobre o que acontece na sua própria rua. Em outros casos, a insistência das pessoas em afirmar que não têm medo, sem que isso lhes seja perguntado, é um claro indício da negação do seu próprio pânico.

— Ele [o nome nunca foi dito] foi lá dentro, fez o comício dele, não dizendo que era miliciano, mas é óbvio. Ele fez campanha na minha rua também. Inclusive, é uma pessoa criada lá onde eu moro. E a gente sabe que ele é miliciano. O povo não sabe. Foi votado, foi eleito. Ele é vereador. Então, a coisa fica meio difícil, né. [...] Não falam no assunto. Eu não sei se vocês conseguem morador que possa dar um depoimento, mas esses amigos que eu tenho não quiseram dar. Eles não falam. Quando falam dentro de casa, falam baixo e, se possível, fora dali.

(Entrevistada 43, Fernão Cardim/ Del Castilho)

— Eu acho que sim porque como eu disse, eu não me envolvo com esses negócios, eu não procuro. Você sabe quem procura acha, então eu procuro nem me meter nesses negócios.

(Entrevistado 17, Rio das Pedras)

— Era tudo muito disfarçado, às vezes a gente fica com medo de pronunciar qualquer coisa porque não sabe quem está atrás ouvindo, não sabe quem está do outro lado ouvindo. Aí é o tal negócio de paredes têm ouvidos. [...]Eu acho que não, olha o que eu vejo, é que vai se desfazendo uma rede, vai se formando outra e que aí como nós não temos um contato direto, a gente não sabe quem é quem. Assim, por exemplo, o pessoal daqui se a gente perguntar, “ah não sei, não vi”, todo mundo cheio de dedo pra falar assim...

(Entrevistada 36, Ricardo de Albuquerque)

— Mas a gente sabe que ali tem, só que a gente não pode dizer o nome do boi é esse, do outro boi é aquele, entendeu? Eu não quero nem falar o nome das pessoas, porque ele não é só policial, ele tem uma patente a mais, não é um policial comum.

(Entrevistada 3, Jardim Letícia/ Campo Grande)

Entrevistador: Você já escutou alguma história de alguma pessoa desaparecida?

— Desaparecida, não, não por este motivo. Desaparecida não, eles estão lá mais como uma forma de proteger, assim “proteger”. É um tipo de proteção que a gente não tem, esses policiais de hoje em dia a maioria deles são corruptos. Então é por isso, é mais ou menos isso. Porque eu não sei se eles fazem coisa ilegal, eu não tô com medo não, é porque eu não sei mesmo. [...] acho que é a prisão daquela pessoa que tava lá no poder, não sei se foi preso, a morte também daquela outra pessoa, que eu não vou falar o nome, que você deve já saber, acho que por isso mais. Então ficou um pouco frouxo, acho que é por isso.

(Entrevistado 12, Rio das Pedras)

Este clima de temor dificultou enormemente a realização das entrevistas e fez com que algumas delas não rendessem muitas informações. Um grande número de entrevistados afirmou desconhecer o nome do chefe local da milícia naquele momento, o que pode ser atribuído em parte a receio de falar e em parte à desestruturação das milícias neste novo momento, quando comparadas à situação poucos anos atrás. Esta última hipótese é mais provável nos casos em que o entrevistado fornece o nome antigo do chefe, mas relata desconhecer o nome atual.

— Agora eu não sei, nesse momento quase ninguém sabe, não sei se tem alguém que saiba se tem alguém chefiando a milícia.

(Entrevistado 13, Rio das Pedras)

— Já teve épocas que a gente sabia assim, agora são os traficantes que mandam, depois eram milicianos, agora não, vira e mexe, da noite pro dia a situação muda. A gente nem sabe quem é o dono da região, e como eu disse, ainda tem o seguinte, eles ainda brigam entre si, os milicianos, são três facções assim separadas às vezes por uma rua, agindo por baixo dos panos, o que às vezes é bem pior, então assim, é muita rotatividade.

(Entrevistado 38, Campinho/ Jacarepaguá)

Em um passo mais nesta direção, várias pessoas disseram desconhecer se a milícia estava ou não dominando a comunidade no momento de realização da entrevista. Interpretamos o fato como sendo resultante da instabilidade, da desestruturação de algumas milícias e, também, como foi explicitado, do receio em falar ou em se informar destes assuntos. Em diversos locais, os pagamentos das taxas aos milicianos foram interrompidos em decorrência das investigações e prisões do Estado contra eles. Em consequência, o fim temporário de algumas atividades das milícias introduz dúvidas sobre o controle territorial, sobretudo em um momento em que a ação desses grupos não é mais tão ostensiva. Nesse sentido, em alguns casos, a milícia constitui uma entidade quase fantasmal, cuja presença ou ausência não podem ser determinadas com certeza e cuja capacidade de intimidação parece estar inversamente correlacionada com sua presença.

— [...] no Pechincha você também não vê ninguém, eu já morei lá também, não via ninguém. A gente até sabe que é área de milícia, mas a gente não consegue ver, eu estudei em Vargem Pequena, a gente também sabe que lá é área de milícia. A gente também não sabe quem é ninguém da milícia, a gente não vê. Eu fiz faculdade lá e todo mundo sabia, porque faculdade sempre tem maconheiro, sempre tem essas coisas, e você sabia que não podia fumar

maconha porque se miliciano vê, fica ferrado, a gente sempre ouviu isso aí, nunca ninguém viu ninguém.

(Entrevistada 19, Curicica)

— *Eu não sei se continua, era o que eu queria dizer, quando eu cheguei, era essa a informação. Hoje, eu já acho que não tem mais. Eu desconfio que não tenha mais a milícia e seja só o Comando Vermelho que esteja atuando por aí.*

(Entrevistado 31, Guadalupe)

Entrevistador: Como é que você percebeu que a milícia estava aqui? O que foi que lhe chamou atenção?

— *Especificamente de mim nenhum, porque nunca me aconteceu nada, era como eu te falei, a briga é entre eles. Às vezes acontece alguma coisa, o pessoal diz é confronto. Mas quando a gente chega pra ver a coisa já está acontecendo lá atrás, porque é tudo inesperado. Então não dá, a gente fica às vezes respondendo as perguntas, mas é guardado falso, porque tu sabe que o povo é igual a corno, povo e corno é a mesma coisa, é sempre o último a saber.*

(Entrevistada 33, Boa Esperança/ Campo Grande)

Essa incerteza fica reforçada pelo fato de que uma boa parte dos entrevistados manifestou sua incapacidade de distinguir quem são os milicianos na rua, dada a sua falta de identificação. Se em 2007 e em 2008 era comum os milicianos se identificarem com coletes com a etiqueta 'Apóio', ou de alguma outra forma, em 2011 são minoria as comunidades onde existe algum tipo de 'uniforme de miliciano'. Nos poucos casos em que se reconhece alguma identificação visual, as roupas pretas costumam ser o distintivo mais comum. De fato, a identificação externa poderia facilitar qualquer investigação criminal que possa vir a ser feita contra eles.

Esse é mais um componente desta mudança de perfil e de padrão operacional das milícias nos últimos três anos. Grupos de 40 ou 50 milicianos com as armas à mostra nas regiões sob domínio, que são descritos nos anos 2006 e 2007, não parecem fazer mais parte da paisagem. Se naquela época os milicianos marcavam o território e as casas que estavam com o pagamento 'em dia' com símbolos próprios, o desenho do Batman em Campo Grande sendo o mais conhecido deles, predomina agora a discrição. Nesta ocasião, apenas os entrevistados de Cosmos e de Praia do Carbo, em Sepetiba, relatam a presença de desenhos gráficos de identificação, pintados nas paredes das casas que pagam as taxas de segurança da milícia. No caso da Praia do Carbo, o símbolo seria um pequeno coqueiro verde, por exemplo.

As próprias técnicas de domínio territorial se tornaram mais sutis e menos visíveis. Em 2006 e 2007, a maioria das comunidades relatava o patrulhamento das milícias e o controle de acessos às comunidades, com um nível de ostensividade semelhante ao do tráfico. Em 2011, o patrulhamento e a ostensividade são menos comuns e muitos entrevistados manifestaram que os milicianos apenas fazem rondas nas comunidades à noite ou não o fazem em absoluto. Em vários locais, os milicianos aparecem apenas quando são chamados para checar uma denúncia ou resolver um conflito. Essa estratégia se aproxima do modelo dos grupos de extermínio e também da figura do ‘dono do morro’ em algumas comunidades, onde o controle é exercido de forma pouco ostensiva, sem a presença permanente e sem controle de acessos.

— *Eu só lembro dele presente nesse eventos públicos assim, ali que tinha a sensação que havia alguém que cuidava da ordem da coisa, que havia algum controle. E fora isso a outra presença dele era quando acontecia um assalto, alguma coisa assim que ele era chamado a intervir e normalmente o que segundo contam, ele buscava o assassino, buscava a pessoa que praticava o crime e normalmente assassinava.*

(Entrevistado 1, Praça Seca/ Jacarepaguá)

— *Fizeram mais ou menos que a segurança do local aí valia até a pena pagar, porque realmente a gente não tinha problema nenhum. Uma vez eu lembro de um caso. Eu não ia pra lá sempre não, eu ia eventualmente quando meu pai precisava. Aí eu lembro de uma vez que um bêbado começou a dar em cima de uma das meninas que trabalhava lá na hora, ela passou o rádio e o cara foi embora, assim ele viu que ela tava pegando o rádio ele já parou “não, não, não” o cara já vinha vindo, “não, não, não, desculpa” e sumiu na mesma hora.*

(Entrevistada 19, Curicica)

Anteriormente foi argumentado que a grande mudança das milícias nos últimos anos dizia respeito ao quarto elemento da definição original: o discurso de legitimação. Contudo, o quinto elemento — a participação aberta de agentes do Estado em posição de comando— também se modifica, embora de forma mais moderada.

Assim, em 2006 e 2007 a presença de policiais entre os milicianos era constante e eles divulgavam abertamente sua condição de agentes públicos como forma de fortalecer a sua legitimidade e o seu discurso liberador. Já em 2011, há muitas menções aos membros subalternos da estrutura da milícia, ajudantes que permanecem nos espaços públicos e avisam os membros mais graduados da organização quando sua presença é necessária. Em alguns casos, esses ajudantes usam apitos e algum tipo de identificação para chamar a atenção tanto das pessoas quanto dos seus chefes. Tudo indica que essas pessoas, que

são recrutadas localmente, não são policiais e não costumam ficar armadas.

— *Porque uns fogem, e eles sempre recrutam moleques que se não estivesse ali provavelmente seriam bandidos, principalmente favela, então eles estão sempre recrutando pra fazer cobrança. É difícil, e é muita gente, porque assim, eu não entendo o porquê, mas eles querem dominar a região. Então, eles estão sempre buscando pessoas de outras regiões, por exemplo, pessoas que moram em áreas controladas por milícia rival pra buscar informação e acabar invadindo a região.*

(Entrevistado 38, Campinho/ Jacarepaguá)

Para muitos dos entrevistados, tais pessoas não seriam propriamente ‘milicianas’, termo reservado aos membros principais, armados e frequentemente integrantes ou ex-integrantes das corporações públicas de segurança. Os auxiliares são denominados com os termos mais diversos, como ‘laranjas’, ‘funcionários’, ‘olheiros’ e ‘genéricos’. Cada palavra tem conotações próprias, algumas remetem ao tráfico (olheiros) e outras a uma estrutura mais consolidada (funcionários), mas todas sublinham o seu caráter subalterno.

Essa ‘terceirização’ das funções de vigilância cumpre várias funções. Permite aos policiais milicianos manter uma postura mais discreta, diminuindo as chances de serem identificados e processados. A própria milícia fica menos vulnerável, pois meninos da própria comunidade na rua, desarmados, não estariam aparentemente cometendo crime algum. Ao mesmo tempo, esse processo especializa e hierarquiza as funções dentro da estrutura da milícia, permitindo operar com um contingente menor e, muito provavelmente, com um custo inferior do que se fossem todos policiais.

Paralelamente, os líderes da milícia, que tradicionalmente moravam na comunidade, passam a residir, em vários casos, em bairros e condomínios de classe alta.

— *[O Jean, líder da milícia] morou até um certo ponto, até uns certos dias. Ele foi morar na Barra, numa cobertura, até teve reportagem dele, mostrando jóias, marcas de charutos, tirando onda mesmo, por causa do dinheiro que ele tirava das pessoas, não foi com o trabalho dele.*

(Entrevistada 18, Gardênia Azul)

— *Assim, o André, esse que foi preso agora, é o dono. Chega no final de noite... não fica exposto. Ele só conversa alguma coisa, resolver algumas coisas, ele fica dando respostas, passa e pára. Tem uns caras que recolhem dinheiro.*

Não sei como que é a função, se seria mais alguma coisa. Dentro deles mesmo ali, não sei quem é o primeiro, quem é o segundo; só sei que tem um figurante, tem o André, que é o dono, tem aqueles que têm a força um pouco abaixo do que ele. E o dono deles, geralmente fica mais ou menos por ali, que ele mora na Barra do Tijuca.

(Entrevistado 41, Curicica)

— *Os líderes mesmo, eles saíram, não têm mais os caras dentro da comunidade. Eles têm casa em Realengo, outros moram em Itaguaí, no sítio, mas eles obtiveram durante três anos e meio muito dinheiro. Você sabe que existe muito dinheiro atrás disso. Então, eles obtiveram muito dinheiro e venderam as casas deles ali dentro e compraram casas lá fora. O Denilson mesmo, que é um dos chefes, saiu lá de dentro e comprou uma casa em Bonsucesso por 38 mil reais.*

(Entrevistado 16, Ramos)

A vinculação entre milicianos e policiais não é posta em dúvida em nenhum momento. Os agentes armados do Estado continuam, na grande maioria dos casos, assumindo as posições de comando.

— *Não teve confronto com o tráfico, porque eles vieram com a força, com o “apoio” da polícia, com forte aparato policial. Porque o nono batalhão, que é o batalhão responsável pelo policiamento da área, era totalmente conivente com aquela prática, tanto que não havia policiamento ostensivo da polícia militar naquela área enquanto a milícia, naquela época do tráfico, ficou havia um policiamento até que regular, mas quando foi implantado a milícia sumiu todo o policiamento daquela área. Praticamente o Estado delegou aos milicianos para o controle da segurança da “região”.*

(Entrevistado 2, Campinho/ Jacarepaguá)

— *Tipo assim, lá tá tendo festa na comunidade, aí vem os polícia fica junto com os milícia, bebe junto com eles, daqui a pouco vai, vai dar uma volta, daqui a pouco volta, é assim mesmo.*

(Entrevistado 40, Carobinha/ Campo Grande)

— *Porque polícia sempre tem mais status. Tem um porte de arma, tem a carteira... Qualquer PM que chega ali, chega num grau superior, pode perceber: aqueles moleques que ficam trabalhando ali, rebotalho, fica ali tomando conta de loja, ganhando um dinheirinho.*

(Entrevistado 41, Curicica)

Entretanto, a condição de agentes públicos dos milicianos não é mais divulgada de forma sistemática, tal como acontecia em 2006 e 2007. Em 2011, muitos entrevistados afirmaram ter dúvidas sobre se um determinado miliciano era policial, ex-policial ou civil. Em suma, a maior discricção inclui também o pertencimento às corporações públicas de segurança, provavelmente como uma forma de se resguardar contra investigações criminais.

Se a discricção é a norma atual na organização, a exceção a ela vem configurada por alguns dos membros mais jovens, recrutados localmente, com um perfil diferente dos policiais. Neste caso, a vaidade e a vontade de impressionar os outros estariam levando eles a condutas que prejudicariam o grupo.

— *Eles não queriam chamar a atenção para o que eles estavam fazendo. Quanto menos falassem das coisas que ele fazia, melhor. Só que ele era um instrutor de polícia, ele tinha o que perder, mas ele se cercou de pessoas que não tinham nada a perder, eram bandidos que estavam ali pra arrumar dinheiro mesmo..*

(Entrevistada 10, Batan)

— *Na milícia, tem muitos garotos jovens que querem mostrar, é como eu te falei se não fossem milicianos esses garotos provavelmente seriam bandidos. É o estilo deles, de andar de arma, andar de carro e tal. Então assim, por esses garotos eu não ponho a minha mão no fogo não, porque pelo o que eles gostam de aparecer é muito provável que talvez pra mostrar eu tenha poder sejam mesmo capazes de esculachar alguém e tal. Os mais experientes não vai gastar tempo fazendo isso, isso é bem coisa da ralé, dos peões mesmo.*

(Entrevistado 38, Campinho/ Jacarepaguá)

O estudo realizado em 2007 e 2008 revelou que o perfil do miliciano, mais velho e mais profissional, era muito diferente dos meninos do tráfico, jovens, impulsivos e dispostos a curtir intensamente a curta vida que tinham pela frente. Mas, obviamente, esta diferença não é absoluta e é possível encontrar na milícia, sobretudo nos seus integrantes mais jovens, sinais de ostentação. Afinal, o fascínio potencial que exerce o poder armado entre alguns segmentos jovens das comunidades não poderia ser muito diferente do que acontece no caso do tráfico.

Entrevistador: Você consegue identificar um miliciano andando na rua?

— *Os carros que eles se utilizam e o modo deles se vestirem, todo mundo sabe.*

Entrevistador: Como é o modo de vestir?

— *Pessoas bonitas, que falam bem, sabem se posicionar, não têm medo de nada, geralmente têm um som muito potente nos seus carros, a gente sabe que é a milícia.*

(Entrevistado 42, Campo Grande)

Eles não usam uniformes, eles usam roupa comum, geralmente roupa de bad boy, roupa de mauricinho da Barra. Geralmente eles querem mostrar assim... Ostentar, carrão bonito, roupa bonita, que não é o normal dos meninos daqui.

(Entrevistada 28, Praia do Carbo/ Sepetiba)

— *Meninas disputam eles.*

Entrevistador: Elas brigam entre si?

— *À beça, à beça, como no tráfico, não sei, não é diferente. E eles são tudo com a minha facha etária 32, 34, 35, 36 anos e aí namoraram meninas na minha época, mas hoje namoram meninas de 19, 17, 18, sabe? [...] Eu conheço um lá do morro que namorava a Raquel e hoje namora uma menina de dezesseis anos, e a garota agora eu não sei se ele está morando na Tijuca. Ele está morando com a menina, mas está sempre lá. Pra ela um cargo social importantíssimo, nessa hierarquia de poder na cabeça dela.*

(Entrevistada 46, Quitungo)

7.2.4 A REAÇÃO DOS MORADORES

Como já foi apresentado, os moradores de áreas sob domínio das milícias reagem de formas muito diferentes, inclusive dentro da mesma comunidade, oscilando entre o apoio entusiasta e a rejeição completa. Os argumentos a favor da milícia têm a ver com a sua capacidade de manter a ordem e de afastar condutas indesejadas.

— *Eu vivi a minha vida inteira trancada dentro de casa porque tinha homens fumando debaixo da minha janela, do meu portão, na rua, porque a polícia estava batendo, batia neles. Eu acho que ninguém quer isso, entre você pagar pra milícia e você ter uma pessoa que drogado pode entrar na sua casa violentar um filho seu, drogar um filho seu, o que é que você vai preferir? A milícia.*

(Entrevistada 20, Curicica)

— *Então agora eles passam na frente da escola, eles têm muita noção da criança que vai sozinha, quem é filho de quem. A minha vem sozinha, tem 10 anos, então eu fico tranquila porque eu sei que eles estão vindo de lá. Se alguém passar do lado dela e tentar levar, eles já vão em cima da pessoa, porque eles já tem noção que ela é minha filha porque eu pago. Se fosse uma outra criança que não paga eles não iam tá nem aí.*

(Entrevistada 28, Praia do Carbo/ Sepetiba)

— *Eu acho que a pessoa tem que andar legal né, dentro da realidade, não roubar, não fazer tantas coisas erradas, que isso praticamente todo mundo já sabe que é o certo, mas aí porque tem gente que faz essas coisas lá e eu acho que eles de alguma forma tentam punir, até pro próprio bem da comunidade. Como se fosse agindo as polícias só que de uma forma não legal, vamos dizer assim.*

(Entrevistado 12, Rio das Pedras)

O fato de que esta dominação seja exercida de forma violenta e ilegal não levanta excessivas críticas, exceto em algumas pessoas com maior nível educacional ou com um discurso político mais elaborado.

— *Quando tem algum tipo de comentário de alguém que sumiu, a própria sociedade acusa de maconheiro, de drogado ou sei lá o que seja, ou de bandido de acordo que for envolvido com o tráfico ou não. Então, quando isso acontece muitas das pessoas da comunidade as vezes não falam isso abertamente, mas apóia completamente esse tipo de ação dos milicianos.*

(Entrevistado 23, Tanque)

— *Ha uma boa receptividade porque são filhos da comunidade, ninguém reclama, pelo contrário, até gosta porque se sentem seguros. Eu sei que essa não é a forma correta, mas é aquilo, a falta do poder público na área é complicada.*

(Entrevistado 7, Inhoaíba)

— *Olha só a maioria das pessoas gostavam da segurança que eles passavam, mas têm um certo medo também, as pessoas têm um certo receio. Mas acho que a maioria não reclamava não. Quando a gente vê que tá tendo mesmo uma segurança, que está tendo mesmo esse trabalho, aí a gente até se sente seguro. Agora aqui não, a gente paga R\$30 pros caras ficarem ali se coçando, então não vale a pena, mas aí para você pagar para você ter uma segurança, mesmo que você tenha receio, tenha medo, até vale a pena.*

(Entrevistada 4, Amazonas/ Campo Grande)

Essa última citação é interessante na medida em que reconhece explicitamente o medo como contrapartida da ordem imposta pelos milicianos e avalia que é um custo que compensa pagar, provavelmente porque o entrevistado não consegue imaginar um cenário de plena segurança e, portanto, deve colocar na balança os diversos temores existentes.

— A legitimação do controle social violento à margem da lei transparece nos discursos dos moradores de forma mais ou menos explícita. Assim, quando perguntados sobre episódios violentos perpetrados pelos milicianos, vários relatos insistem em que eles “só” acontecem contra delinquentes, ou seja, implicitamente contra alvos legítimos.

— Já vi gente morta, passando na rua já vi gente morta, mas assim, na minha frente nunca ninguém morreu, nunca conheci ninguém. Conheci pessoas que morreram, pessoas que já apanharam, que foram expulsas de lá, traficando, fazendo coisa errada, roubando, só isso.

(Entrevistado 7, Inhoaiba)

— A pessoa entrou no banheiro para fumar maconha, aí eles bateram na porta, só porque estava fumando maconha ali, se alguém foi fazer queixa [...] Tinha mais um menino, um adolescente que estava assaltando ali mesmo na periferia debaixo da linha amarela, mataram o garoto também. Então eles dizem que isso é proteção, proteção que eles dão a comunidade e eles dão proteção também aos grandes comércios dali. Então que eu soube e não vi que eles deram que o segurança do Extra ligaram pra eles avisando que tinha uns garotos fumando maconha na rua do lado do Extra, eles levaram os garotos pra lá e mataram três garotos.

Entrevistador: Isso fica público, todo mundo sabe?

— Todo mundo sabe, a associação é no meio, eles entram com os garotos ali, com os corpos ali e saem. Isso foi na primeira vez. Agora dessa vez eles não estão tão agressivos, não sei se é porque eles já entenderam a posição deles, todo mundo colabora, todo mundo acha certo o que eles fazem. Então quem é contra, se é contra não fala nada. [...]. Que eles não incomodam, eles cumprimentam, chama de tia, eu passei em um lugar, numa passarela, meio que deserto, e eles falaram “não passa mais por aqui não, porque aqui é deserto, é perigoso, e hoje a gente vai olhar à senhora, até a senhora sumir”. E eu não passo mais por aqui não. Não se arrisca não, então, quer dizer, no dia a dia eles são pessoas educadíssimas que não incomodam a comunidade. Eles tomam atitudes extremas quando surge um caso, algum acontecimento, quando eles são solicitados, quando a população solicita a ação deles.

(Entrevistada 43, Fernão Cardim/ Del Castilho)

Entrevistador: E nesse período teve notícia de pessoa desaparecida?

— Não, assim que eu saiba não, que eu saiba não. As mortes assim normais, normais não porque morte assim não é normal, as mortes que... que aconteceram aí dos envolvidos.

(Entrevistado 32, Chapadão/ Costa Barros)

Nesse sentido, vários testemunhos admitem a co-responsabilidade da comunidade nas mortes cometidas pelos milicianos. Os moradores chamariam a milícia para eliminar os indesejáveis, normalmente usuários de drogas e pequenos criminosos. Em geral, as pessoas sabem o que costuma acontecer depois que acionam a milícia. Em palavras do último entrevistado:

— Situações de furto, quanto tá menino assaltando, outro fumando maconha. Quer dizer, eu noto que a comunidade admite mesmo, porque sabiam o que eles iam fazer. Chamar porque tem uma pessoa que está fumando maconha... podia pedir a pessoa até avisar: não fica porque se não pode acontecer, não vem pra cá. A pessoa com certeza não iria mais, mas vão lá e falam.

(Entrevistada 43, Fernão Cardim/ Del Castilho)

Essa posição contrasta com a de uma moradora, que mesmo tendo um pleito legítimo contra alguém que não pagou os serviços prestados em seu estabelecimento comercial, recua no seu apelo aos milicianos quando percebe as consequências trágicas derivadas dele.

— Eu tinha o meu comércio, aí uma vez eu fiquei até espantada, o Alexandre, que hoje é o que tá morto, ele chegou e falei assim “pô, a mulher fez o cabelo e tá devendo quarenta reais pra mim, aí inclusive ela falou pra mim, Alexandre, que o esposo dela trabalha com Jeromim”. Parece que era assessor, um negócio assim. Ele, “como é que é?”. Ele na mesma hora, na minha frente pegou o rádio, ligou pro Jeromim. Não sei se era mesmo o Jeromim, pela voz devia ser e começou a falar: “tá devendo aqui a menina, R\$ 40, aí falou o nome dele”. Que eu não lembro mais, “é o fulano que trabalha aí contigo”. “Não, não trabalha aqui comigo não, vai atrás dessa mulher agora, vai atrás do marido dela. Se ele não pagar, quebra ele”. Eu fiquei apavorada, falei “pelo amor de Deus não, não vai quebrar ninguém, R\$ 40, não”. “Sério, vai ter que pagar, vocês recebem, vai ter que pagar a gente também”. Eu fiquei apavorada, eu falei “não, não, não faz isso não”. “Não, eu só vou conversar com ela e tal”. Aí quando foi no dia seguinte, eu abria a loja 8 horas, a mulher já estava desde as 7 lá com o dinheiro na mão, tremendo. “Olha aqui o dinheiro, porque o Alexandre foi lá em casa dizendo que se eu não pagasse ia matar o meu marido, que ia me matar, quanto manda?” Eu falei “eu não mandei nada”, eu fiquei apavorada. Eu falei pro Alexandre. “Mas você não recebeu, não foi bom?”. “Mas não precisava fazer isso não cara”. Nunca mais eu falei nada pra ele [risos] quem quiser que dar calote que dê, eu falei “não”.

(Entrevistada 4, Amazonas/ Campo Grande)

Com a desarticulação de alguns grupos de milicianos, a população se tornou mais temerosa pela insegurança que isso pode provocar. Esse tipo de percepção surge até mesmo naquelas pessoas que não consideram a ação das milícias como a ideal para solucionar os problemas da comunidade.

— O pessoal fica tranqüilo mesmo, o pessoal comenta que eles têm medo de que saia a milícia e volte a ser o que era antes.

Entrevistador: Como é que era antes?

— Muita roubalheira, os meninos assaltando, cabo de fio de telefone quando cortam, quando fica sem telefone o pessoal dizia que roubaram, agora eu já estou tem o que? Têm uns dois anos que meu telefone funciona normalmente, de lá e quando chegava lá perguntava “ué, por que não tem telefone?” “roubaram os cabos”, agora não roubam não porque a milícia está aí, entendeu?

(Entrevistada 25, Madureira/ Itaguaí)

— Prenderam um miliciano da Taquara, que comandava a Taquara, Boiuna, Jordão. Ele foi preso semana passada e na mesma semana em que ele foi preso, ao invés da polícia fazer o seguinte, prendeu e bota a UPP. Não, a polícia prendeu e deixou a casa vazia, entrou cerca de 40 homens no morro do Jordão.

(Entrevistada 20, Curicica)

Afinal, há uma percepção generalizada sobre a necessidade da presença de um ator forte que tome conta do território, que não deixe “a casa vazia”. Alguém precisa estabelecer uma “ordem” no local. Na ausência disso, as pessoas se sentem meio perdidas, sem ter um interlocutor a quem recorrer.

— Depois dessa morte dele, é a mesma coisa que nada, se quiser resolver um problema assim da comunidade, se um morador quiser ir lá falar alguma coisa, vai falar com quem? Não fica ninguém lá, fica vazio.

(Entrevistada 24, Campo Lindo / Taquara/ Jacarepaguá)

— Teve uma época aqui que a escola não podia comprar gás, emergência porque o gás acabou. A gente não podia comprar gás e o cara não tinha o cilindro, aí ficou assim, meio que perdido e nós ficamos aqui dentro ilhados, não perdidos, ilhados, porque a gente tem a fornecedora de gás, mas não podia entrar na comunidade. [...]

Entrevistador: Não pode fazer comida para as crianças?

— Não, deu lanchinho frio, coisa pronta. Mandei trazer, fornecedor da escola eles já conheciam, deixavam passar. Tudo aqui tem que ser bem negociado, e assim, não tem aquela pessoa com quem você vai negociar, são diversas faces.

[...]

Entrevistador: Não está vendo mais [miliciano]?

— Não vê, e aí o clima de tensão se instala porque a gente não sabe quem no momento, quem é que vai poder colocar ordem.

(Entrevistada 36, Ricardo de Albuquerque)

Considerando que um Estado distante e paradoxal nunca lhes permitiu sonhar com uma segurança legal e democrática, os residentes em comunidades de baixa renda consideram natural e necessária as figuras de um ‘dono do morro’. De fato, eles nunca conheceram nada diferente de uma ordem social baseada na violência à margem da lei.

Por outro lado, a maior parte das resistências explícitas contras as milícias decorrem da imposição de taxas aos moradores e de ágio sobre a venda de diversos produtos, bem como das restrições ao acesso a outros produtos. Esta interferência nos mercados, que eleva o custo de morar nas comunidades, é quase sempre percebida como indevida. Neste quesito, a eterna comparação entre tráfico e milícia deixa esta última em desvantagem.

— Enquanto eles estavam na área, por exemplo, não existia tarado, como está tendo, como vocês estão sabendo do caso do tarado lá do Gardênia. Não tinha essas coisas, assalto. A gente agora tá vivendo com medo, mas assim existia uma certa segurança, mas o erro deles é cobrar dos moradores e comerciantes.

(Entrevistada 18, Gardênia Azul)

— Eu consegui ver uma diferença entre a milícia e a facção. A milícia eu acho, não vou botar que é melhor, eu não vejo armamento, eu não vejo droga, eu... é isso, eu acho bom por essa parte. Eu não concordo com o fato de cobrar os comerciantes, porque tem comércio lá que começou por baixo. E aí eles chegam agora, acha que tem muito dinheiro e já começam cobrar. Então, eu não concordo com isso, mas eu não tenho nada a dizer assim ó é um absurdo. O que a milícia faz, não sei o que, eu não tenho nada a dizer deles não.

(Entrevistado 39, Inhoaíba)

— Os moto taxistas todos eles são jovens que não tem relação com a milícia, mas eles têm que pagar taxa pra poder circular, inclusive assim, andaram algumas vezes se rebelando, o que aconteceu? O 9º batalhão fizeram um operação e recolheu todas as motos que não estavam totalmente regularizadas.

(Entrevistado 2, Campinho/ Jacarepaguá)

— É... eles sempre tiveram essas regras, isso era regra deles, começou cerveja. É um absurdo o que eu vou falar, mas eu vou falar, eles uma vez eles chegaram

em todos os bares e proibiram o pessoal dos bares, dos barzinhos e no comércio, “ninguém vende cerveja da marca Skol e nem Antártica”, eles são malucos. [...] Foi tanta coisa errada, tanta coisa que a gente não estava acostumado. Estou te explicando isso, mas eu nem sei como explicar, é muita coisa, teve muita coisa. Ah começaram com o gás, com água, tinha que comprar deles, gatonet botar tinha que ser só com eles. Se não pagasse também apanhava, podia ser mulher ou homem, eu já vi bater em homem e mulher porque eles não pagavam a gatonet, R\$ 30, R\$ 40.

(Entrevistado 16, Ramos)

Por outro lado, são pouquíssimos os moradores que justificam a obrigatoriedade de pagar taxas, como contrapartida ao serviço de proteção.

— O povo está sem segurança nenhuma. Quem é que dá segurança ao povo? Pra mim, só a milícia. Eu falei pra ela, não falei pra você no telefone? Eu adoro miliciano. Você não tem um fã? “Ah, eu sou fã de Roberto Carlos... Sou fã de fulano...” Os meus estão aí... Sou fã. Só que ninguém vai trabalhar de graça. Você trabalha de graça?

(Entrevistada 15, Cascadura)

Os mais ardorosos defensores das milícias questionam a veracidade e a legitimidade dos relatos que as acusam de forçar os moradores a pagarem taxas ou de exercer violência injustificada. Um entrevistado, inclusive, atribui motivos escusos ao recente combate do Estado contra as milícias.

— A gente sabe que não é nada daquilo que falam [contra milícia] quem vai pra repórter, tanto que não aparece a cara. Quem vai pra repórter pra poder falar isso tudo, é família de ex-traficante que eles perderam tudo. Aí os caras vai e expulsa, porque fica até morando, se eles descobrir que está levando coisa dali pra fora, expulsam a família toda, aí é hora que eles vão pra falar.

(Entrevistado 45, Água de Ouro/ Pilares)

— Invadiram... Prenderam muitos, porque eles são contra. Eles acham que a milícia... Mas quem tem que achar é a gente, os moradores. Entende? É isso que eu estou falando. Eu penso assim, não sei se estou certa ou estou errada, porque se os bandidos forem presos, não tem como polícia pegar dinheiro. Então, é por isso que eles são contra os milicianos. Porque como é que a polícia vai entrar lá dentro pra pegar dinheiro, se não tem venda de droga?

(Entrevistada 29, Morro Agudo/ Comendador Soares)

Em relação à obrigatoriedade de pagar taxas e de comprar determinados produtos, encontramos, tal como em 2006 e 2007, situações muito diferentes. Em muitas comunidades há relatos de intimidações e até de violência contra quem se recusa a pagar ou tenta quebrar o monopólio. O cenário mais frequente é o de residentes ou comerciantes que se negam a pagar e que têm seus domicílios ou suas lojas invadidos e assaltados.

— *Ele não pagou a taxa e o cara meio que debochava e o cara meio que debochava desses milicianos e tinha um garoto na rua que ele era meio ligado com essa gente e eu soube que caiu na boca, que caiu no ouvido dele. Eu não sei se eles fizeram isso, mas assim, dias depois a loja do cara foi roubada e depois disso ele passou a pagar, mas como eu sou colega dele, ele nunca falou de represálias de milicianos ou coisa do tipo, mas eu acho que querendo ou não, ele pensou acho que é melhor pagar.*

(Entrevistado 38, Campinho/ Jacarepaguá)

Considerando o controle territorial exercido pelas milícias, é óbvio que estes crimes são não apenas tolerados, mas dirigidos pelas próprias milícias para intimidar seus ‘clientes potenciais’. Muitos entrevistados fazem explicitamente esta conexão. Por outro lado, muitos outros entrevistados afirmaram que não pagam taxas ou que trazem os produtos de fora e que nunca sofreram represálias por este motivo.

— *Agora essa coisa de dizer que a milícia, ah tem que pagar, se não pagar eles mata, quebra a sua casa, isso daí é xarope, é mentira, porque teve um mês, é R\$20/mês, teve um mês que eles foram, aí eu não tinha e eles falaram “não tem problema não, a senhora me dá o outro mês as duas parcelas” porque dava 40. Quando eu fui dar o 40, ele me devolveu 20 e falou “a senhora é bacana pra caramba, a senhora é muito honesta, não quero não, dá só os 20 desse mês”. Quer dizer eu vou falar o que da milícia, eu não tenho nada pra falar deles, só bem, só bem, só bem de milícia.*

(Entrevistada 15, Cascadura)

O espaço de negociação entre os moradores e milicianos quanto às transações econômicas impostas por estes últimos varia em função das condições e dos personagens locais, sem seguir um padrão fixo.

— *Podem ficar à vontade, mas respeitando os moradores. Eles sempre pensam nos moradores. Não pode passar do limite, que se um morador não gostar, tudo lá é a gente que determina. Se a gente não gostar e falar com eles, eles vão lá e mandam tirar. Se o morador não está gostando. Eles pensam muito nos moradores.*

(Entrevistada 29, Morro Agudo/ Comendador Soares)

— Era obrigatório, assim se você não pagasse, assim, eles abriam mão, ou até eles arrastavam mesmo, até o que faleceu, ele falava “eu vô manda alguém vir aí, se não pagar eu vô manda alguém vir aí”. Porque às vezes eu brincava, “eu não vou pagar esse mês não”. Não paga que às vezes eu mando alguém vir aqui e roubar a tua loja. Aí eu “pô, eu to brincando”. Aí eu pagava, mas sabia se ele tava falando a verdade ou não.

(Entrevistada 4, Amazonas/ Campo Grande)

— Se não pagar, por exemplo, o paneleiro, eu fiquei sabendo que o paneleiro vende lá as panelinhas dele, e isso e aquilo e eles têm que pagar pra trabalhar lá dentro. Aí acaba sendo expulso, se for morador acaba sendo expulso, eles ficam até com a casa, com os objetos e eles mandam a pessoa embora.

(Entrevistada 8, Gardênia Azul)

Além da imposição de ‘taxas de proteção’, as milícias obtêm lucro de uma série de atividades, muitas delas amplamente conhecidas. Entre elas, as mais comuns são a cobrança das taxas ao transporte alternativo, a venda de gás, água e os serviços de internet e TV a cabo piratas. A despeito da perda de fontes de renda e da diminuição de setores controlados, como já foi relatado, ainda há muitas comunidades em que os milicianos dominam alguma de estas atividades. Outra das fontes de riqueza é a taxação de transferências imobiliárias ou aluguéis, ou a apropriação direta de imóveis.

Além dessas áreas mais clássicas, algumas milícias incursionaram em outros setores, como a agiotagem. Em outros casos, a milícia tenta favorecer qualquer tipo de negócio sobre o qual tenha um interesse.

— Tem um agiota, um cara que era da comunidade e não era miliciano. O cara agiotava. Aí, eles falaram assim pra ele “meu irmão, você tem que parar, só quem pode fazer agiotagem é a gente...”. Milícia faz agiotagem, minha filha, empresta dinheiro e cobra juros. Se tiver algum agiota, eles falam pro cara... Se o cara não obedecer, o cara morre também. Tudo, eles ameaçam de morte.

(Entrevistado 16, Ramos)

— Não é a mecânica que é dominada, não é isso. Mas um grupo de rapazes abriu uma mecânica, têm que ajudar a milícia, e como a milícia deixou eles ali montarem aquela mecânica, então só pode consertar ali naquela mecânica. Ajuda os rapazes, ‘ajuda os moradores’, e dá o voto de confiança à milícia.

(Entrevistado 42, Campo Grande)

Várias milícias continuam desenvolvendo atividades assistenciais nas comunidades, como a organização de festas e eventos, ou o fornecimento de cestas básicas. No en-

tanto, tais práticas parecem menos prevalentes do que alguns anos atrás.

— *Em Itaguaí nunca ouvi falar nada não, mas aqui (Madureira) sim, no final do ano eles fazem festa, distribui cesta básica pro povo aqui. Lá eu nunca ouvi falar não.*

(Entrevistada 25, Madureira/ Itaguaí)

De fato, várias das festas organizadas pelas milícias cobram a entrada ou o consumo de bebidas e comidas, de forma que elas se tornaram uma forma de arrecadação, mais do que uma atividade assistencial.

A milícia de Campo Grande, dirigida por Jerominho, tinha criado uma ampla estrutura assistencial, incluindo cuidado médico e odontológico, que ruiu junto com a base política que a sustentava.

Em relação às drogas ilícitas, a situação é semelhante à encontrada três ou quatro anos atrás. A maioria das milícias proíbe estritamente o tráfico, sob penas muito severas que chegam com frequência à morte. Algumas milícias toleram o consumo desde que seja realizado em ambientes privados e existem alguns grupos de milicianos que se beneficiam diretamente do tráfico.

— *Porque quando a gente vê o tráfico, e os próprios milicianos conhecem os rapazes do tráfico. Se eles não mandam embora, é porque eles também estão envolvidos.*

(Entrevistado 42, Campo Grande)

Tal como foi mostrado, a proporção de denúncias de narcotráfico contra milícias no Disque Denúncia caiu a partir de 2008, em comparação com os anos anteriores. Isso é algo surpreendente, na medida em que o fim do discurso público de legitimação como uma cruzada anti-tráfico, a partir desse ano, eliminaria uma das razões para se afastar deste tipo de atividades.

Por último, alguns entrevistados criticaram as milícias não em função da natureza das suas atividades, mas questionando a escassa dedicação e a pouca eficácia das suas intervenções em algumas comunidades. Esta reclamação não tinha sido registrada em 2006 e 2007.

— *Mora lá e toma conta da escola, mas tava havendo festas e tinha postos policiais também e tinha envolvimento deles com meninas novas e havia sexo. Isso as pessoas comentam, isso eu não vi nada. Eu ouvia e as pessoas falavam “pra que a gente tem milícia pra ficar com as meninhas?” Se eu precisasse de*

ligar “ô, está acontecendo aqui uma emergência”, eles estavam lá namorando.

(Entrevistada 18, Gardênia Azul)

— *Não sei se é trinta reais, vinte reais, uma coisa assim. É minha sogra que paga eles. Aí, eu não vejo nada em troca. A gente paga e não acontece nada, não fazem nada pela gente, e em termos de segurança, eu gosto que eles não costumam se meter na vida de ninguém, se a família estiver brigando... Só se for uma coisa grave, aí eles se metem.*

(Entrevistada 24, Campo Lindo / Taquara/ Jacarepaguá)

A VISÃO DAS AUTORIDADES QUE PARTICIPAM DA REPRESSÃO ÀS MILÍCIAS

8.1 QUESTÕES METODOLÓGICAS

Até 2007, a resposta do Estado perante a expansão das milícias podia ser definida, no melhor dos casos, como omissão. No começo de 2007, o novo governo já adota uma postura contrária às milícias. E, como já foi amplamente destacado, há um ponto de inflexão mais claro em meados de 2008, a partir da tortura dos jornalistas de O Dia e da criação da CPI das milícias.

Para responder ao objetivo de avaliar o impacto da repressão do Estado, parecia importante entrevistar os responsáveis por estas ações dentro do sistema de justiça criminal. Tais pessoas poderiam descrever este processo de enfrentamento e fornecer informações valiosas para aferir o efeito destas ações sobre as milícias. Adicionalmente, a avaliação desses funcionários públicos em relação ao fenômeno das milícias constitui um subsídio importante para a análise.

Não se tratava, entretanto, de obter uma amostra representativa de delegados, promotores ou juízes para conhecer a percepção destes coletivos. O propósito aqui era abordar os indivíduos que tivessem mais informação sobre as investigações, processos e condenações, em função da sua participação nestas ações. Portanto, os nossos entrevistados constituem um grupo seletivo, que manifesta um elevado compromisso pessoal com as ações de combate a milícias. Para vários deles, a repressão às milícias constitui um ponto marcante nas suas carreiras e lhes gerou ameaças de morte. Esse compromisso certamente influencia sua visão sobre o tema.

Vários deles foram contatados através de uma amostragem tipo ‘bola de neve’, isto é, indicados por pessoas que foram entrevistadas previamente como indivíduos que

teriam grande conhecimento dos processos penais contra milicianos.

No final, foram entrevistados três delegados, dois promotores e um juiz. Apesar de constituir uma amostra relativamente pequena, o objetivo era apenas obter informações precisas e não sondar a percepção de nenhum coletivo, conforme mencionado acima. Por outro lado, houve um alto grau de coincidência entre as informações coletadas a partir do relato dessas pessoas, de modo a atingir um ponto de saturação. Isso nos permite concluir que novas entrevistas provavelmente não contribuiriam com novidades significativas sobre o assunto.

Nas entrevistas, solicitamos informações consolidadas sobre o número de indiciamentos, processos, condenações e prisões de milicianos, mas não conseguimos coletar esses dados. Cada entrevistado possuía informações sobre a sua própria atuação, que muitas vezes nem sequer estavam sistematizadas. Conseqüentemente, não foi possível obter dados sobre o funcionamento do conjunto do sistema de justiça criminal em relação à repressão às milícias.

Um dos entrevistados preferiu não gravar a entrevista e, por isso, foram tomadas apenas anotações da conversa. As outras cinco entrevistas foram gravadas e, em um momento posterior, transcritas, antes de serem analisadas. Para cada entrevistado será feita uma referência apenas a sua categoria profissional, a fim de ser mantido o sigilo de sua identidade.

As entrevistas semi-estruturadas seguem um roteiro específico para este coletivo que pode ser consultado no Anexo II.

8.2. INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS NA REPRESSÃO CONTRA AS MILÍCIAS

Conforme mencionado em outras partes desse estudo, a tortura dos jornalistas do O Dia em maio de 2008 gerou forte comoção pública e aumentou significativamente a rejeição pública contra estes grupos. Se em 2006 e 2007 havia autoridades que declaravam aos jornais que as milícias eram grupos formados para liberar a população do domínio do tráfico, isso cessa radicalmente depois do episódio envolvendo os jornalistas.

Os entrevistados confirmaram essa virada na percepção das pessoas e na atitude das instituições públicas. Inclusive, há entrevistados que aderem à narrativa de que as milícias eram positivas no começo e, só posteriormente, se tornaram algo negativo.

— No primeiro momento, ninguém queria saber de milícia, milícia era até uma coisa boa.

(Delegado 1)

— Passou a ser uma coisa muito opressiva pra comunidade. Ao invés de ser aquilo que veio pra auxiliar, ao invés de ser aquilo que veio pra prover o que o Estado não estava provendo e deveria prover, passou a ser uma forma de opressão muito grande.

(Juíz)

Segundo alguns entrevistados, a imprensa teve um papel pedagógico fundamental para difundir a ideia de que as milícias formavam grupos criminosos, cujo objetivo era o lucro através da extorsão das comunidades. Em outras palavras, a mídia ajudou a desconstruir o discurso de legitimação sobre o qual as milícias costumavam se apoiar.

— Aquele ataque à imprensa. Foi aqui que foi o marco. Foi quando o Batan foi atacado, que tiraram realmente o verniz do que era milícia, acabou o verniz da milícia. A imprensa acordou.

(Delegado 1)

Segundo os funcionários ouvidos, os anos de 2006 e 2007 foram o ponto álgido da ação das milícias. Os milicianos ampliaram seu domínio territorial, conseguiram grande influência no campo político estadual, elegendo vereadores e deputados, e aumentaram sua lucratividade mediante o controle da venda de determinados bens e serviços, como o gás, gato net, van etc. Às evidências apontadas pela CPI e por alguns moradores entrevistados nesta pesquisa soma-se agora o testemunho de um delegado no sentido de que existia um apoio da cúpula da Secretaria de Segurança da época à expansão das milícias.

— Eu pedi essa prisão, eu tinha pouquíssimo tempo de policial, mas verifiquei que estava bem configurada uma situação de homicídio qualificado, pedi a prisão desse miliciano, que era um policial militar, e eu sofri uma perseguição muito grande. Esse inquérito, assim que eu consegui a prisão desse miliciano, que logo depois que eu pedi a prisão, descobri que ele era tão poderoso que andava até com... Como era dito na localidade, ele andava num Omega, o veículo Omega australiano, blindado. [...] No dia seguinte à prisão, o inquérito foi avocado pelo Chefe de Polícia, que à época era Álvaro Lins, para a delegacia de homicídios daqui da capital. E na delegacia de homicídios, eles começaram a trabalhar no inquérito no sentido de tirar a culpa, a responsabilidade do miliciano e em-

purrrar a responsabilidade para mim, dizendo que eu teria coagido aquela vítima, a testemunha, no sentido de dizer falsamente que foi aquele policial o autor dos disparos. Vários absurdos, dizendo que eu estava praticando uma perseguição contra ele e eu não tinha motivo nenhum pra praticar uma perseguição. Até porque na época, quase ninguém faria o que eu fiz por medo mesmo, porque ele era conhecido como o matador da área e eu fiz porque estava cumprindo minha obrigação. Na época, até comentei com alguns policiais, eu falei pra eles: se eu que sou delegado, há um ano... Eu era delegado há um ano... Se eu não puder pedir a prisão desse cara, eu prefiro ir embora e voltar a ser advogado, porque eu ganho pra isso. [...] Pedi a prisão, mas sofri as conseqüências. O inquérito foi pra DH, avocado pelo Álvaro Lins, lá eles ameaçaram essa testemunha, ela teve que mudar o depoimento com medo de ser morta, dizendo que eu tinha constrangido ela a dizer aquelas coisas todas, que eu tinha apresentado um depoimento pronto pra ela assinar. E ele [o miliciano] se apresentou espontaneamente, entre aspas, na DH, e aí conseguiram que ele fosse solto, aí ele voltou, ficou solto um bom tempo, matou diversas outras pessoas...

Em 2008, a pressão do sistema de justiça criminal contra as milícias aumenta exponencialmente. O relatório da CPI da ALERJ publicado em novembro desse ano acabou indiciando um grande número de pessoas acusadas de integrarem as milícias.

— (...) a partir da CPI do Marcelo Freixo é que as pessoas começaram a ligar o botãozinho de que a milícia não era legal não, não era proteção não, não estava ali pra ajudar não, era mais opressora do que o tráfico, era mais violenta. Eles se matam, eles matam os outros (...) você tem um processo com trinta réus, que dois anos depois mais da metade está morto

(Juiz)

Mas já em 2007 se observam mudanças significativas na atuação do poder público. No início de 2007, a Secretaria de Segurança decide encomendar à Delegacia de Repressão às Ações Criminosas Organizadas (DRACO) a investigação específica sobre milícias. Até esse momento, a DRACO investigava crimes muito diversos e a partir daí passa a ter um foco preferencial, embora não exclusivo, sobre as milícias. O grupo da DRACO que trabalhava sobre milícias era composto por cerca de dez policiais e dois delegados. Em contrapartida, outro grupo de policiais ficou responsável por todos os outros inquéritos da delegacia.

No início das ações contra as milícias, os policiais enfrentaram a resistência daqueles que achavam que o alvo da repressão deveria ser o tráfico, em função do aparente apoio aos milicianos nas comunidades onde atuavam. E, inclusive, que o combate às

milícias acabaria fortalecendo o tráfico.

— (...) mas doutor, o senhor ataca milícia? Isso não é bom para o tráfico? Nosso problema principal é o traficante. Então, o senhor enfraquece, vem o tráfico e fulmina...” Ele falou assim: “veja bem, a população da área de milícia diz que prefere o miliciano...” Eu falei: “presta atenção, você não pode perguntar ao subjogado quem ele prefere, o que mata com um tiro ou com dez”.

(Delegado 1)

Com o tempo, essas resistências foram se dissolvendo na mesma medida em que a sociedade e o poder público passaram a se posicionar contra as milícias.

Em novembro de 2010, a DRACO saiu do organograma da Polícia Civil e passou a se subordinar diretamente à Secretaria Estadual de Segurança Pública. Segundo os entrevistados, isso garantiu maior autonomia dessa delegacia para a investigação de milicianos. Em fevereiro de 2011, a DRACO saiu do prédio da Polícia Civil e passou a ficar sediada na Secretaria de Segurança.

De 2007 a 2010, a DRACO chegou a prender um grande número de pessoas acusadas de fazerem parte das milícias. O número total de presos oscila entre 500 e 700 de acordo com a fonte. Assim, contando com um número reduzido de agentes, essa delegacia especializada atingiu um desempenho operacional muito elevado. Para um promotor entrevistado, a ação da DRACO “foi um divisor de águas” no combate das milícias no estado. Sem ela, outras organizações do sistema de justiça criminal, como o Ministério Público e o Judiciário, teriam muita dificuldade de agir contra esses grupos.

— Em 2006, era isso, poucos se arriscavam a pedir a prisão de milicianos e quem pedia ia ser massacrado e a partir de 2007, você vê já a atuação do doutor (...), num novo sistema, nova secretaria, já começando a prender um grande número de milicianos.

(Delegado 2)

Para além da ação da DRACO, recentemente algumas delegacias distritais estão também começando a investigar e prender milicianos. Ou seja, a repressão contra as milícias estaria se tornando mais descentralizada e retornando parcialmente ao âmbito da Polícia Civil, através das ações realizadas em delegacias comuns, não especializadas.

— Tem esse daí é um fenômeno que a gente tem notado que de uns tempos para cá, as delegacias distritais têm começado a atuar fazendo operações também para prender milicianos. Já venho começando a notar isso. Antes era

inexistente, agora você já vem notando uma atuação deles mais enfática assim, eles prendem, eu não tenho esse número, mas tem sido feito.

(Delegado 2)

O Ministério Público e o Judiciário também começaram a tomar medidas em relação às milícias. Mais importante ainda, as diferentes instituições do sistema de segurança pública iniciaram um trabalho mais integrado entre si. Isso se aplica especialmente à colaboração entre a Polícia Civil e o MP nas investigações. Os inquéritos policiais relacionados à ação desses grupos eram enviados, em alguns casos pessoalmente, ao Ministério Público, para acelerar os trâmites e evitar vazamentos.

O Ministério Público estadual criou o Grupo Especializado de Combate ao Crime Organizado (GAECO/ RJ) em 2010, que desempenhou um papel central na formulação de denúncias contra milicianos. Atualmente, o GAECO conta com aproximadamente 23 promotores, com sete divisões espalhadas pelo estado. Os promotores do GAECO despacham diretamente com os juízes e também realizam atividades de investigação, possuindo um núcleo de inteligência próprio.

A criação do GAECO representava três grandes vantagens. A primeira é a maior especialização desses promotores nas investigações sobre crime organizado, que possuem características peculiares e uma dificuldade muito maior do que as dos delitos comuns. A segunda é conferir maior segurança aos promotores envolvidos nos casos contra crime organizado, já que eles não precisam assumir a denúncia de forma individual. Inclusive, o GAECO tem uma política interna de rodízio nos contatos com a imprensa para não expor excessivamente nenhum promotor. A terceira é que a centralização dos casos de crime organizado em um único grupo facilita o monitoramento desse tipo de crime e da sua evolução.

Entretanto, diferentemente da DRACO, o GAECO só pode entrar num caso se solicitado pelo promotor natural, isto é, aquele que tem competência sobre a área onde o crime aconteceu. O impacto disso foi minimizado pelo fato de que vários promotores de locais dominados por milícias fazem parte do GAECO. Além disso, a dificuldade e o receio de investigar o crime organizado fazem com que muitos promotores procurem de fato a ajuda do Grupo. Em sumam, assim como a DRACO, a presença do GAECO garantiu uma maior agilidade, autonomia e proteção nos processos contra milicianos.

Por sua vez, o Judiciário também tomou medidas relacionadas, e provocadas, pelos julgamentos a milicianos. A fim de aumentar a segurança dos juízes que atuavam em áreas dominadas pela milícia e das testemunhas que prestavam depoimento, determinadas varas criminais saíram fisicamente da Zona Oeste e foram trazidas para a sede

do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, localizada no centro da cidade do Rio de Janeiro. De fato, a entrada de qualquer testemunha no Fórum de Justiça no centro da cidade é muito mais anônima do que se ela adentrar em um prédio do Judiciário na própria região onde os milicianos atuam.

— (...) é fundamental o julgador desse tipo de organização não ser da área dele. Tem que haver um distanciamento. Se for de dentro da área de domínio, não vai fazer.
(Delegado 1)

Além dessa reorganização interna, promotores manifestaram que, a partir de 2008, o judiciário ficou de forma geral mais sensibilizado em relação à gravidade do problema da milícia.

Outra medida relevante foi o envio para prisões federais de segurança máxima de algumas líderes de milícias, como uma forma de cortar o elo com as suas organizações. Do ponto de vista simbólico, essa medida mostrava que o Estado estava tratando do problema com a mesma seriedade com a que lidava com os traficantes, que constituíam tradicionalmente a grande maioria dos presos enviados para a prisão federal de Catanduvas.

Em suma, os relatos dos entrevistados indicam que foi mobilizada uma verdadeira “força tarefa” na repressão às milícias no Rio de Janeiro, a partir de organizações especializadas da Polícia e do Ministério Público e com a cooperação do Judiciário.

8.3. ESPECIFICIDADE DAS INVESTIGAÇÕES CONTRA MILÍCIAS

Os entrevistados enumeraram diversas dificuldades relativas à repressão das condutas criminosas de milicianos: problemas para investigar e prender atores que possuem algum tipo de inserção no aparelho estatal; dificuldades para o enquadramento da conduta de milicianos em um tipo penal; obstáculos para produzir provas em geral; medo das testemunhas.

O fato de muitos milicianos serem agentes do Estado implica que conhecem o aparato estatal e a forma como as investigações são conduzidas, o que lhes permitiria tomar medidas para prejudicá-las. Muitos milicianos são pessoas influentes, conhecem o sistema de justiça criminal por dentro e, portanto, agem no sentido de interferir nos procedimentos instaurados contra eles. Adicionalmente, investigar as milícias significa, em muitos momentos, enfrentar o poder político, já que muitos milicianos apresentam algum tipo de inserção no campo político estadual.

— Quando a gente fala de milícia, basicamente você fala de controle interno, investigação interna, assuntos internos, então é sempre mais difícil, conhece o método da investigação, tem acesso as informações, está do teu lado ali.

(Delegado 3)

— Você tinha que enfrentar poder político. Investigar milícia significa investigar político no Rio de Janeiro. Não era só polícia investigando polícia. Era polícia investigando político. Aí que a porca torce o rabo. (...) Como é que é isso? A polícia não tem autonomia nenhuma, ela fica a bel sabor da política. Uma canetada, o cara [o político] detona todo mundo.

(Delegado 2)

A despeito da opinião do entrevistado, foram vários os políticos eleitos que perderam o mandato, foram presos e condenados pelo seu envolvimento com as milícias.

Segundo os entrevistados, os próprios operadores do sistema de justiça criminal sentem temor ao investigar, denunciar e julgar as milícias, pois o poder de intimidação desse grupo é muito maior quando comparado, por exemplo, com o dos traficantes. Daí a importância das medidas para preservar a segurança de promotores e juizes.

— Tráfico de entorpecente não é problema pra ninguém. Sabe por quê? Algum juiz tem medo de julgar um tráfico de entorpecente? Não. Algum juiz tem medo de julgar policiais envolvidos? Terror! Eu te afirmo que tem juiz que se bater na mão, ele vai despachar, vai achar um vício, qualquer coisa, vai argumentar o diabo, vai se dar de incompetente, ele não vai julgar.

(Delegado 1)

— O perfil do miliciano eu acho pior do que o perfil do traficante, porque eles são muitas das vezes agentes do Estado, que acham que têm um poder ilimitado e que são intocáveis e que nada nunca vai acontecer com eles. Então eles são extremamente desafiadores. Eu acho que... não é que exista moral no crime, nem ética, nem nada. Mas eu acho que, até pela forma que eles conseguem manipular todo o sistema da polícia e tudo mais, eu acho mais grave do que o tráfico. Acho mais difícil você combater a milícia do que o tráfico.

(Juiz)

Uma particularidade das investigações contra milícias é a maior necessidade de atividades de inteligência. Nesse sentido, as informações do Disque Denúncia são importantes e o MP conta com uma Ouvidoria própria onde também recebe denúncias. Segundo um promotor do GAECO, não importa se é amplamente sabido que deter-

minado local é um “ninho de milicianos”. “Não se pega milícia assim”, porque ele é agente do Estado e continua tendo uma “carteira”, mesmo após a sua prisão.

— Essa é a grande dificuldade, demanda um trabalho de inteligência muito grande”

(Promotor 1)

— A ação contra os traficantes, existem várias as possibilidades. Uma possibilidade meio arcaica e até muito bruta, mas seria possível um confronto. Nós sabemos onde existe tráfico, todo mundo sabe onde existe tráfico (...). A milícia isso é impossível, impossível, qual é o território que nós vamos invadir para quebrar essa estrutura miliciano? Não existe, não existe. Porque o miliciano está apitando o trânsito. Porque ele é o guarda de trânsito. O miliciano a gente vai ao shopping, a gente passa por ele no shopping, coisa que traficante não faz.

(Promotor 1)

Os agentes do Estado mencionam que investigaram e prenderam milicianos de todos os níveis hierárquicos, independentemente de suas posições e funções no grupo. As operações começavam pelos líderes, mas havia um esforço para, na medida do possível, atingir o máximo número de membros da organização. Na Zona Oeste, por exemplo, foram feitas diversas operações no intuito de prender os integrantes da Liga da Justiça, a milícia mais poderosa e visível da região, começando pelos chefes Natalino e Jerominho.

— E vai descendo, esse quantitativo não é só de liderança. Aí vai pegando os empregados, e aí começa também a sair do quadro estatal, civil. Porque, apesar da milícia ser identificada como agente do Estado, na realidade eles dominam porque a maioria dos integrantes é de civis. Tem o olheiro, o fogueiteiro. A mesma lógica, a mesma lógica.

(Delegado 2)

— As principais (milícias) foram investigadas, mas quase todas elas estão identificadas e houve priorização nas principais milícias, na Liga da Justiça era a maior milícia do Rio de Janeiro.

(Delegado 3)

Um promotor afirma ter sido relativamente “fácil” prender as lideranças da Liga da Justiça, pois ainda em 2007 e 2008, elas “apareciam” muito. Isto é, a ação desses milicianos era notória para a comunidade, seja através da cobrança de taxas de segurança, seja através da construção e manutenção de um Centro comunitário criado por eles próprios.

Adicionalmente, os milicianos se sentiam apoiados por pessoas influentes e acreditavam, em função disso, que eram intocáveis e que permaneceriam impunes apesar da sua visibilidade. Por conseguinte, a polícia não encontrou grandes dificuldades, inicialmente, em investigar tais pessoas. Contudo, na medida em que a ação do Estado contra os milicianos se tornou mais incisiva, eles foram ficando mais discretos e as investigações foram ganhando em dificuldade. Hoje em dia, operações de grande vulto, como a prisão de vários líderes, são mais improváveis do que eram no início. Em outras palavras, o impacto marginal das operações do Estado contra este tipo de crime organizado é decrescente, em função do seu próprio sucesso e das precauções tomadas pelos milicianos, que, como os moradores tinham advertido, se movimentam hoje “no sapatinho”.

— Não, naquele momento foram só os mais elevados. Foram só os mais elevados, porque foi fácil fazer isso. Coisa que hoje não vai ser tão fácil. Naquela época foi fácil, porque eles apareciam. Eles se apresentavam, não tinham vergonha, achavam que tinham apoio do governo, achavam que tinham o apoio de juízes, desembargadores. Então, eles se apresentavam mesmo...

(Promotor 1)

Por outro lado, apesar de as milícias serem lideradas principalmente por agentes do Estado, em sua maioria policial, há um grande contingente de civis, os “pés inchados”⁷, que quase sempre realizam atividades mais simples e da ponta, como cobrança de taxas e vigilância. Essas pessoas são mais fáceis de serem investigadas, já que têm maior contato com a população e estão menos inseridas no aparelho estatal, mas, por outro lado, comprometem menos a organização porque são consideradas descartáveis.

— Pé inchado é o ex-traficante, é o vagabundinho na área, é aquele bunda mole que tem a imagem de matador de noite com a espingarda, que tem o apoio do miliciano que domina a área. Psicologicamente se sente o leão, pelo depoimento da menina do Batan de O Dia foi fantástico. Ela entrevistou um camarada que de manhã ele era lixeiro, o porcaria da comunidade. Ele prestou uma declaração pra ela que vale ouro, ele falou assim “de manhã ninguém me respeita, de noite eu sou o cara, bota uma doze e viro leão”. E eu dou uma graninha pra você, detalhe, graninha até melhor, eu não vou ter o problema do polícia estar sendo preso e aquele pé inchado ali pra mim ele é descartável. Prenderam uma porcaria que estava ali com uma arma, inclusive até mais barato, e se der algum problema eu chamo os polícia pra vir resolver, em um eventual ataque eu chamo os policial pra vir resolver.

(Delegado 1)

7. Como já foi descrito, os moradores das comunidades chamam esse tipo de miliciano de “laranja”, “olheiro”, “genérico” etc. Mas as autoridades em geral usaram o termo “pé inchado”.

Os entrevistados ressaltaram também as dificuldades encontradas às vezes para tipificar a conduta de milicianos, ou seja, enquadrá-la em um tipo prescrito no Código Penal. Em geral, essas pessoas deveriam ser indiciadas por formação de quadrilha, mas isso é um “crime muito abstrato”, difícil de tipificar penalmente. Adicionalmente, toda a investigação policial contra milicianos precisa ser muito bem feita, pois eles contam com o auxílio de bons advogados. Qualquer brecha nos procedimentos policiais, qualquer problema jurídico encontrado, é usado como recurso para inocentá-lo ou ainda anular o caso.

— *Por si só já é complicada [a investigação], porque a quadrilha é um crime abstrato, é difícil de provar. Então, você já tem uma dificuldade natural. Não existe uma legislação específica para a milícia, elas entram pelo Artigo 288 do Código Penal. Então, isso já é naturalmente difícil, complexo de se fazer, de verificar a ocorrência desse crime. E por outro lado, também nós temos o cuidado de fazer uma investigação muito bem feita, porque geralmente essas pessoas têm bastante recursos. Têm dinheiro para contratar bons advogados, elas também são muito bem articuladas, conhecem pessoas importantes, influentes. Então, nós sabemos que qualquer vício, qualquer tipo de arbitrariedade numa investigação desenvolvida com esse escopo, ela não vai ter uma vida muito longa, se tiver alguma falha.*

(Delegado 2)

Em relação a esse ponto, a Câmara dos Deputados aprovou em 5 de setembro de 2012 um projeto de lei que tipifica no Código Penal a formação de milícias ou grupos de extermínio. A proposta de lei prescreve uma pena de quatro a oito anos de prisão para quem “constituir, organizar, integrar, mantiver ou custear organização paramilitar, milícia particular, grupo ou esquadrão” com a finalidade de praticar crimes. A proposta também estabelece que a pena prevista para homicídios seja aumentada de um terço à metade se o crime for praticado “por milícia privada, sob o pretexto de prestação de serviço de segurança, ou por grupo de extermínio.” O texto foi encaminhado nessa data para sanção presidencial⁸.

Uma limitação de grande importância é a relativa ao levantamento de testemunhos contra os milicianos. As testemunhas se sentem fortemente intimidadas, até o ponto de muitas relutarem em fornecer depoimentos. De fato, há registros de assassinatos de testemunhas ao longo das investigações e dos processos.

— *Um informante foi conversar comigo, de Santa Cruz, no ano passado.*

8. Matéria de jornal disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2012/09/camara-aprova-projeto-que-preve-pena-para-formacao-de-milicia.html>. Acessado em 06 de setembro de 2012.

Foi em setembro, final de agosto, início de setembro, para falar da outra milícia antagônica, que é liderada pelo ex deputado chamado Jorge Falcão. Foi levar informações dessa milícia pro ex-Sepetiba, um canto lá em Santa Cruz, na praia, e foi levar informações sobre de quem são... Que a gente chama de frente, que são de frente desse grupo lá e eles estavam sob ameaça dessa milícia. Tinham estado sobre ameaça dessa milícia porque um amigo dele teria dito, teria entregue ele pra a milícia. [...] Falei, não precisa prestar depoimento [...] até que ele concordou ir porque esse amigo fez as pazes com ele. "Olha, tem certeza?"; "Não, não, ele é meu amigo desde infância e ele disse que se arrependeu do que fez comigo". Tudo bem, eu marquei o dia, você vai vir aqui com uma roupa assim, assim, assim. Não vai dar pra vir com boné, uma forma que não desse para ser identificado por policiais da área. Chegou lá, ele o advogado, a mãe dele, com outra testemunha, o Sr. [...], um engenheiro e esse amigo dele. Eles chegaram lá saíram do carro, e falou "pera aí, que eu vou tomar um café". Não voltou mais, ele ficou conversando comigo de 5:30 a 6:30, passou inclusive um dossiê que nós vamos começar a trabalhar sobre ele, é... E nesse dia, eu falei, "olha só, tem uma escolta que sai daqui, escolta de pessoas que eu confio, claro que eu pedi pro batalhão uma escolta que eu confio". "Não, não tem necessidade". [...] Ele saiu de lá as 6:30 da tarde, deu a volta pra pegar pra Campo Grande, quando estava entrando no domínio da 18ª região administrativa de Campo Grande, em Inhoaíba, um carro entrou e mataram ele. Fuzilaram ele, a mãe dele. O advogado se feriu, só a outra testemunha que o acompanhou, o Sr. [...] foi quem não sofreu nada. Seu [...] sumiu, desapareceu, o advogado está disposto a prosseguir nessa história, mas então isso ilustra como eles estão agindo.

(Promotor 1)

Também há casos em que, após dar um depoimento inicial contra os milicianos na polícia, a testemunha muda o que disse anteriormente ao depor em juízo.

— *Do processo dessa 'Liga da Justiça', só sobrou uma [testemunha] viva. E a gente tinha no júri de Campo Grande, a gente tinha essa característica: a testemunha ia na delegacia e ela contava uma história. Quando ela chegava em juízo, ela desmentia aquilo tudo e depois que ela desmentia, ela desaparecia.*

(Juiz)

— *O que caracteriza uma investigação sobre milícias é uma dificuldade em encontrar testemunhas. Esse é o ponto marcante assim, totalmente diferente de outras investigações que nós fazemos, ou que eu já fiz, entendeu? Isso daí é clássico se tratando de milícia. Você tem no máximo uma testemunha. Às vezes, não tem ninguém. Você tem que atuar só com o que foi apurado mediante escuta telefônica e no máximo duas ou até três da mesma família, porque uma*

da coragem para a outra. Elas vêm aqui denunciar e tudo mais, mas nunca mais que isso. É sempre um número bem limitado de testemunhas por razões óbvias. Elas sabem que é muito arriscado e eu acho também que é...

(Delegado 2)

Algumas pessoas chegaram a ser incluídas no programa de proteção a testemunhas, PROVITA. Contudo, como as condições para permanecer em tal programa são difíceis de serem cumpridas, elas acabaram saindo e assumindo novamente o risco.

Uma das razões para a DRACO ter saído do organograma da Polícia Civil é tentar garantir maior credibilidade na população, de forma que as pessoas se sintam mais confortáveis em denunciar em um local não vinculado à polícia. Ainda assim, a dificuldade em conseguir testemunhos contra as milícias é muito grande.

O resultado é que as investigações devem ser realizadas com poucas ou nenhuma testemunha, ou recorrendo a réus colaboradores. Os meios de prova mais comuns são as interceptações telefônicas.

— *“Será que eu posso confiar nessa DRACO? Eles são policiais como os outros que estão fazendo parte da milícia. O que é que eles têm de diferente?” Aí com o tempo a gente vai ganhando um pouco de confiança com esse pessoal, mas eu espero que isso evolua.*

(Delegado 2)

— *O que a gente tem feito é o seguinte. Um dos motivos da DRACO ter saído da estrutura da Polícia Civil, tanto no organograma da Polícia Civil, quanto fisicamente, foi visando dar maior credibilidade assim para a população, passar maior credibilidade no sentido que a DRACO está ligada diretamente a Secretaria*

(Delegado 2)

8.4. IMPACTO DA REPRESSÃO DO ESTADO

É praticamente unânime a visão entre os entrevistados de que, apesar dos consideráveis esforços para reprimir as milícias nos últimos anos, elas continuam atuando com força. Algumas das vozes ouvidas acreditam, inclusive, que esses grupos continuam se expandindo no território, enquanto outros pensam que há uma estabilidade. Todos concordam em que as milícias foram, de alguma forma, enfraquecidas pelas investigações e prisões, mas continuam operando.

— Eles perceberam que é mais interessante eles fazerem uma atuação silenciosa, como a máfia vem fazendo até hoje em vários países na Itália e nos Estados Unidos. Quer dizer, sempre que eles partiram para o confronto em determinado momento a coisa meio que desandou, então eles estão fazendo isso de uma forma silenciosa, ocupando cada vez mais territórios, recrutando cada vez mais policiais, especialmente policiais militares e o Estado não está se dando conta disso. Então hoje o grande perigo que eu estou identificando é como se fosse um câncer que está crescendo e que ninguém está percebendo porque não tem sintomas aparentes [...]

Isso é um fato, que realmente obrigou a milícia a se reinventar, mas foi suficiente pra manter o fenômeno da milícia contido? Não, nem um pouco. Absolutamente nada. A milícia continua se expandindo. Continua se expandindo, só que a partir dessa reinvenção, de forma silenciosa. [...]

Entrevistador: Sobre que territórios a milícia está se expandindo?

Todos os territórios. Santa Cruz, por exemplo, todos os territórios que não eram... Que eram comunidades mais humildes, mas que não eram focos principais de atuação do tráfico, eles tomaram.

(Promotor 1)

— Aí eles viram que os caras estavam indo atrás porque a gente está exercendo mandato parlamentar, então vamos sair do mandato e vamos matar menos e “melhor”. Isso é muito ínfimo, mas aí, distante de onde eles não tiveram enfrentamento real, eles continuam nadando de braçada na questão das áreas territoriais, nos territórios, inclusive ampliaram um pouco seu espaço territorial.

(Delegado 3)

Entrevistador: Mas a prisão, então, dos líderes históricos enfraqueceu...?

— Naquele momento, enfraqueceu. [A repressão] fez com que eles fossem obrigados a modificar a sua forma de agir. Naquele momento, foi fundamental. Foi fundamental porque eles estavam com muito apoio político e aí foi preciso bater em quem estava realmente na frente pra mostrar “olha só, não é assim tão fácil como vocês vão achar não...”. Naquele momento enfraqueceu, mas eles se reinventaram. Por quê? Porque eles são policiais e de bobos não têm nada.

(Promotor 1)

Entrevistador: Quais atividades da milícia foram interrompidas pela ação do estado?

— Interrompidas, nenhuma. Enfraquecidas, todas.

(Promotor 2)

Curiosamente, os funcionários do Estado apresentam uma visão menos otimista em relação aos efeitos das prisões e condenações sobre as milícias, se comparada com a percepção dos moradores desses territórios, entre os quais a noção de um enfraquecimento desses grupos era predominante.

As operações policiais se concentraram em várias áreas, entre elas Campo Grande, onde foram presas as lideranças da Liga da Justiça, Santa Cruz, Guaratiba, Jacarepaguá e em alguns municípios da Baixada Fluminense. Em Campo Grande e em Santa Cruz há basicamente dois grandes grupos dominando a região, enquanto que em Jacarepaguá e nas demais áreas há distintos grupos de milícias atuando. As lideranças do grupo de Campo Grande foram presas, Jerominho e Natalino. Prendeu-se também o Girão, Deco e o Mirra, todos da região de Jacarepaguá. Outras milícias pequenas também foram reprimidas.

— Nesse meio tempo foram [investigadas] várias milícias. Milícias de Pedra de Guaratiba, Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Jacarepaguá, Taquara, que é em Jacarepaguá também, e tem uma outra área de Jacarepaguá, que é onde atuava o vereador Luiz André Deco, que é Praça Seca. Jacarepaguá é bem grande. Campo Grande, Santa Cruz, e outros lugares que agora não estou me recordando, mas... Pedra de Guratiba acho que já falei. Têm outros lugares agora, não me lembro exatamente, mas são vários locais.

(Delegado 2)

Políticos, policiais militares, policiais civis, bombeiros e outras pessoas que não necessariamente possuíam cargos públicos foram investigados, presos e, muitos deles, condenados. Essas ações ajudaram a desarticular as milícias em um primeiro momento. Segundo os entrevistados, elas geraram um impacto inicial considerável, que afetou a capacidade de ação desses grupos, embora raramente conseguissem desarticulá-los. Porém, com o tempo, os grupos mais fortes se “adaptaram” a uma “nova realidade”.

— Houve impacto na liderança delas. Muitos foram presos. No primeiro momento isso gera prejuízo etc. e tal. Mas eles se readequaram a realidade e estão tocando os negócios aí. É bom prender? É bom tirar de circulação? É, mas assim, impacto na milícia mesmo...

(Delegado 3)

De fato, a forma de atuação se transformou. Se antes, os milicianos apareciam mais para a comunidade e expunham abertamente suas atividades, após as ações repressivas do Estado eles se tornaram mais discretos. Um entrevistado mencionou que os líderes foram “blindados” por seus grupos. “Eles não aparecem mais fazendo o trabalho sujo que

fazem” (delegado 2). Na mesma linha das falas dos moradores, os operadores do Estado afirmam que os milicianos estão matando menos agora, justamente por causa da maior discrição atual de suas atividades. Haveria, em contrapartida, maior número de pessoas desaparecidas.

— Houve sim, uma influência muito marcante de lá pra cá porque aquela forma ostensiva de ação, de imposição de medo foi substituída por uma forma silenciosa de agir. A milícia hoje percebeu que depois daquilo que aconteceu em 2007, 2008, quando realmente houve uma ação muito forte por parte da DRACO, não adianta manter aquela linha de ação. Lá em Santa Cruz, por exemplo, teve um caso que foi muito emblemático em 2007, eles mataram a Liga da Justiça, eles mataram um motorista de van que estava fundando a sua própria cooperativa. Foram 47 tiros de fuzil, dois Corolas às onze horas da manhã em frente ao shopping de Santa Cruz.

(Promotor 1)

— Então o que é que eles fizeram? Segunda coisa, perceberam que estavam matando demais e se exibindo demais. Então mataram menos e não exibe mais o corpo em praça pública de dia, naquele efeito pedagógico. Então, agora o corpo some, então realmente passaram a matar menos.

(Delegado 3)

Adicionalmente, as lideranças de milicianos quase não se candidataram mais a cargos políticos para não virar alvo da repressão estatal. Porém, segundo alguns entrevistados, os milicianos poderiam lançar candidatos desconhecidos na eleição municipal de outubro de 2012, para não perder completamente o espaço político que conquistaram.

— Eles sacaram que, muitos sacaram isso até mesmo durante a CPI da milícia. Eles tiraram a candidatura na época. Era época de eleição municipal. “Olha, não pode exercer cargo eletivo, não pode ocupar cargo eletivo, exercer mandato, se não vira alvo. Então a gente fica de novo na sombra política apenas alimentando com dinheiro e voto e tendo de volta as indicações, espaços”. Eles perceberam que era demais para eles ficarem expostos nesse nível.

(Delegado 1)

— Nas próximas eleições eles estão pretendendo lançar candidatos desconhecidos, pessoas desconhecidas, porque até então os líderes da milícia é que realmente aparecia na vertente política, e eles estão pretendendo lançar pessoas desconhecidas.

(Promotor 1)

Se os carros exibiam adesivos que simbolizavam a milícia local, atualmente, os milicianos estão mais silenciosos e discretos. Já não é mais possível ver as armas em poder deles. Em suma, não existe mais a antiga ostensividade.

— Então, essa ostensividade não se encontra mais. Então todos os carros nessa época também 2007, 2008, todos os carros Corola que circulavam por Santa Cruz que eram da Liga da Justiça, que era o carro preferido deles. O primeiro escalão sempre circulava com um Corola com um símbolo do Batman, então todos nós sabíamos que aqueles carros eram do pessoal da milícia.

(Promotor 1)

Nesse novo contexto, outras pessoas com menor nível dentro da hierarquia, os “pés inchados”, se tornaram as mais conspícuas para a população, pois passaram a lidar diretamente com ela. Por estarem mais expostos, esses milicianos atualmente são os maiores alvos da ação estatal. Mas, como já explicado, essas pessoas podem ser facilmente substituídas, sem afetar a dinâmica de atuação da milícia do local.

A repressão às milícias provocou o fim do seu discurso público de legitimação e uma diminuição na sua capacidade de impor taxas ou monopólios à população e aos comerciantes.

— Essa coisa da taxa da segurança, da segurança ostensiva, melhorou. Só que isso nunca foi realmente uma atividade da milícia. Isso era uma capa de legitimação. Aí, eles jogaram com essa capa pra se legitimar, como um mal menor, que expulsaria os traficantes, e quando se mostrou que tudo isso era mentira, a maior parte das áreas que surgiu milícia nem tinha tráfico antes (...) Na verdade, caiu a capa. A atividade continua aí.

(Delegado 3)

— Em 2006, 2007, 2005, eles entravam com a aura do bem-feitor... “Não, nós estamos aqui pra expulsar o tráfico e vamos organizar essa bagunça aqui e tudo...” Hoje, eles não fazem mais nenhuma questão de serem simpáticos com os moradores. Então, eles entravam com essa aura de bonzinhos e, num determinado momento, mostravam quem realmente eram, o que realmente queriam. Hoje eles não têm nenhuma... Não fazem a menor questão de mostrar qualquer consideração pelo morador. Então, os moradores das comunidades carentes têm pavor das milícias.

(Promotor 1)

Na visão de alguns entrevistados, o combate do poder público teria sido efetivo em tirar de

circulação determinados indivíduos, entre eles os de maior fama, mas teria falhado na sua tentativa de afetar as organizações criminosas, cujas estruturas continuariam funcionando normalmente. Isso reproduziria o cenário habitual em relação ao varejo do narcotráfico, onde a prisão dos chefes locais nunca desarticulou os grupos que eles lideravam.

— O Estado não enfrentou as atividades da milícia. Enfrentou milicianos, mas não enfrentou as milícias em si, porque na medida em que não enfrenta as atividades econômicas, razão de ser e fim das milícias, não enfrentou as milícias. Senão, a gente vai imaginar que as milícias são um fenômeno individualizado, personificado na figura daquelas pessoas.

(Delegado 3)

Afinal, as milícias apresentariam ampla capacidade de regeneração e de adaptação em relação aos novos contextos.

— Milícia é como um vírus, que faz mutações.

(Promotor 1)

Quando perguntados especificamente sobre milícias que teriam sido desarticuladas, os funcionários do Estado têm dificuldade em responder. Alguns dos casos citados seriam milícias incipientes ou de menor tamanho, que poderiam ter sido anuladas pela intervenção estatal. Em outros casos, milícias teriam desaparecido pela ação de outras milícias, como, por exemplo, milícias pequenas absorvidas pelas maiores.

— Nova Sepetiba, sempre foi um lugar bem interessante porque não é propriamente dentro de Sepetiba, fica no meio do caminho Santa Cruz e Sepetiba. E tinha uma milícia própria lá, era uma milícia do Hélio Jetan e do Boca Rasgada, eles que comandavam historicamente Nova Sepetiba. Inclusive, nós não conseguimos chegar quem era esse contato, mas isso soava como um apoio do poder público porque aquelas casas foram passadas para esse grupo negociar. [...] Mas agora no final do ano, setembro, outubro eu não me lembro exatamente, o Tony Ângelo, da Liga da Justiça, chegou lá e"o que é que vocês querem? Querem trabalhar pra mim? Ou vão morrer?" "A gente trabalha pra você". Então esses núcleos de pequenas milícias na verdade não tinham a estrutura dessas grandes milícias, mas que existe, existiam foram engolidos pela Liga da Justiça e por isso só existe dois grupos.

(Promotor 1)

A própria repressão do Estado contra algumas estruturas deixaria um vácuo de poder que seria ocupado por outros grupos. Há, inclusive, relatos de informantes que teriam ajudado a prender os membros de uma milícia, apenas para substituí-la por uma

nova organização por eles criada. De qualquer modo, a grande maioria das estruturas milicianas continuaram existindo, mesmo que às vezes enfraquecidas, após as prisões e condenações dos seus integrantes.

Há uma percepção compartilhada de que a violência entre milicianos, muito elevada, decorre muito menos de um conflito entre elas e mais de rachas internos dentro de cada milícia. O caso de Rio das Pedras é paradigmático, com sucessivos líderes da milícia local mortos em conflitos internos. A exceção é o conflito entre a Liga da Justiça e a milícia do Chico Bala, que encaixa no modelo clássico de conflito entre dois grupos pela disputa do território.

— *Eles se matam, eles matam os outros (...) você tem um processo com trinta réus, que dois anos depois mais da metade está morto.*

(Juiz)

— *Teve um confronto do Chico Bala com... [...] a 'Liga da Justiça'. Ali teve. Porque a Zona Oeste tem essa questão mais territorial, mas aqui não, aqui é muito grande, tem lugar pra todo mundo. A gente nunca pegou um grupo de milícia tentando pegar o lugar de outra.*

(Juiz)

A Liga da Justiça era considerada a milícia mais poderosa do Rio de Janeiro e a que mais conseguiu ampliar o seu território, a partir da absorção de outros grupos menores. Em contrapartida, ela foi quem sofreu maior desgaste durante esse processo de repressão estatal, pois muitas ações foram direcionadas contra esse grupo.

Consequentemente, não há evidências de que as milícias estejam se consolidando em estruturas mais amplas, a semelhança do que o tráfico fez com as facções.

— *Eles [milicianos] não têm essa organização toda ainda. Eu acho que a nossa sorte foi que o tráfico se organizou e só agora, na realidade, está tendo um movimento mais efetivo pra combate. Acho que a milícia, a gente conseguiu combater antes que eles fossem mais organizados assim. Entendeu? Então, eu não vejo essa possibilidade. Pelo menos, por enquanto, não.*

(Juiz)

Contudo, a recusa recente do Chico Bala para depor na Justiça contra os integrantes de outra milícia, que teria matado sua mulher e o seu filho, levanta suspeitas sobre a possível existência de acordos entre os milicianos, nem que seja para evitar a incriminação mútua nos processos criminais.

— O Félix foi executado pela Liga da Justiça [...] Nós descobrimos isso, porque a arma, uma das armas utilizadas na morte do Félix era um fuzil que foi apreendido na morte da mulher do Chico Bala, aí então você percebe a ligação. Eles mataram a mulher do Chico Bala e o enteado, agora, essa semana, eu soube que o Chico Bala foi depor e ele tirou toda a responsabilidade do Batman.

Entrevistador: Por quê?

Não reconheceu, fez um acordo. Você mata minha mulher e meu filho e depois a gente combina, não é querido? Não é bem assim, os negócios em primeiro lugar, negócios em primeiro lugar, o resto é besteira. É tudo um bando de animais.

(Delegado 1)

Diversas vozes afirmam que enquanto o Estado não se concentra na eliminação das atividades econômicas empreendidas pelas milícias, as atividades desses grupos continuarão e poderão inclusive se expandir.

Entrevistador: Mas vocês não conseguiram interromper nenhuma das atividades econômicas?

— N-A -D -A, nada.

(Delegado 1)

— Tiraram os caras do poder político e poder armado, claro que isso é muito importante. Mas se não enfrentar o poder econômico, não vão desfazer a milícia. A milícia é um negócio, a milícia qual é a razão de ser? Qual é a finalidade? É negócio, é dinheiro, é isso, a milícia é uma empresa, uma empresa criminosa, uma empresa ilícita, mafiosa, violenta, corrupta, mas é uma empresa, é capital, está ali para ganhar dinheiro, ponto. É muito dinheiro, faturamento altíssimo, você vai juntando as fontes básicas de receitas transporte alternativo, gás, gato net, é muito dinheiro. [...]

Você tem essas variantes de milícia, e todas essas fontes de receita ficaram intactas, continuam funcionando em pleno vapor. Então, você não pode imaginar enfrentar um negócio criminoso sem tocar na gênese do problema.

(Delegado 3)

Em suma, as autoridades do Estado apresentam uma visão pessimista em relação ao impacto da ação repressiva contra os milicianos no Rio de Janeiro. Apesar de inicialmente ter gerado um enfraquecimento, chegando ocasionalmente a extinguir alguns grupos menores, as milícias conseguiram se reestruturar. Alguns entrevistados consideram que as milícias ainda expandiram seu domínio sobre outras comunidades, enquanto outros percebem uma estabilidade. As lideranças passaram a atuar mais discretamente, ao passo que foram colocadas em evidência nas comunidades as

peças com menor nível hierárquico dentro das milícias. Para alguns entrevistados, a ação dos milicianos só vai ser realmente reprimida quando houver uma incisiva ação do Estado contra as atividades econômicas desses grupos.

8.5. O FUTURO DAS MILÍCIAS E AS MEDIDAS A SEREM TOMADAS

Todos os agentes do Estado são unânimes em afirmar a necessidade da continuidade, ou intensificação, das ações do poder público para combater as milícias. Um entrevistado acredita que o problema das milícias não é episódico, mas permanente, que pode ser contido, mas não erradicado. É, justamente, a mesma visão que começa a se estender hoje em relação ao tráfico de drogas e que tem permitido, apesar das dificuldades, imaginar novas abordagens de política pública.

Segundo o entrevistado, quanto antes o Estado aceitar a permanência das milícias como inevitável, melhores serão as chances de adotar políticas públicas realistas relacionadas ao assunto.

— É preciso entender que a milícia, ela é um fenômeno que não vai ser mais extinto. A milícia veio para ficar. Infelizmente, a milícia na verdade é a evolução de práticas criminosas da polícia ao longo dos anos e que eles resolveram simplesmente retirar os intermediários e assumir o negócio. [...]

São os pressupostos fundamentais pra se combater a milícia. Entender que ela veio pra ficar, que não tem como acabar, mas precisa ser controlada e entender que não são bobos, que o inimigo agora é muito mais articulado e muito mais bem preparado do que foi com o tráfico de drogas.

(Promotor 1)

Todos os entrevistados sublinharam as dificuldades inerentes ao enfrentamento as milícias. Em primeiro lugar, porque elas são compostas por agentes públicos, que sabem como se proteger da atuação do Estado. Em segundo lugar, porque elas já mostraram uma notável capacidade de adaptação às circunstâncias, mudando suas estratégias em função da pressão externa. Algumas vezes chegam até a mencionar o surgimento de milícias em outros estados do Brasil, conforme pode ser acompanhado pela imprensa. Isto seria uma evidência de que o modelo das milícias é uma variante lucrativa do crime organizado e tem potencial para ser imitado.

Não existe uma visão consensual sobre como combater as milícias, mas há diversas sugestões de políticas públicas a serem aplicadas. Podemos dividir as propostas em

duas áreas: repressão e prevenção.

Com vistas a reprimir as atividades das milícias, as autoridades ouvidas sugerem os seguintes pontos:

- a) Atuação integrada das diferentes agências do sistema de justiça criminal envolvidas, mantendo e incrementando a colaboração entre Polícia, MP e Judiciário, na linha de uma ‘força tarefa’ permanente;
- b) Reforço do controle interno das polícias e dos mecanismos correccionais;
- c) Maior participação da Polícia Federal no combate às milícias;
- d) Luta contra a corrupção dentro do sistema penitenciário e reforço da vigilância aos internos para evitar que continuem comandando, de dentro das cadeias, as estruturas criminosas;

Do ponto de vista da prevenção, os entrevistados propõem medidas de âmbitos muito diferentes. Uma primeira apelação se refere à resolução dos problemas sociais e econômicos das comunidades, que são o pano de fundo do surgimento de grupos criminosos que controlam o território. Vários entrevistados ressaltaram que as milícias apenas ganharam espaço por causa da ausência do Estado: “a única certeza que eu tenho é que a milícia nasce porque o Estado não estava onde deveria estar” (juiz). Há uma sugestão específica de desenvolver um “choque social” nos territórios dominados por milícias concomitantemente à intervenção policial.

O principal seria, tão logo houvesse uma atuação no combate a milícia em determinada localidade, ir com um choque social, mostrando para as pessoas que vale a pena acreditar no Estado, que eles vão ter infra-estrutura para poder viver com dignidade e aí, a partir disso, elas vão poder confiar mais na Polícia. Se por ventura surgir ali uma nova tentativa de implementação de milícia, essas pessoas terão mais recursos para procurar um agente do Estado e denunciar. Eu acho que o Estado tem que dar esse choque social.

(Delegado 2)

Essa é precisamente a proposta por trás das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP)⁹, o carro chefe da política de segurança pública hoje no estado do Rio de Janeiro. Em teoria, as UPPs deveriam conjugar a recuperação da polícia dos territórios, antes nas mãos de grupos criminosos, com o investimento urbano, social e econômico.

9. O programa de Unidades de Polícia Pacificadora visa, em primeiro lugar, à recuperação de territórios sob controle de grupos armados ilegais e à restauração do monopólio legal e legítimo do uso da força pelo Estado e o fim dos confrontos armados. Adicionalmente, pretende melhorar as condições de vida dessas populações e reduzir a informalidade das atividades sociais e econômicas.

Um segundo conjunto de medidas preventivas diz respeito aos agentes de segurança pública. Entre elas, a valorização dos policiais, com melhores salários e condições de trabalho, reduziria os desvios de conduta. Em relação aos bombeiros, a sua desmilitarização, proposta contida no relatório da CPI das milícias, permitiria lhes retirar o porte de armas. As armas são, obviamente, desnecessárias para sua profissão, mas essenciais no mercado de segurança privada e também, ocasionalmente, para integrar grupos de milicianos.

Em terceiro lugar, vários entrevistados sublinham a importância de intervenções nos mercados dos produtos e serviços controlados coativamente pelos milicianos. Estas medidas contemplam tanto atores públicos quanto privados. Entre elas podemos mencionar:

- a) o transporte alternativo precisa ser regulado de forma que evite a sua apropriação por grupos criminosos;
- b) a venda de gás necessita de uma regulação mais eficiente por parte da Agência Nacional do Petróleo (ANP);
- c) as companhias de TV a cabo precisam oferecer pacotes a preços populares nas comunidades de baixa renda, a fim de evitar a proliferação de serviços clandestinos.



REGISTROS DE OCORRÊNCIA DE DESAPARECIMENTOS

Os moradores entrevistados no transcurso desta pesquisa mencionaram muitos casos de pessoas que desapareceram em mãos das milícias e nunca mais foram vistas, presumindo-se que, em muitos casos, possam ter sido assassinadas. Como mostrado na seção anterior, as autoridades entrevistadas também se referem a este fenômeno e manifestam, inclusive, que as milícias mudaram seu proceder com o tempo, cessando de matar publicamente e passando a sumir com os corpos.

Assim, a hipótese que se coloca é se as milícias estariam provocando, especialmente nos últimos anos, um aumento dos desaparecimentos, a fim de esconder sua violência homicida e não deixar provas dos crimes. Em vista disso, embora não estivesse incluído no plano original da pesquisa, decidimos procurar as informações oficiais sobre desaparecidos para verificar se essa hipótese poderia ser testada com esses dados.

Trata-se, na verdade, de uma sondagem exploratória, pois o teste empírico possível apresenta várias limitações. A primeira e mais importante é que o registro oficial sobre desaparecimentos não contempla, obviamente, todos os casos acontecidos. Para que um desaparecimento seja registrado oficialmente na Polícia Civil, através de um Registro de Ocorrência (R.O.), é preciso que um familiar ou alguém próximo à vítima vá à Delegacia e faça a denúncia.

Na verdade, a possível ocultação dos homicídios através do desaparecimento, seja por parte dos grupos criminosos, seja por parte dos agentes do Estado, é um assunto polêmico no Rio de Janeiro há um tempo. Uma pesquisa realizada pelo Instituto de Segurança Pública em 2009 (ISP, 2009¹⁰) tentou re-contatar uma amostra das pessoas

10. ISP (2009) Pesquisa de Desaparecidos no Estado do Rio de Janeiro em 2007. Acessado em <http://www.isp.rj.gov.br/Conteudo.asp?ident=227> no dia 12 de maio, 18:35 horas

que tinham denunciado desaparecimentos em 2007, com vistas a conhecer o desfecho do caso. O estudo revelou que a maioria das pessoas desaparecidas foi encontrada posteriormente: o ISP menciona 71% de indivíduos reaparecidos e Soares (2009¹¹), usando os mesmos dados, relata 86%. Muitos desaparecidos são jovens que fogem de casa ou idosos que se perdem ao saírem de suas residências e não encontram o caminho de volta. Por outro lado, a proporção de homicídios, dentro dos casos esclarecidos, era de apenas 7%. Entretanto, o estudo do ISP apresenta algumas limitações metodológicas, como uma mostra pequena e um contato com os denunciante apenas pela via telefônica. De qualquer forma, o perfil de gênero e idade das vítimas de desaparecimento (apenas 28% com idades entre 18 e 29 anos e mais de um terço de mulheres) é diferente daquele encontrado entre as vítimas de homicídio, que são basicamente homens jovens. Isso confirma que, no mínimo, não é possível assumir que desaparecimento e homicídio são fenômenos equivalentes, embora seja claro que uma fração dos desaparecidos possa ser constituída por vítimas de homicídio.

Um problema central é que, em geral, o denunciante que registra um desaparecimento espera encontrar a pessoa e recorre ao Estado para lhe ajudar na busca. Por outro lado, há diversas evidências de homicídios cometidos em comunidades de baixa renda do Rio de Janeiro em que os grupos criminosos fazem desaparecer o cadáver, embora todos saibam da morte. Ignoramos em que medida os familiares fazem o registro nestes casos, mesmo sabendo que a morte aconteceu. O que sabemos é que moradores dessas comunidades não costumam registrar crimes ou ocorrências em delegacias.

Em suma, até o momento não dispomos de informações que nos permitam estimar com exatidão a proporção dos desaparecimentos registrados que corresponderia a homicídios, nem a proporção dos desaparecimentos registrados dentro do total dos ocorridos. Portanto, o teste empírico a ser realizado a partir dos dados oficiais só possui validade na medida em que os desaparecimentos registrados incluam esses homicídios com desaparecimento posterior do cadáver, particularmente aqueles casos correspondentes a ação do crime organizado.

Se as milícias tivessem optado por desaparecer com os corpos ao invés de deixá-los na rua, considerando que esses últimos casos seriam registrados como homicídios dolosos, esperaríamos que a razão entre desaparecimentos e homicídios se incrementasse nas áreas de atividade de milícia e nos momentos em que a ação desses grupos aumenta. Em segundo lugar, se a milícia estivesse adotando esse procedimento nos últimos anos, esperaríamos que essa razão (entre desaparecimentos e homicídios) aumentasse

11. Soares, G. (2009) "Os desaparecidos", em Sússekind, E. (org.) Memória e Justiça. Rio de Janeiro: Jauá Ed.; Museu da República. Pg. 21-32

progressivamente nas regiões ocupadas por milícias.

Trata-se de um desafio metodológico considerável, especialmente porque a presença ou ausência das milícias não está consignada em nenhum registro oficial.

Optamos pela seguinte estratégia. Em primeiro lugar, coletamos os registros mensais de mortes violentas e de desaparecimentos por delegacia no município do Rio de Janeiro desde 2003 até junho de 2011. Esses dados estão disponíveis na internet, no site do ISP, e foram processados até conseguir o formato do banco desejado. Obtivemos assim um banco cuja unidade de análise era mês x delegacia, ou seja, possuía uma linha para cada mês e para cada delegacia da cidade, no período considerado. Em cada linha, acrescentamos o número de pessoas desaparecidas nessa delegacia e nesse mês, bem como o número de mortes violentas registradas nesse mesmo local e período. As mortes violentas se referem a um indicador calculado a partir da soma dos seguintes registros: a) - Homicídio Doloso; b) - Homicídio por Auto de Resistência, isto é, mortes por intervenção policial; c) Lesão Corporal Seguida de Morte; d) Roubo seguido de Morte (Latrocínio); e) Encontro de Cadáver; f) Encontro de Ossada. Ele é considerado um indicador mais confiável da incidência da violência letal do que o próprio homicídio doloso, pois não depende da tipologia penal que a polícia utiliza em cada caso e está imune a problemas de mudanças nos critérios de classificação entre as diversas categorias.

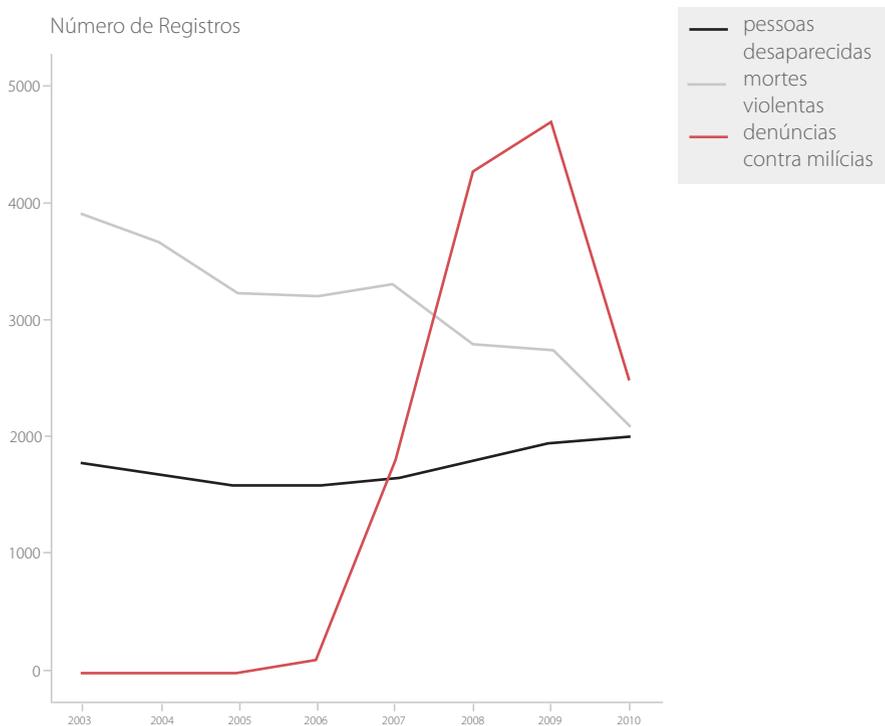
Em segundo lugar, utilizamos as denúncias contra milícias efetuadas no Disque Denúncia e no Disque Milícia, somadas, como um indicador de atividade miliciana em cada lugar e cada momento. Conforme mencionado anteriormente, o número de naturezas de crime que cada uma das duas fontes permitia registrar é diferente. Por isso, contabilizamos os fatos denunciados e não as naturezas de crimes registradas. O seguinte problema residia em conseguir um total mensal de denúncias por delegacia, considerando que a informação disponível nos bancos de denúncias era o bairro onde o crime teria acontecido. Assim, foi necessário categorizar a delegacia correspondente a cada bairro da cidade. Entretanto, a coincidência entre bairros e delegacias não é perfeita e existem bairros cujo território está dividido entre várias delegacias. Nesses casos, distribuimos as denúncias relativas ao bairro entre as delegacias correspondentes, de forma proporcional à área de cada bairro que estava coberta pela circunscrição de cada delegacia. Por exemplo, se 30% da área geográfica de um bairro entrava na área de uma delegacia, então 30% das denúncias nesse bairro eram atribuídas a essa delegacia. E assim por diante, até completar a área do bairro e, com ela, o total das denúncias nele registradas.

Por último os dados sobre denúncias foram agregados ao banco de crimes por mês e delegacia, o que nos permitia monitorar no tempo as três variáveis centrais: desaparecimentos, mortes violentas e denúncias contra milícias. Estas últimas, como explicado, são um indicador de atividade miliciana.

Apresentamos, em primeiro lugar, a evolução anual dessas três variáveis para o conjunto do território, como pode ser observado no gráfico seguinte. Ele omite o ano de 2011, pois esse último ano conta apenas com 6 meses e teria oferecido uma impressão visual enganosa.

[GRÁFICO 9]

Número de Desaparecimentos, Mortes Violentas e Denúncias contra Milícias por Ano. Município do Rio de Janeiro



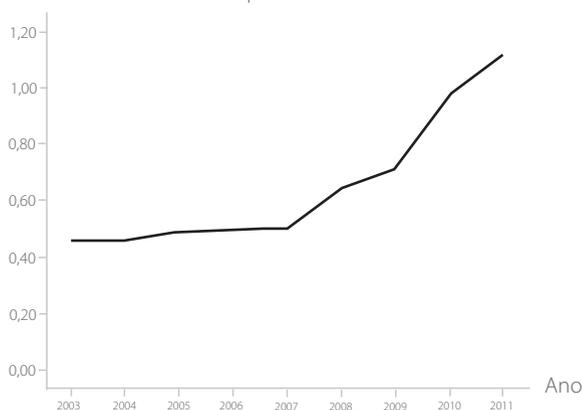
Fonte: ISP-RJ. Disque Denúncia. Disque Milícia. Elaboração própria.

Claramente, as mortes violentas estão em queda na cidade, em especial desde 2007. Por sua vez, o número de vítimas de desaparecimentos registrados experimenta uma pequena tendência ao aumento a partir de 2006. O resultado dessas duas tendências é que a razão entre desaparecimentos e mortes aumenta de forma notória nos últimos anos, como mostra o gráfico seguinte. Já as denúncias contra milícias, como já relatado na seção correspondente, crescem exponencialmente em 2007 e 2008 e caem posteriormente.

[GRÁFICO 10]

Razão entre Desaparecimentos e Mortes Violentas por Ano.
– Município do Rio de Janeiro

Razão entre Vítimas de desaparecimento e Mortes Violentas



Fonte: ISP-RJ. Elaboração própria.

A razão passa de aproximadamente 0,5 no início da série (ou seja, duas mortes para cada desaparecimento registrado) a mais de 1, no final, isto é, um maior número de desaparecimentos. Esse resultado é compatível com a hipótese de uma maior incidência de desaparecimentos nos anos em que a milícia atua e, especialmente, nos últimos três anos. Contudo, as tendências de diminuição das mortes e de aumento dos desaparecimentos parecem começar antes da entrada em cena das milícias e, particularmente, antes do aumento intenso das denúncias contra estes grupos, o que enfraquece a conclusão de uma vinculação entre esses fenômenos.

Em segundo lugar, refizemos a análise comparando as delegacias onde havia maior atividade miliciana com as outras. Se o incremento relativo das desapareções se deve às mortes pela milícia, esperaríamos então que ele fosse muito mais intenso nas delegacias com forte presença de milicianos do que nas outras, e precisamente na fase de maior atividade desses grupos. A próxima tabela apresenta o número de denúncias contra milícia segundo a área de cada delegacia da capital. Algumas delegacias mudaram sua circunscrição geográfica ao longo do tempo, de forma que áreas que pertenciam a uma delegacia foram transferidas para outra. Para poder manter a continuidade da série integramos, nesses casos, as duas delegacias contíguas que tinham sido objeto de alterações quanto ao seu território. Assim, a 42ª DP e a 16ª DP serão tratadas como uma delegacia só, e o mesmo acontece com a 43ª e a 35ª DP.

Temos informações de denúncias sobre milícias a partir do ano de 2006, de forma que os anos de 2003 a 2005 não são incluídos na tabela para facilitar a visualização. O número total de denúncias na tabela é diferente ao total registrado, pois há 74 casos (0,5% do conjunto total) em que não havia informação sobre o bairro ou, então, o nome do bairro não foi localizado na lista oficial da Secretaria de Segurança.

[TABELA 13]

Número de Denúncias contra Milícia por Área da Delegacia e Ano – Município do Rio de Janeiro

DELEGACIA	2006	2007	2008	2009	2010	2011 ^(*)	TOTAL
DP1	0	1	4	5	4	3	17
DP4	0	1	6	7	8	5	27
DP5	1	4	12	17	14	10	59
DP6	0	1	7	3	4	4	19
DP7	0	2	1	4	2	3	12
DP9	0	1	6	7	4	4	22
DP10	0	1	2	4	1	1	9
DP12	0	4	3	6	2	2	17
DP13	0	3	2	3	2	2	12
DP14	0	1	6	2	3	3	15
DP15	0	3	4	5	2	0	14
DP17	1	2	7	13	15	5	43
DP18	0	5	9	3	3	2	23
DP19	0	2	8	14	8	2	33
DP20	0	2	5	12	8	5	32
DP21	8	65	93	91	68	88	413
DP22	4	81	36	61	38	21	241
DP23	0	10	44	17	14	7	92
DP24	2	35	205	148	73	48	511
DP25	0	0	1	5	3	0	9
DP26	2	34	39	49	24	17	165
DP27	3	21	43	74	34	17	193
DP28	5	124	325	276	216	175	1.121
DP29	2	32	66	45	31	28	204
DP30	0	15	49	41	28	47	180
DP31	8	197	376	389	146	57	1.173
DP32	19	254	484	487	305	245	1.794
DP33	2	73	229	137	109	48	598

DP34	2	39	164	145	40	60	450
DP36	6	160	452	473	322	226	1.639
DP37	9	37	59	55	22	22	204
DP38	6	94	61	92	48	33	334
DP39	3	45	28	74	24	9	183
DP40	2	32	76	43	19	16	187
DP41	0	0	3	0	2	1	6
DP44	1	50	86	49	38	33	257
DP16 e DP42	5	89	152	147	97	69	559
DP43 e DP35	14	281	1.125	1.693	728	558	4.399
TOTAL	105	1.801	4.278	4.696	2.509	1.877	15.266

Fonte: ISP-RJ. Disque Denúncia. Disque Milícia. Elaboração própria.

(*) Apenas os meses de janeiro a junho.

Para comparar áreas de alta e baixa incidência de milícias, separamos as delegacias com mais de 1.000 denúncias contra milícias no conjunto do período. Essas delegacias com maior presença de milícias correspondem basicamente à Zona Oeste e são as seguintes: 28^a, 31^a, 32^a, 36^a, 35^a e 43^a.

Para calcular a razão foram somados todas as mortes e desaparecimentos registrados nas delegacias mencionadas acima, por um lado, e no resto das delegacias, por outro. Uma vez consolidados os totais de registros para estas áreas que juntam muitas delegacias, foi recalculada a razão de desaparecimentos para mortes em cada um desses dois conjuntos.

O gráfico seguinte revela que, conforme a hipótese, a incidência relativa de desaparecimentos é mais elevada nas áreas de milícia, em particular nos últimos anos. Contudo, a diferença entre as duas curvas não é muito grande, pois o coeficiente angular da linha de delegacias com presença miliciana só é um pouco superior à da linha do resto das delegacias. Na realidade, para confirmar a hipótese esperávamos uma inclinação muito mais elevada na primeira linha do que na segunda, o que não acontece porque esta última também aumenta com rapidez. Ou seja, em áreas onde não há milícia a razão de desaparecimentos sobre as mortes violentas também está crescendo nos últimos anos, embora em uma proporção menor. Portanto, a evidência até aqui oferece um apoio moderado à hipótese.

[GRÁFICO 11]

Razão entre Desaparecimentos e Mortes Violentas por Ano e Atividade Miliciana na Região. Município do Rio de Janeiro

Razão entre os Desaparecimentos e Mortes Violentas



Fonte: ISP-RJ. Elaboração própria.

Em terceiro lugar, estimamos um modelo estatístico que tentasse explicar o número de desaparecimentos mensais por delegacias em função do número de mortes violentas e de denúncias contra milícias nessa região. Assim, o modelo linear generalizado, estimado através de procedimentos de máxima verossimilhança, tomava como variável dependente o número de desaparecimentos por delegacia e como variáveis independentes o número de mortes violentas e o número de denúncias contra milícias, que é um indicador da presença desses grupos. A princípio, poderia parecer mais ajustado tentar modelar diretamente a razão entre desaparecimentos e mortes, que o indicador monitorado. Porém, como há vários meses sem mortes violentas em várias delegacias, o indicador, com um denominador de 0, não pode ser calculado para esses meses, o que comportaria uma perda de aproximadamente 11% dos casos, perda que dificilmente poderia ser considerada como aleatória. Por essa razão, foi decidido modelar diretamente o número de desaparecimentos por mês e delegacia. Como o tamanho da população e a incidência de homicídios não são constantes entre as várias delegacias, introduzimos a delegacia como variável independente categórica (fator) no modelo. Na prática, isso significa que o modelo controlará por diferenças na incidência dos fenômenos entre delegacias e estimará, concretamente, se a variação nos desaparecimentos está correlacionada com a variação nas denúncias contra milícias, uma vez controlado o número de mortes violentas. Em outras palavras, se as milícias são responsáveis por um aumento relativo dos desaparecimentos, espera-se que a variável 'número de denúncias contra milícias', que mensura a atividade desses grupos, apresente uma associação positiva com o número de desaparecimentos, uma vez eliminada a influência da variação nas mortes violentas.

O período contemplado inclui o conjunto total da série de janeiro de 2003 até junho de 2011. Embora não existam denúncias contra milícias até 2006, os primeiros anos devem servir, justamente, para estabelecer um parâmetro de comparação com uma situação sem muita presença miliciana, a modo de linha base.

Os parâmetros do modelo podem ser observados na tabela seguinte. Foram omitidos os coeficientes relativos às variáveis de cada delegacia, cuja enumeração completa prejudicaria a visualização.

[TABELA 14]

Modelo Estatístico para estimar o Número de Desaparecidos por Delegacia e Mês

Parâmetros	B	Erro Padrão	Intervalo de Confiança de Wald de 95%		Teste de Significância		
			Inferior	Superior	Chi-Quadrado de Wald	Graus de Liberdade	p
(Intercepto)	1,196	,2896	,628	1,763	17,042	1	,000
.....
Mortes violentas	-,037	,0095	-,056	-,019	15,258	1	,000
Denúncias contra Milícias	,018	,0036	,011	,025	24,449	1	,000

O modelo revela que o coeficiente da variável ‘denúncias contra milícias’ é positivo e significativo. Isso pode ser interpretado no sentido de que há uma associação positiva entre as denúncias contra milícias e a incidência de desaparecimentos por mês, uma vez controlado o número de mortes. Em outras palavras, nos momentos e lugares em que há maior presença de milícias o peso dos desaparecimentos em relação ao total de mortes aumenta. O valor do coeficiente (0,018) indica que para cada 5,5 denúncias contra milícias no mês haveria um desaparecimento a mais registrado na delegacia, mantendo constante o número de mortes. Por outro lado, chama a atenção que o coeficiente das mortes violentas é negativo e significativo, de forma que nos meses e áreas em que diminuem as mortes, tenderiam a aumentar os desaparecimentos, e vice-versa. Esse resultado poderia talvez ser interpretado na linha de que os desaparecimentos estariam ocultando homicídios.

Em suma, os gráficos e o modelo estatístico, uma vez ressalvadas todas as limitações dos dados disponíveis, emprestariam um apoio moderado à hipótese de que as milícias poderiam estar incrementando o número de desaparecimentos como forma de ocultar os homicídios.

As milícias no Rio de Janeiro experimentaram mudanças profundas entre 2008 e 2011 desencadeadas pela crescente rejeição social contra elas, bem como pelas prisões e condenações contra milicianos conduzidas pelo sistema de justiça criminal. Como é fartamente conhecido, o ponto de inflexão foi a tortura de jornalistas por milicianos da comunidade de Batan em maio de 2008, que deflagrou uma reação da mídia e da sociedade contra as milícias. A partir daí, a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro aprovou uma CPI sobre o tema, que despertou a atenção pública para a gravidade do problema e indiciou centenas de pessoas acusadas de pertencerem a essas organizações. Essa CPI já tinha sido solicitada em 2007, mas o próprio relatório final reconhece que ela foi uma ‘resposta’ do Poder Legislativo ao seqüestro e tortura dos repórteres.

Os líderes das milícias mais conhecidas, começando pela Liga da Justiça em Campo Grande, foram processados e perderam seus cargos eletivos, limitando severamente a infiltração política que as milícias tinham alcançado. Para tanto, o sistema de justiça criminal adotou medidas convergentes em diversas esferas. A Delegacia de Repressão ao Crime Organizado (DRACO) recebeu da Secretaria de Segurança Pública a orientação, já em 2007, de priorizar as investigações contra as milícias e atingiu resultados operacionais notáveis a partir de uma equipe reduzida e especializada. O Ministério Público criou o Grupo Especializado de Combate ao Crime Organizado (GAECO/RJ), que dedicou uma atenção especial a investigar milícias. A existência de tal grupo permitiu evitar a exposição excessiva de promotores individuais, particularmente em áreas dominadas pelo crime organizado. O Judiciário deslocou varas criminais da Zona Oeste para o Fórum no centro da cidade, como uma forma de proteger juízes e testemunhas em processos criminais contra membros da milícia. Líderes milicianos presos foram transferidos para prisões federais de segurança máxima para cortar o elo

com o resto da organização e para mostrar, do ponto de vista simbólico, a gravidade com que o Estado tratava a questão.

Em 2008, quando a pesquisa anterior foi realizada, existiam suspeitas de que a expansão das milícias em 2006 e 2007 estava associada a um projeto político que incluía funcionários de alto escalão da Secretaria de Segurança na época, que se tornaram candidatos. Hoje, as evidências nessa direção são mais contundentes. O relatório da CPI contém informações sobre relações entre milicianos e políticos durante a campanha eleitoral de 2006 e relata indícios de curral eleitoral em áreas de milícia nas votações de vários desses políticos. Além disso, o presente estudo obteve depoimentos de ex-presidentes de associações de moradores e de funcionários públicos que descrevem uma conexão entre gestores da área de segurança e membros da milícia que pode ser qualificada de, no mínimo, conivência aberta. Esse projeto político está hoje aparentemente desmantelado. Muitos dos supostos integrantes não foram reeleitos e os que se mantêm na política ativa fazem o possível para se afastar do tema das milícias no debate público, pois ele virou um lastro eleitoral. De acordo com um entrevistado, o que existe agora é a suspeita de que as milícias poderiam lançar a partir de agora candidatos desconhecidos, que não fossem membros notórios das suas organizações.

De alguma forma, as milícias foram vítimas da sua própria ambição e ousadia; a visibilidade que atingiram se traduziu em vulnerabilidade uma vez que o poder público começou a agir contra elas. Foram justamente as milícias mais poderosas e as que estavam encabeçadas por cargos eleitos que mais sofreram a perseguição do Estado. Em contrapartida, existem pequenas milícias que, com outro nome, dominaram discretamente pequenas comunidades da Zona Oeste durante anos sem chamar a atenção. Assim, milícias compostas por uma pessoa só ou por um pequeno grupo são as que possuem maior chance de continuarem a funcionar de forma inalterada.

Como não poderia ser de outra forma, as mudanças substanciais no cenário externo provocaram alterações na atuação das milícias ao longo desse período, como esse estudo revela.

A primeira constatação é que a repressão estatal não conseguiu desarticular as milícias, apenas enfraquecê-las. O número de denúncias contra milícias através dos canais anônimos, como o Disque Denúncia, chegou ao ponto mais alto em meados de 2008 e 2009. A partir desse momento, elas diminuíram, mas ainda atingem um patamar que indica que as milícias continuam operando normalmente em amplas áreas da Zona Oeste e, em menor medida, na Zona Norte do município do Rio de Janeiro e na Baixada Fluminense.

A segunda constatação é que a pressão social e jurídica, se não logrou eliminar as milícias, certamente provocou alterações em suas formas de atuação. Antes de passar a descrever o funcionamento atual desses grupos, cumpre resenhar que não existe, nem agora nem em 2008, um modelo fixo de milícia. O conceito descreve, na realidade, diversas situações, que compartilham traços centrais, mas divergem em muitas das suas manifestações.

Em 2008, a pesquisa definia o fenômeno das milícias através da confluência de cinco elementos:

- a) domínio territorial de grupos armados irregulares sobre pequenos territórios;
- b) coação sobre moradores e comerciantes;
- c) motivação de lucro individual;
- d) discurso de legitimação;
- e) participação ativa e pública de agentes do Estado em posições de comando.

Deles, os três primeiros se mantêm inalterados. O domínio coativo sobre as populações continua como uma forma de extrair lucros, impondo taxas de ‘proteção’ e monopólios coercitivos relativos a diversos bens e serviços. A quantidade de serviços sob o controle da milícia parece ter diminuído com o tempo, em parte como consequência do seu enfraquecimento e em parte por mudanças tecnológicas (introdução de gás encanado, entrada de outras companhias de TV a cabo etc.). Paralelamente, as milícias inovam em relação às atividades que pretendem controlar e algumas delas começam a atuar na agiotagem ou em outros tipos de negócios. O transporte alternativo, cujo controle foi uma alavanca central para o surgimento dessas organizações, continua sob seu domínio em muitos lugares.

A evolução mais marcante da operação das milícias diz respeito à crescente discrição e sigilo das suas atividades, que contrastam com a ostentação de anos atrás e que pretendem dificultar as investigações e as prisões dos seus membros. “No sapatinho” é a expressão mais utilizada pelos entrevistados para se referir ao novo estilo. Esta menor visibilidade moderou a voracidade econômica exibida por estes grupos em 2007 e, com toda probabilidade, deve ter reduzido sua capacidade de gerar renda.

A capacidade de regulação das condutas dos moradores persiste, mas de modo mais contido que antigamente. Isso leva alguns moradores a acusar esses grupos de terem ser tornado ‘frouxos’ e de não serem sempre capazes de evitar os pequenos crimes, que era uma das suas funções centrais para a população. Em alguns casos, a nova discrição, unida à pressão do poder público, fazem com que os moradores não tenham certeza de se a milícia está ou não presente no seu território.

De forma geral, a venda de drogas está proibida e é penalizada drasticamente pelas milícias, apesar de alguns grupos continuarem lucrando com o tráfico. As denúncias que vinculam essas organizações com o tráfico, entretanto, parecem ser menos frequentes do que em 2007.

Paradoxalmente, o baixo perfil das milícias na atualidade, longe de diminuir o temor que provocam, tem contribuído para aumentar a intimidação nas comunidades onde atuam. Encontrar entrevistados foi uma tarefa ainda mais árdua do que em 2007 e os discursos dos moradores estão permeados pelo temor. Muitos negam ter medo dos milicianos sem que isso tenha sido perguntado, como se conseguissem assim conjurá-lo. Outros descrevem sistematicamente uma rotina de vida, 'de casa ao trabalho', que lhes impediria saber o que acontece nas ruas onde moram.

A violência letal é estarrecedoramente comum e todos os moradores relatam histórias sobre o assassinato de pequenos criminosos, na tradição do grupo de extermínio, e de pessoas que de algum modo contrariaram os 'donos do poder'. Para muitas pessoas que foram socializadas nesse modelo de controle social truculento, o extermínio de pequenos criminosos e varejistas de drogas é algo natural e, inclusive, exigido do miliciano. Assim, muitos relatos sublinham a incerteza e o temor provocados pelo vácuo de poder decorrente do afastamento das milícias após as prisões dos seus líderes.

Segundo diversos informantes, as milícias estão matando menos, mas, sobretudo, estão sendo mais discretas nos seus homicídios, recorrendo ao desaparecimento de pessoas como alternativa. Os registros oficiais de desaparecimentos, a despeito das suas limitações, parecem confirmar uma tendência ao aumento de casos em locais e momentos em que a milícia está mais presente.

Se já em 2008 era esperável que as milícias, dada a falta de articulação entre elas, recorressem à violência para disputar o território e o butim, as previsões ficaram aquém da realidade. Nos últimos anos, um número muito elevado de milicianos foi morto pelos seus colegas, nem tanto em disputas entre diversas milícias, mas principalmente em conflitos internos dentro do mesmo grupo. Tal e como sucede no caso do tráfico, muitos milicianos não chegam a enfrentar a justiça porque, quando o momento de seu julgamento finalmente chega, eles já faleceram nas mãos dos seus colegas.

Depois de vários anos, as milícias seguem sem atingir um grau perceptível de organização entre elas, ao modo das facções do tráfico, e a pressão do Estado afasta ainda mais essa possibilidade. Os únicos indícios em contrário são os de um possível acordo entre milicianos de grupos distintos para evitar a incriminação mútua nos processos judiciais.

Dos cinco elementos definitórios antes mencionados, o que sofreu maior transformação foi o discurso de legitimação. Praticamente sem suporte político e com a mídia contra, as milícias abandonaram a tentativa de desenvolver um discurso legitimador no debate público. Contudo, isso não significa que esses grupos não procurem, e atinjam, certos níveis de legitimação dentro das comunidades onde operam. Enquanto alguns moradores rejeitam a imposição de taxas e o clima tirânico, outros defendem a ordem imposta por estes grupos. Ainda, há muitos que calam e consentem na ausência de alternativa melhor.

O quinto aspecto, a participação aberta de agentes públicos nas milícias, também se modificou. Os policiais e outros agentes do Estado continuam desempenhando funções de comando, mas já não expõem sua condição publicamente. A despeito do seu novo e mais discreto papel, o pertencimento às corporações de segurança pública é essencial para entender as milícias e a própria reação dessas corporações. Pelo fato de os milicianos serem policiais, há certo desinteresse, tanto por parte da polícia militar quanto das milícias, de haver confrontos armados entre si. A política pública contra as milícias continua sendo feita através de investigações, inteligência e prisões, muito distante da disputa territorial na base do confronto armado que caracterizou historicamente o combate ao narcotráfico.

De qualquer forma, o dia a dia das milícias depende agora muito mais de civis, recrutados localmente, que preenchem posições subalternas e que, segundo muitos moradores, não são propriamente milicianos. São eles que exercem as funções de vigilância e de cobrança de taxas, procedendo a chamar os membros mais graduados quando a ocasião assim o requer. Isso permite preservar os policiais que comandam a organização, além de dificultar as investigações do poder público. Adicionalmente, reduz custos dentro das próprias milícias. Esse processo está relacionado à mudança no tipo de controle exercido sobre o território, menos dependente agora da ostensividade e do controle de acessos, e mais inclinado a uma intervenção reativa quando são chamados pelos moradores.

Nesse sentido, é interessante observar que as milícias talvez estejam se afastando do modelo de domínio territorial exercido pelo tráfico, baseado na ostensividade, e evoluindo na direção do controle social aplicado pelos grupos de extermínio, que não controla os acessos e intervém de forma discreta, embora extremamente violenta.

A dinâmica de acudir apenas quando são chamados também se assemelha à de algumas empresas de segurança privada em diversos países, que não dispõem de um efetivo para patrulhar os espaços públicos, mas garantem resposta rápida a qualquer chamado. Paralelamente, a renúncia ao controle dos acessos à comunidade impede

o monopólio coativo sobre certos produtos, baseado na proibição da entrada desses produtos adquiridos fora do local.

De fato, com o abandono do discurso público de legitimação e a maior discrição dos agentes do Estado que as dirigem, se diluem dois traços distintivos das milícias que a diferenciavam de outros modelos de crime organizado, como o varejo do narcotráfico e o grupo de extermínio.

Tanto no discurso dos operadores do sistema de justiça criminal quanto no dos moradores e da própria imprensa, o conceito de milícia parece estar cada vez mais associado à imposição ora de taxas obrigatórias a moradores ou comerciantes, ora de monopólios forçados sobre determinados produtos e serviços. No uso do conceito em outros estados do Brasil, taxas compulsórias e exploração de serviços são também consideradas sintomas de que o crime organizado teria adotado o modelo das milícias.

Assim, a definição do conceito de milícia no momento atual no estado do Rio de Janeiro, poderia ser feita a partir de cinco pontos que deveriam se dar de forma simultânea:

- a) controle de pequenos territórios e das suas respectivas populações por parte de grupos armados irregulares que fazem uso efetivo ou potencial da violência;
- b) coação contra moradores e comerciantes locais. Embora exista sempre um grau parcial de legitimação e de tolerância dos moradores, se a intimidação estiver ausente, estaríamos falando em segurança privada;
- c) motivação de lucro individual dos componentes desses grupos. Na ausência do antigo discurso de legitimação público, o objetivo das milícias ficou mais escancarado. Isso não exclui, em alguns casos, a tentativa de implantar, em paralelo, agendas ou projetos morais (luta contra o consumo de drogas etc.), mas essas motivações são sempre secundárias em relação ao lucro;
- d) posições de comando ocupadas por parte de agentes de segurança pública do Estado que agem de forma privada;
- e) imposição de taxas obrigatórias a moradores ou comerciantes em troca da suposta proteção e/ou aplicação de monopólios coativos sobre certos produtos e serviços consumidos na comunidade. Como no segundo ponto, a coerção é essencial, caso contrário estaríamos perante grupos de segurança privada ou monopólios com base econômica;

Em 2008, as imagens biológicas —tão caras na origem das ciências sociais— que surgiram a propósito das milícias eram a de um câncer ou de uma doença auto-

-imune, de forma que as células que deveriam proteger o corpo social se dedicavam a ameaçá-lo. No momento atual, a nova imagem biológica da milícia é a de um vírus, que apresenta mutações constantes para se adaptar às novas condições e, dessa forma, evade as vacinas e os remédios desenhados para combatê-lo.

Para além das milícias na sua especificidade, é essencial refletir sobre a forma de eliminar o controle social autoritário e ilegal que existe secularmente nas comunidades de baixa renda no Rio de Janeiro, sob diversos nomes, e sobre o qual as milícias edificam o seu domínio. O dia em que essa regulação violenta for substituída por um controle legal e democrático o crime organizado precisará procurar outros nichos.

ANEXOS

Roteiro de entrevistas para os moradores ou pessoas que tenham relação direta com áreas de milícias

1. COMO FOI QUE PASSARAM A TOMAR CONTA DA COMUNIDADE?

- a. Desde quando?
- b. Como foi a entrada das milícias? (duração, violência, participação da polícia, etc.)

2. COMPOSIÇÃO

- a. Quantos são?
- b. Quem são os membros (moradores, policiais, outros)? Quais deles moram na comunidade?
- c. Que armamento eles têm? Fica a mostra?
- d. Têm uniforme?
- e. Que normas existem entre os membros da milícia? Qual é a punição para quem não cumpre?

3. FORMA DE ATUAÇÃO

- a. Onde ficam?
- b. Eles patrulham a comunidade?
- c. Tem turnos? De quantas pessoas?
- d. Há toque de recolher?
- e. Há portões ou algum outro tipo de restrição de acesso?
- f. Atividades que eles controlam: transporte, gás, tv a cabo, alguma outra?
- g. Comerciantes pagam alguma taxa? Quanto? É obrigatória? O que acontece com quem não paga?
- h. Moradores pagam alguma taxa? Quanto? É obrigatória? O que acontece com quem não paga? Em caso afirmativo, existe alguma forma de marcar as casas "protegidas"?

4. VIDA NA COMUNIDADE

- a. Qual é a atitude da comunidade em relação à milícia?
- b. Qual é a relação da milícia com as instituições (Igreja, Associação de Moradores, Escola)?
- c. As milícias têm alguma vinculação com políticos?
- d. As milícias financiam algum tipo de atividade comunitária ou dão ajuda econômica para os moradores de alguma forma? (remédios, festas, etc.)
- e. Quais são as normas e proibições para os moradores?
- f. É possível trazer mercadorias de fora para dentro da comunidade?
- g. As pessoas podem consumir álcool e drogas livremente na comunidade?
- h. As pessoas podem comprar produtos livremente fora da comunidade?
- i. Existem máquinas caça-níqueis na comunidade? Quem controla?
- j. Existe venda de drogas na comunidade? Quem controla?
- k. Desde que a milícia toma conta da comunidade houve casos de...?
 - i. Violência, mortes
 - ii. Pessoas desaparecidas
 - iii. Denúncias sobre crimes cometidos na comunidade

5. ATUAÇÃO DO ESTADO

- a. Houve alguma mudança na atuação das milícias nos últimos três anos?
- b. O Estado tomou alguma medida contra a milícia da comunidade?
 - i. Se sim, o que?
- c. Essas medidas tiveram algum impacto na atuação da milícia?
 - i. Se sim, o que?
- d. Sabe se algum miliciano da comunidade foi preso ou processado?
 - i. Se sim, que impacto isso teve na atuação da milícia?

Roteiro de entrevistas para as autoridades estatais que tiveram participação na ação repressiva contra a milícia

- 1. Houve alguma mudança na atuação das milícias nos últimos três anos?**
- 2. Que medidas o estado do Rio de Janeiro tomou nos últimos 3 anos para combater as milícias? Quais órgãos se envolveram?**
- 3. Quais milícias foram investigadas? Em que áreas?**
- 4. Como foi feita a investigação?**
- 5. Quais pessoas foram indiciadas/denunciadas/condenadas?**
- 6. Qual é o nível na hierarquia das pessoas investigadas/denunciadas/condenadas?**
- 7. Qual foi impacto na organização, na sua opinião, da prisão/condenação daquelas pessoas?**
- 8. Quais atividades da milícia foram interrompidas pela ação do estado?**
- 9. O que o estado poderia fazer para combater as milícias?**

**Número de denúncias contra as milícias
por bairro do Rio de Janeiro
DISQUE DENÚNCIA: janeiro de 2006 a junho de 2011**

	Frequência	%	% Cumulativo
41 CAMPO GRANDE	5075	15,5	15,5
142 SANTA CRUZ	2299	7,0	22,6
74 JACAREPAGUÁ	1900	5,8	28,4
105 PACIÊNCIA	1435	4,4	32,8
7 ANCHIETA	1307	4,0	36,8
132 REALENGO	1125	3,4	40,2
151 SEPETIBA	969	3,0	43,2
60 GUARATIBA	874	2,7	45,8
157 TAQUARA	867	2,6	48,5
122 QUINTINO BOCAIÚVA	749	2,3	50,8
59 GUADALUPE	732	2,2	53,0
39 COSMOS	719	2,2	55,2
13 BRÁS DE PINA	715	2,2	57,4
112 PRAÇA SECA	714	2,2	59,6
16 BANGU	692	2,1	61,7
66 INHOAIBA	655	2,0	63,7
129 RAMOS	655	2,0	65,7
117 PIEDADE	577	1,8	67,5
31 CASCADURA	550	1,7	69,2
126 RECREIO DOS BANDEIRANTES	440	1,3	70,5
54 GARDÊNIA AZUL	384	1,2	71,7
102 PEDRA DE GUARATIBA	359	1,1	72,8
124 RICARDO DE ALBUQUERQUE	357	1,1	73,9
149 SANTÍSSIMO	327	1,0	74,9
42 CURICICA	310	0,9	75,8
64 ILHA DO GOVERNADOR	305	0,9	76,8

108 PAVUNA	305	0,9	77,7
69 IRAJÁ	263	0,8	78,5
65 INHAÚMA	261	0,8	79,3
166 V. PEQUENA	251	0,8	80,1
146 SENADOR VASCONCELOS	244	0,7	80,8
15 BARRA DA TIJUCA	236	0,7	81,5
50 ENCANTADO	236	0,7	82,2
44 DEL CASTILHO	226	0,7	82,9
116 PENHA	216	0,7	83,6
118 PILARES	215	0,7	84,3
92 MADUREIRA	213	0,6	84,9
173 VILA VALQUEIRE	208	0,6	85,5
38 CORDOVID	206	0,6	86,2
104 PADRE MIGUEL	198	0,6	86,8
29 CAMPINHO	194	0,6	87,4
99 OSVALDO CRUZ	192	0,6	88,0
46 ENGENHO DE DENTRO	173	0,5	88,5
164 VARGEM GRANDE	173	0,5	89,0
35 CENTRO	171	0,5	89,5
61 HONÓRIO GURGEL	163	0,5	90,0
127 ROCHA MIRANDA	148	0,5	90,5
101 PENHA CIRCULAR	147	0,4	90,9
34 CAVALCANTI	146	0,4	91,4
4 ÁGUA SANTA	130	0,4	91,8
22 CIDADE DE DEUS	129	0,4	92,2
97 MEIÉR	117	0,4	92,5
17 BENFICA	112	0,3	92,9
19 BONSUCESSO	112	0,3	93,2
14 BENTO RIBEIRO	106	0,3	93,6
91 MARECHAL HERMES	105	0,3	93,9
128 RIO DAS PEDRAS	90	0,3	94,1
70 ITANHANGÁ	89	0,3	94,4
53 FREGUESIA	86	0,3	94,7
171 VILA DA PENHA	76	0,2	94,9
83 JARDIM SULACAP	73	0,2	95,1

138 SENADOR CÂMARA	70	0,2	95,4
26 CACHAMBI	69	0,2	95,6
89 M BASTOS	65	0,2	95,8
11 BARROS FILHO	62	0,2	96,0
158 TIJUCA	62	0,2	96,1
21 COSTA BARROS	57	0,2	96,3
37 COPACABANA	54	0,2	96,5
159 TURIAÇU	52	0,2	96,6
95 MANGUINHOS	49	0,1	96,8
119 PARQUE ANCHIETA	48	0,1	96,9
162 VICENTE DE CARVALHO	48	0,1	97,1
27 CAJU	44	0,1	97,2
141 SÃO CRISTÓVÃO	44	0,1	97,4
24 COELHO NETO	42	0,1	97,5
109 PRAÇA DA BANDEIRA	41	0,1	97,6
100 OLARIA	40	0,1	97,7
165 VAZ LOBO	38	0,1	97,8
168 VILA ISABEL	33	0,1	97,9
155 T SANTOS	32	0,1	98,0
62 HIGIENÓPOLIS	28	0,1	98,1
86 LARANJEIRAS	26	0,1	98,2
12 BARRA DE GUARATIBA	25	0,1	98,3
36 COLÉGIO	24	0,1	98,4
170 VILA MILITAR	23	0,1	98,4
5 ABOLIÇÃO	22	0,1	98,5
58 GRAJAU	21	0,1	98,6
125 RIO COMPRIDO	21	0,1	98,6
161 VISTA ALEGRE	20	0,1	98,7
113 PARADA DE LUCAS	19	0,1	98,7
67 IPANEMA	18	0,1	98,8
145 SANTA TERESA	18	0,1	98,9
154 TOMÁS COELHO	18	0,1	98,9
163 VIGÁRIO GERAL	18	0,1	99,0
45 DEODORO	17	0,1	99,0

85 LINS DE VASCONCELOS	17	0,1	99,1
8 ANDARAÍ	16	,0	99,1
49 ENGENHO DA RAINHA	15	,0	99,2
169 VILA KOSMOS	15	,0	99,2
20 BOTAFOGO	14	,0	99,3
55 GAMBOA	11	,0	99,3
87 LEBLON	11	,0	99,3
51 ESTÁCIO	10	,0	99,4
76 JARDIM AMÉRICA	10	,0	99,4
25 CIDADE NOVA	9	,0	99,4
48 ENGENHO NOVO	9	,0	99,4
139 SÃO CONRADO	9	,0	99,5
90 MARIA GRAÇA	8	,0	99,5
140 SANTO CRISTO	8	,0	99,5
150 SAÚDE	8	,0	99,5
6 ACARI	7	,0	99,6
10 ALTO DA BOA VISTA	7	,0	99,6
32 CATETE	7	,0	99,6
56 GAVEA	6	,0	99,6
73 JACARÉ	6	,0	99,6
94 MANGUEIRA	6	,0	99,7
115 PEDRA DE GUARATIBA	6	,0	99,7
156 TANQUE	6	,0	99,7
23 CAMPO GRANDE	5	,0	99,7
47 ENGENHEIRO LEAL	5	,0	99,7
52 FLAMENGO	5	,0	99,7
78 JARDIM BOTÂNICO	5	,0	99,8
153 SANTA CRUZ	5	,0	99,8
9 ANIL	4	,0	99,8
28 CAMORIM	4	,0	99,8
81 JARDIM NOVO	4	,0	99,8
82 JARDIM PALMARES	4	,0	99,8
88 LEME	4	,0	99,8
160 URCA	4	,0	99,8

172 VILA URASSAI	4	,0	99,9
2 ASA BRANCA	3	,0	99,9
18 BENJAMIN DO MONTE	3	,0	99,9
57 GLÓRIA	3	,0	99,9
79 JARDIM MARAVILHA	3	,0	99,9
93 MANGUARIBA	3	,0	99,9
96 MARACANÃ	3	,0	99,9
107 PAQUETA	3	,0	99,9
123 QUINTINO	3	,0	99,9
30 CAMPO GRANDE	2	,0	99,9
33 CATUMBI	2	,0	99,9
63 ILHA DO FUNDAO	2	,0	99,9
75 JARDIM PALMARES	2	,0	100,0
80 JARDIM GUARATIBA	2	,0	100,0
106 PALMARES	2	,0	100,0
134 RIACHUELO	2	,0	100,0
144 SÃO JERÔNIMO	2	,0	100,0
147 SAMPAIO	2	,0	100,0
71 JABOUR	1	,0	100,0
77 JARDIM BANGU	1	,0	100,0
121 PARQUE CRISTÓVÃO COLOMBO	1	,0	100,0
137 ROCINHA	1	,0	100,0
143 SÃO FRANCISCO XAVIER	1	,0	100,0
Total	32690	99,6	
98 Não Informado	119	,4	
	32809	100,0	

**Número de denúncias recebidas
contra milícias por natureza
DISQUE DENÚNCIA: janeiro de 2006 a junho de 2011**

	Frequência	%	% cumulativo
13 EXTORSÃO SIMPLES	8478	20,4	20,4
82 POSSE ILÍCITA DE ARMAS DE FOGO	6327	15,2	35,6
101 DESVIO DE CONDUTA	5312	12,8	48,4
1 HOMICÍDIO CONSUMADO	2642	6,4	54,8
10 AMEAÇA	2360	5,7	60,5
120 RÁDIO/TV/TELEFONIA CLANDESTINA	2181	5,3	65,7
83 TRÁFICO DE DROGAS	1383	3,3	69,0
74 LOCALIZAÇÃO DE FORAGIDOS DA JUSTIÇA	831	2,0	71,0
102 CONCUSSÃO	785	1,9	72,9
6 LESÃO CORPORAL	718	1,7	74,7
107 GUARDA/COMÉRCIO ILÍCITO DE ARMAS FOGO	713	1,7	76,4
106 USO ILÍCITO DE ARMAS FOGO	698	1,7	78,1
4 GRUPOS DE EXTERMÍNIO	680	1,6	79,7
103 CORRUPÇÃO	591	1,4	81,1
145 INVASÃO DE PROPRIEDADE	520	1,3	82,4
85 DEPÓSITO CLANDESTINO DE GÁS	458	1,1	83,5
65 JOGOS DE AZAR	443	1,1	84,5
125 OBSTRUÇÃO DE VIAS PÚBLICAS	429	1,0	85,6
47 BARULHO	407	1,0	86,6
53 TRANSPORTE ALTERNATIVO IRREGULAR	381	0,9	87,5
2 TENTATIVA DE HOMICÍDIO	330	0,8	88,3
26 ESTELIONATO	321	0,8	89,0
14 ROUBO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES	252	0,6	89,6
146 APROPRIAÇÃO INDÉBITA	226	0,5	90,2
66 EST COMERCIAL/INDUSTRIAL SEM ALVARÁ	196	0,5	90,7
67 OBRA IRREGULAR	172	0,4	91,1

38	CORRUPÇÃO DE MENORES	170	0,4	91,5
69	USO ILEGAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS	152	0,4	91,8
23	RECEP/COMERC PROD ROUBADOS/FURTADOS	151	0,4	92,2
9	SEQUESTRO SIMPLES E CÁRCERE PRIVADO	144	0,3	92,6
84	CONSUMO DE DROGAS	126	0,3	92,9
46	BADERNA	123	0,3	93,2
124	TIROTEIO ENTRE QUADRILHAS	122	0,3	93,5
127	BOMBA / GRANADA / MORTEIRO	113	0,3	93,7
92	MAU ATEN. ORGÃOS PÚBLICOS E PRIVADOS	111	0,3	94,0
134	DOCUMENTO PÚBLICO/PARTICULAR	111	0,3	94,3
21	ROUBO/FURTO A RESIDÊNCIAS	104	0,3	94,5
91	TORTURA	99	0,2	94,7
18	DESMONTE VEÍCULOS	96	0,2	95,0
44	CRIANÇA E ADOLESCENTE INFRATOR	92	0,2	95,2
126	GUARDA E COMÉRCIO DE MUNIÇÃO	91	0,2	95,4
20	ROUBO/FURTO A TRANSEUNTES	90	0,2	95,6
3	CEMITÉRIO CLANDESTINO	88	0,2	95,8
43	VENDA DE BEBIDAS ALCOÓLICAS À MENORES	86	0,2	96,1
104	VAZAMENTO DE INFORMAÇÕES SIGILOSAS	75	0,2	96,2
100	ABUSO DE AUTORIDADE	69	0,2	96,4
33	FAVORECIMENTO À PROSTITUIÇÃO/LENOCÍNIO	66	0,2	96,6
29	ESTUPRO	64	0,2	96,7
109	ENCONTRO DE CADÁVER	62	0,1	96,9
36	PROSTITUIÇÃO INFANTIL	60	0,1	97,0
140	Nº CHASSI/SINAL IDENTIFICADOR DE AUTO	59	0,1	97,1
48	VANDALISMO	58	0,1	97,3
128	APOLOGIA AO TRÁFICO	52	0,1	97,4
19	ROUBO DE CARGA	46	0,1	97,5
118	SONEGAÇÃO DE IMPOSTOS	46	0,1	97,6
137	OBRAS AUDIOVISUAIS/LITERÁRIAS/ARTÍSTICAS	46	0,1	97,7
22	ROUBO/FURTO A ESTABELECIMENTOS	45	0,1	97,9
105	OUTROS	45	0,1	98,0
40	MAUS TRATOS	40	0,1	98,1
163	ROUBO/FURTO EST COMERCIAIS	33	0,1	98,1
7	VIOLÊNCIA CONTRA MULHER	32	0,1	98,2

95	INCÊNDIO E PERIGO	31	0,1	98,3
52	ESTACIONAMENTO IRREGULAR	30	0,1	98,4
12	EXTORSÃO MEDIANTE SEQUESTRO	29	0,1	98,4
11	PESSOAS DESAPARECIDAS	28	0,1	98,5
17	VEÍCULOS ABANDONADOS	27	0,1	98,6
71	AUXÍLIO A FUGA	26	0,1	98,6
42	PRESENÇA DE MENORES CASA NOTURNA	25	0,1	98,7
78	DESMATAMENTO FLORESTAL	25	0,1	98,7
51	DIREÇÃO PERIGOSA	24	0,1	98,8
31	ATOS OBSCENOS	22	0,1	98,9
70	FUGA DE PRESIDÁRIOS	21	0,1	98,9
79	EXTRAÇÃO IRREGULAR DE ÁRVORES	21	0,1	99,0
121	UTILIZAÇÃO DE RÁDIO-TELEFONIA	21	0,1	99,0
119	DANOS A PATRIMÔNIO PÚBLICO	19	0,0	99,1
149	DESCUMP. DIREITOS TRABALHISTAS	19	0,0	99,1
94	RECL. PRODUTOS OU SERVIÇOS DEFEITUOSOS	17	0,0	99,1
64	CONTRABANDO	15	0,0	99,2
116	ATENTADO A BOMBA/TERRORISMO	15	0,0	99,2
81	BALÕES	14	0,0	99,2
114	SUSPEITA DE ROUBO/FURTO	14	0,0	99,3
8	VIOLÊNCIA CONTRA IDOSO	13	0,0	99,3
122	MAUS TRATOS CONTRA ANIMAIS	13	0,0	99,3
76	POLUIÇÃO DAS ÁGUAS	12	0,0	99,4
98	DESABAMENTO E PERIGO	12	0,0	99,4
148	GUARDA/COMÉRCIO DE ANIMAIS SILVESTRES	12	0,0	99,4
15	FURTO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES	10	0,0	99,5
30	ATENTADO VIOLENTO AO PUDOR	10	0,0	99,5
63	CORRUPÇÃO	10	0,0	99,5
123	EXTRAÇÃO IRREGULAR DE SOLO	10	0,0	99,5
86	DEPÓSITO CLANDESTINO DE COMBUSTÍVEIS	9	0,0	99,5
164	ROUBO/FURTO EST NÃO COMERCIAIS	9	0,0	99,6
58	FALTA HIGIENE EM ESTABELECIMENTOS	8	0,0	99,6
28	FURTO DE FIOS DE COBRE	7	0,0	99,6
39	ABANDONO	7	0,0	99,6
93	RECL. ESCOLAS PÚBLICAS E PRIVADAS	7	0,0	99,6

112	ROUBO A MOTORISTAS	7	0,0	99,7
144	VIOLÊNCIA CONTRA DEFICIENTES	7	0,0	99,7
150	PECULATO	7	0,0	99,7
41	TRABALHO FORÇADO	6	0,0	99,7
50	PEGA DE VEÍCULOS	6	0,0	99,7
59	PRAGA DE RATOS OU INSETOS	6	0,0	99,7
75	POLUIÇÃO DO AR	6	0,0	99,7
133	MOEDA METÁLICA/PAPEL-MOEDA	6	0,0	99,8
141	ADULTERAÇÃO DE COMBUSTÍVEIS	6	0,0	99,8
16	FURTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS VEÍCULOS	5	0,0	99,8
24	ROUBO A INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	5	0,0	99,8
56	VENDA REMÉDIOS PROIBIDOS/FORA VALIDADE	5	0,0	99,8
68	USO INDEVIDO DE VERBAS PÚBLICAS	5	0,0	99,8
77	LIXO ACUMULADO	5	0,0	99,8
130	VAZAMENTO DE GÁS	5	0,0	99,9
57	USO/VENDA SUBST QUÍMICAS PROIBIDAS	4	0,0	99,9
62	CRIAÇÃO ANIMAIS DES NORMAS SEGURANÇA	4	0,0	99,9
87	DEPÓSITO DE FOGOS DE ARTIFÍCIO	4	0,0	99,9
111	BLITZ DE ASSALTANTES	4	0,0	99,9
113	SEQUESTRO RELÂMPAGO	4	0,0	99,9
115	INTERFERÊNCIA DE RÁDIO CLANDESTINA	4	0,0	99,9
27	FURTO DE COMBUSTÍVEL	3	0,0	99,9
35	ASSÉDIO SEXUAL	3	0,0	99,9
61	VENDA ALIMENTOS PERECÍVEIS FORA VALIDADE	3	0,0	99,9
25	ROUBO EM TRANSP COLETIVOS	2	0,0	99,9
80	QUEIMADAS	2	0,0	99,9
89	DISCRIMINAÇÃO SEXUAL	2	0,0	99,9
96	ENCHENTES E PERIGO	2	0,0	99,9
110	SUSPEITA DE CATIVEIRO	2	0,0	100,0
117	OMISSÃO DE SOCORRO	2	0,0	100,0
129	VENDA DE FOGOS DE ARTIFÍCIO	2	0,0	100,0
147	LATROCÍNIO	2	0,0	100,0
5	ABORTO	1	0,0	100,0
34	TRÁFICO DE MULHERES	1	0,0	100,0
45	TRÁFICO DE MENORES	1	0,0	100,0

49 VADIAGEM	1	0,0	100,0
72 MOTIM	1	0,0	100,0
73 MAUS TRATOS CONTRA PRESIDÁRIOS	1	0,0	100,0
90 DISCRIMINAÇÃO RELIGIOSA	1	0,0	100,0
99 ACIDENTE DE TRÂNSITO E PERIGO	1	0,0	100,0
108 CAÇA ILEGAL DE ANIMAIS	1	0,0	100,0
135 PRODUTOS ALIMENTÍCIOS/BEBIDAS	1	0,0	100,0
136 PROD COSMÉTICOS/TERAP OU MEDICINAIS	1	0,0	100,0
138 PEÇAS E ACESSÓRIOS DE VESTUÁRIO	1	0,0	100,0
143 PRODUTOS DE INFORMÁTICA	1	0,0	100,0
Total	41542	100,0	

Número de denúncias contra as milícias por bairro do Rio de Janeiro DISQUE MILÍCIA

	Frequência	%	% cumulativo
18 CAMPO GRANDE	115	13,5	16,7
44 JACAREPAGUÁ	105	12,4	31,9
80 SANTA CRUZ	46	5,4	38,6
34 GUADALUPE	28	3,3	42,6
4 ANCHIETA	24	2,8	46,1
60 PACIÊNCIA	23	2,7	49,4
69 PRAÇA SECA	19	2,2	52,2
73 REALENGO	18	2,1	54,8
24 COELHO NETO	14	1,6	56,8
84 SEPETIBA	13	1,5	58,7
67 PILARES	12	1,4	60,4
64 PEDRA DE GUARATIBA	11	1,3	62,0
6 BANGU	10	1,2	63,5
30 DEL CASTILHO	10	1,2	64,9
88 TAQUARA	10	1,2	66,4
94 VILA VALQUEIRE	10	1,2	67,8
74 RECREIO DOS BANDEIRANTES	9	1,1	69,1
2 ÁGUA SANTA	8	0,9	70,3
20 CASCADURA	8	0,9	71,4
35 GUARATIBA	8	0,9	72,6
38 ILHA DE GOVERNADOR	8	0,9	73,8
66 PIEDADE	8	0,9	74,9
75 RICARDO DE ALBUQUERQUE	8	0,9	76,1
17 CAMPINHO	7	0,8	77,1
28 COSMOS	7	0,8	78,1
31 ENCANTADO	7	0,8	79,1

33	GARDÊNIA AZUL	7	0,8	80,1
77	RIO DAS PEDRAS	7	0,8	81,2
39	INHAÚMA	6	0,7	82,0
40	INHOAIBA	5	0,6	82,8
70	QUINTINO	5	0,6	83,5
90	VARGEM PEQUENA	5	0,6	84,2
8	BARRA DA TIJUCA	4	0,5	84,8
12	BENTO RIBEIRO	4	0,5	85,4
15	BRÁS DE PINA	4	0,5	85,9
21	CAVALCANTE	4	0,5	86,5
71	QUINTINO BOCAIUVA	4	0,5	87,1
79	ROCHA MIRANDA	4	0,5	87,7
89	TIJUCA	4	0,5	88,3
91	VAZ LOBO	4	0,5	88,8
11	BENFICA	3	0,4	89,3
16	CACHAMBI	3	0,4	89,7
22	CENTRO	3	0,4	90,1
27	CORDOVIL	3	0,4	90,6
29	CURICICA	3	0,4	91,0
37	HONORIO GURGEL	3	0,4	91,4
42	IRAJÁ	3	0,4	91,9
51	MADUREIRA	3	0,4	92,3
61	PADRE MIGUEL	3	0,4	92,8
72	RAMOS	3	0,4	93,2
82	SANTÍSSIMO	3	0,4	93,6
87	TANQUE	3	0,4	94,1
95	VILAR DOS TELES	3	0,4	94,5
100	VARGEM GRANDE	3	0,4	94,9
13	BONSUCESSO	2	0,2	95,2
23	CIDADE DE DEUS	2	0,2	95,5
32	FREGUESIA	2	0,2	95,8
36	HIGIENÓPOLIS	2	0,2	96,1
46	JARDIM BANGU	2	0,2	96,4
55	MATO ALTO	2	0,2	96,7

83	SÃO CONRADO	2	0,2	97,0
86	SULACAP	2	0,2	97,2
92	VICENTE DE CARVALHO	2	0,2	97,5
9	BARRA DE GUARATIBA	1	0,1	97,7
10	BARROS FILHO	1	0,1	97,8
14	BOTAFOGO	1	0,1	98,0
26	COMPLEXO DO ALEMÃO	1	0,1	98,1
41	IPANEMA	1	0,1	98,3
43	ITANHANGÁ	1	0,1	98,4
45	JARDIM AMÉRICA	1	0,1	98,6
48	LARANJEIRAS	1	0,1	98,7
50	LINS DE VASCONCELOS	1	0,1	98,8
53	MARACANÃ	1	0,1	99,0
54	MARECHAL HERMES	1	0,1	99,1
56	MORRO AGUDO	1	0,1	99,3
57	OITICICA	1	0,1	99,4
59	OSVALDO CRUZ	1	0,1	99,6
63	PECHINCHA	1	0,1	99,7
68	PRAÇA DA BANDEIRA	1	0,1	99,9
96	SÃO CRISTÓVÃO	1	0,1	100,0
Total		690	81,3	

A evolução das milícias no Rio de Janeiro

[2008-2011]



Ignacio Cano
Thais Duarte



EQUIPE DE PESQUISA:

Ignacio Cano e Thais Duarte (coordenadores)

Kryssia Ettel e Fernanda Novaes Cruz (pesquisadoras)

Rosana Ribeiro (apoio administrativo)

APOIO

■■ HEINRICH
BÖLL
STIFTUNG

Agosto, 2012